

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Ivani Aparecida
Pereira

e aprovada pela Comissão Julgadora em
17, 12, 97.

Profa. Dra. Angela del Carmem B.R. de Kleiman

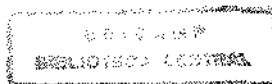
Ivani Aparecida Pereira

A oralidade letrada de lideranças não-escolarizadas

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor em
Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Angela B.
Kleiman

Universidade Estadual de Campinas
dezembro de 1997



UNIDADE	BC
ORÇ. 1998	
Unicamp	
P4140	
VALOR	33606
PREÇO	395/98
DATA	18/09/98
Nº ORÇ.	

CM-00109929-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P4140 Pereira, Ivani Aparecida
A oralidade letrada de lideranças não-escolarizadas / Ivani Aparecida Pereira.
-- Campinas, SP: [s.n.], 1998.

Orientador: Angela B. Kleiman
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Discurso político. 2. Sindicalismo - Brasil. 3. Letramento. 4. Aprendizagem. 5. Escrita. I. Kleiman, Angela B. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Agradecimentos

Meus agradecimentos muito especiais à Angela B. Kleiman, minha orientadora, pelo trabalho seguro, competente e incansável durante essa minha trajetória.

À Marilda Cavalcanti, executora do convênio Universidade de Lancaster-Unicamp, pelo apoio à visita àquela Universidade, o que me permitiu participar de grupos de pesquisa de grande interesse para este trabalho.

À Sylvia Terzi, pelo estímulo.

À Inês Signorini, pelas discussões valiosas.

À Denise Braga; suas palavras foram duras, mas sábias.

Aos demais colegas do DLA que, de várias maneiras, colaboraram com este trabalho.

Ao Prof. Norman Fairclough pelas discussões parciais deste trabalho.

Aos Sindicatos dos Condutores de Veículos Rodoviários e do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo pela colaboração.

Aos sindicalistas, meus informantes, pela atenção e interesse em conceder as entrevistas.

Ao CNPq e à FAEP, pelo auxílio-Bolsa Sanduíche.

*Ao Pereira, meu pai, que na sua ausência e
no seu silêncio continua a me incentivar.
À minha mãe, Ionice, pelos seus ensinamentos,
na sabedoria do seu viver.*

*E, às minhas paixões,
Fernanda, Eduardo e Roberta,
pelo muito que souberam
compreender minhas ausências,
minhas falhas, minhas inquietudes.
O meu carinho.*

Banca examinadora:

Profa. Dra. Angela B. Kleiman

Profa. Dra. Leila Barbara

Profa. Dra. Leda V. Tfouni

Profa. Dra. Silvana M. Serrani-Infante

Profa. Dra. Inês Signorini

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as condições de produção da oralidade organizada por padrões letrados de lideranças não escolarizadas. Para cumprir essa finalidade problematizamos o que denominamos *oralidade letrada*, no cruzamento da Linguística Aplicada, Sociologia e Análise do Discurso, fundamentados na concepção de que o sujeito/linguagem/exterioridade são mutuamente determinados.

A fala comumente referida como “fragmentária”, “retalhada”, “estranha” desses sujeitos, ao contrário de representar uma *reprodução* enquanto uma submissão aos padrões legitimados, produz efeitos de sentido que *denunciam*, pela rede de sentidos que se forma interdiscursivamente, o reconhecimento do lugar em que esses sujeitos *se* posicionam e *são* posicionados na sociedade letrada. A oralidade letrada *trabalha e transforma* os princípios arbitrários de categorização social.

Para complementar a análise discursiva examinamos alguns mecanismos lingüísticos com o objetivo de reforçar a nossa hipótese de que esses sujeitos encontram-se num processo de especularidade em que parecem buscar descobrir, na concretude da linguagem do outro, os lugares onde se alojam as diferenças entre o *seu* falar e o do outro. E as tentativas de incorporação da fala do outro mostram a *contradição* constitutiva do processo de *transformação* da relação de *desigualdade/subordinação* (Pêcheux 1988).

Concluimos que os sujeitos em militância política, em razão das condições da prática discursiva, produzem um discurso atravessado pela escrita que revela um domínio de mecanismos de organização textual que a prática escolar não lhes permite desenvolver. Na escola as práticas homogeneizadas e distanciadas da realidade social do aluno e a inflexibilidade dos alfabetizadores diante de situações em que o início do processo de ensino implica considerar um sujeito já historicizado, no meio do caminho, acabam sufocando a criatividade do alfabetizando que viria de sua história, de sua experiência, e que culmina na exclusão.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Angela B. Kleiman

Profa. Dra. Leila Barbara

Profa. Dra. Leda V. Tfouni

Profa. Dra. Silvana M. Serrani-Infante

Profa. Dra. Inês Signorini

SUMÁRIO

A ORALIDADE LETRADA DE LIDERANÇAS NÃO ESCOLARIZADAS

Introdução	01
Capítulo 1 - Letramento e oralidade letrada	12
1.0 - Introdução	12
1.1 - Letramento. Alguns princípios fundamentais	13
1.2 - Letramento e Análise do Discurso. Algumas considerações	23
Capítulo 2 - As instituições: algumas considerações sobre seu funcionamento	
2.1 - Introdução	29
2.2 - A teoria da reprodução. Implicações para o entendi- mento do funcionamento das instituições	31
2.2.1 - O “habitus”. Um conceito central na teoria de Bourdieu	32
2.3 - As instituições: seu funcionamento	42
2.3.1 - A autonomização das instituições	49
2.3.1.1 - Um exemplo da autonomização da instituição.....	56

Capítulo 3 - A instituição política

3.1 - Introdução	67
3.2 - A estrutura diádica do campo político	67
3.3 - A instituição política: aspectos históricos	79

Capítulo 4 - O paradoxo do sindicalismo

4.1 - Introdução	84
4.1 - O sindicalismo corporativo no Brasil. Ainda uma contradição	92

Capítulo 5 - Procedimento Metodológico

5.1 - Introdução	99
5.2 - Dados gerais dos enunciadores	101

Capítulo 6 - Os espaços da contradição: os percursos temáticos da oralidade letrada

6.1 - Introdução	106
6.2 - A valorização/desvalorização da escrita	109
6.2.1 - Um ponto de vista da reprodução	109
6.2.2 - O ponto de vista discursivo	116
6.2.2.1 - A contradição: uma dialogia com o não-dito	119
6.2.2.2 - O sindicalês: “Maldito aquele que rompe este pacto do silêncio taga- rela ...”	126
6.3 - A legitimidade da linguagem do cotidiano	131

6.4 - A vulnerabilidade do porta-voz não-escolarizado	135
6.5- A alternância eu/nós: o esconderijo da fragilidade do porta-voz	140
6.6 - O discurso corporatista do sindicato: os efeitos das regras coercitivas sobre os porta-vozes	149
6.6 - A eloquência e o falar bonito: um modo de luta.....	155

Capítulo 7 - O processo heurístico de busca de um padrão de correção

7.1 - Introdução	167
7.2 - O processo de espelhamento	172
7.2.1 - A incorporação lexical	172
7.2.2 - A incorporação lexical por repetição imediata	173
7.2.3 - A repetição fonológica	178
7.3 - O distanciamento, o olhar de fora	179
7.3.1 - A correção "tardia"	179
7.3.2 - Advérbios em - mente. A marca de um falar "erudito"?	180
7.3.3 - As hipercorreções	182
7.3.4 - Os marcadores textuais	186
Considerações Finais	188
Referências Bibliográficas	193

INTRODUÇÃO

A escolha do tópico de investigação deste estudo e o caminho que até agora percorremos surgiram das observações iniciais de um grupo de alfabetizando adultos em situação de sala de aula, como parte do Projeto Temático “Interação e aprendizagem de língua. Subsídios para a auto-formação do professor de língua materna”¹

Esse projeto nasceu de uma proposta junto ao grupo de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem para prestar assessoria à Secretaria de Educação de uma Prefeitura² que tinha como meta reestruturar e transformar o ensino básico de jovens e adultos.

Como uma das integrantes desse projeto, observei um grupo de alfabetizando adultos, na sua maioria migrantes nordestinos, lavradores (cortadores de cana), que empreendiam uma jornada de 12 horas diárias de trabalho (das 5 às 17 horas). As aulas se iniciavam às 19:00 e terminavam às 21:00 horas, em um ambiente físico de condições precárias.

¹ Este projeto é financiado pela FAPESP e coordenado pela Profa. Dra. Angela B. Kleiman.

² “O Projeto foi realizado durante dois mandatos consecutivos de prefeitos do Partido dos Trabalhadores, numa pequena cidade do interior de São Paulo. Ver, a esse respeito, o artigo “Projeto de formação do alfabetizador: uma história de confronto e ajustes de perspectivas”, a sair no livro *Alfabetização de jovens e adultos e (auto)formação do professor*. Kleiman e Signorini (orgs.). Campinas: Mercado de Letras.

Essas questões, em si, configuravam um quadro desolador no que diz respeito às condições mínimas para uma aprendizagem.

A população dessa sala se diferenciava das demais pois era composta, na sua maioria, de adultos acima de 30 anos. Outros grupos eram formados por adultos e adolescentes, cuja heterogeneidade, em princípio, parecia dificultar a proposta curricular de trabalho. Entretanto, se por um lado esse grupo era mais homogêneo³ do ponto de vista da faixa etária, por outro, o fato de terem buscado a escola mais tardiamente, suas experiências e histórias como não escolarizados na sociedade letrada eram condições que pareciam tê-los tornado mais resistentes e, diríamos, céticos, diante do objetivo a atingir.

A sala de aula, sob essas condições adversas, colocava-nos diante de questões complexas cuja investigação implicava problematizá-las no cruzamento com outras áreas de conhecimento para que pudéssemos compreender esse microcosmos que abrigava todo um universo de questões de várias naturezas. As condições para a produção de um trabalho junto a esses alunos e professores aglutinavam suas diferentes histórias, suas malsucedidas experiências escolares, seu modo de vida e o trabalho pouco qualificado a que se submetiam. Eram pois, problemas de diferentes nascentes que incidiam sobre a questão ensino/aprendizagem. Evidentemente, qualquer proposta de trabalho que vislumbasse ampliar os domínios de participação desses sujeitos na sociedade letrada, fosse no âmbito do trabalho, do lazer ou para prover outras expectativas individuais de uso da escrita e da leitura, teria que buscar soluções conjuntas com outras áreas do conhecimento.

A preocupação da Linguística Aplicada em buscar compreender a complexidade do ensino/aprendizagem de adultos, em condições precárias tanto das

³ Ver a esse respeito, Marta Kohl de Oliveira, "Letramento, Cultura e Modalidades de Pensamento", IN: *Os significados do letramento*, Campinas: Mercado de Letras, 1995.

instalações físicas do ambiente de trabalho quanto, e especialmente, as condições de formação do professor alfabetizador, constituíam um eixo orientador deste trabalho.

Os atores daquele microcosmos revelavam muitas barreiras a se romper, muitos mistérios a serem desvendados. Suas posturas, gestos, olhares e a sustentação muito prolongada de intervalos de silêncio desenhavam um quadro de passividade, talvez de resistência ou contrangimento. Não se podia arriscar qualquer hipótese mais objetiva. Estávamos diante de uma situação marcadamente assimétrica, centrada na professora que “explicava” e fazia perguntas que ela mesma respondia; um contexto escolar que se pretendia de ensino/aprendizagem. Entretanto, lá estava a professora, representando seu papel de transmissora de um “conhecimento” oferecido como um objeto à parte, um “saber” distante, que os alunos, no silêncio, pareciam não aceitar e nem tão pouco a ele reagiam. Ouviam, sem questioná-lo. Talvez não encontrassem pontos nos quais se apoiar para fundamentar as bases de suas questões.

A situação era complexa e havia um claro despreparo da professora para atender às exigências dessa complexidade. Diante do peso do silêncio, a professora não encontrava pistas para reformulações, retomadas, novas explicações. E o seu monólogo ia preenchendo o vazio permitido pelas vozes silenciadas.

Pairava um constrangimento acrescido ainda pelo desconforto do ambiente físico da sala. Acomodados em pequenos bancos, destinados a alunos de 1a. a 4a. séries do curso regular de primeiro grau que funcionava durante o dia, esse local, improvisado, mostrava-os fora, também no espaço.

Entretanto, dentre esses alunos, um deles me chamou a atenção. Em princípio, talvez porque fosse um dos únicos a interromper a professora, fazendo perguntas, comentários aos demais. Ele era a exceção: rompia o silêncio, deslocava o “controle” da fala da professora, provocava conversas paralelas, entre pequenos

grupos que timidamente passavam a discutir questões aparentemente provocadas por suas intervenções.

A minha hipótese era de que a minha presença poderia eventualmente estar intimidando a maioria dos alunos e, por isso, talvez, a manutenção daquele silêncio. Contudo, esse sujeito não dava indicações de constrangimento ou inibição pela minha presença. Havia uma diferença entre eles e os demais também nesse aspecto.

Essas primeiras observações levaram-me a entrevistá-lo e a análise de sua entrevista foi fundamental para as hipóteses que resultaram nas perguntas de pesquisa que procurei responder neste trabalho. Esse aluno, totalmente analfabeto, no sentido de não dominar o código, era líder de um sindicato de uma categoria de trabalhadores pouco escolarizados e ocupava um cargo administrativo nessa instituição, apesar de não ter nenhum domínio da leitura e da escrita. Conforme relatou, homologava rescisões de contratos trabalhistas junto a juízes, assessorado por um advogado. Quando isso não acontecia, ele “fingia” lê-lo, conforme relatou na entrevista. Dispunha de uma secretária, que atuava como *escriba* para a produção de documentos “escritos” que, conforme examinamos em trabalho anterior (Ratto, 1995), apresentavam uma organização textual e argumentativa segundo os padrões da escrita.

No percurso de seu relato iam surgindo pistas, pela/na sua linguagem que começaram a formar um corpo de hipóteses que talvez pudesse explicar as “diferenças” com relação aos demais alunos do grupo. Eram marcas, ainda muito precárias e intuitivamente observadas, que iam se somando às primeiras observações de suas diferenças em relação aos demais.

Sua linguagem parecia fragmentária. Ora extremamente fluente, ora interrompida. Nada demais. Afinal, tratavam-se de hesitações, pausas, interrupções típicas da oralidade. (Halliday 1979, Tannen, 1980, 1982a). Mas sua linguagem

mostrava alternâncias bruscas entre variáveis duaketaus e formas que obedeciam a um padrão gramatical rígido. Ora ele parecia falar de um lugar social, ora de outro; talvez, no meio do caminho, como nas palavras de Signorini (1995:196): “nem *analfabeto*, nem *letrado*, mas também tanto *analfabeto* quanto ‘letrado’:

- (01) *Eu tenho muita ... sou muito representado, represento muita gente.*
- (02) *O objetivo do sindicato é lutar pelos direitos dos trabalhadores.*
- (03) *Embora a última estatística nos desse 382 mil, é totalmente desprevida de tudo e qualquer tipo de infraestrutura como você aí pode perceber.*
- (04) *Cada diretor também do conselho é como diz o causo do outro, souberam se postar muito bem mediante essa situação*

Essas observações juntaram-se aos objetivos delineados no projeto temático mencionado, que teve como proposta básica “investigar as práticas de letramento fora da escola, comparando-as, através de pesquisas sobre a interação nas aulas de alfabetização de adolescentes e adultos, às práticas da escola, descontextualizadas, individuais e competitivas, isentas de preocupações com a relevância social da escrita, e, com a função do texto escrito para tornar significativa uma situação” (Kleiman, 1997:5). Esse projeto organizou-se sob a concepção de *letramento ideológico* (Street 1984, Gee 1990, Kleiman 1994, 1995), como veremos no capítulo 1. Cavia então, continuar essas pesquisas para “desmitificar algumas questões acerca do uso da escrita, a saber, questões sobre efeitos cognitivos e sociais generalizados que seriam a consequência da aprendizagem da escrita: maior capacidade de raciocínio e de abstração, ascensão social, questões que contribuem à estigmatização daqueles excluídos no processo de escolarização” (Kleiman, 1997:5).

Desse modo, o sujeito descrito acima constituía um ponto de partida para as investigações que iriam reforçar a proposta central do projeto: a investigação de práticas de letramento fora da escola. Cabia, pois, buscar compreender a linguagem “elaborada” daquele sujeito e sua capacidade de produzir textos sem saber ler nem escrever, no sentido escolar do termo. A história desse aluno, sua experiência enquanto líder sindical, traziam à tona uma problemática relativa à aquisição da escrita, instalada em zonas fronteiriças de investigação: por um lado seu lugar enquanto sujeito numa prática política, numa instituição fundamentalmente orientada pela escrita, cujos produtos - projetos, programas, pautas de reivindicação eram essencialmente práticas escritas. E por outro, um contexto em que, mesmo “analfabeto”, produzia tarefas tipicamente letradas. Enfim, um objeto de pesquisa que envolvia a complexidade do trabalho de ensino e aprendizagem de adultos com práticas adquiridas em contexto não escolar. Uma situação para uma pesquisa transdisciplinar, com outros objetos de LA, dado que “atravessa as fronteiras das disciplinas, as quais não participam aditivamente, como meras fornecedoras de subsídios, mas cujos campos são, por sua vez, problematizados nesse cruzamento” (Serrani, 1997:3).

Assim, surgida no escopo da Lingüística Aplicada, a complexidade dessas investigações constituía um desafio que implicava buscar interlocutores de outras áreas do conhecimento. Como escreve Serrani (ibid), com relação a questões semelhantes de ensino/aprendizagem de língua estrangeira:

[...] como qualquer outro corpo de conhecimento, a LA tem dois focos: um predominantemente particularizador e outro generalizador (M. Saville-Troike, 1988). Existe, de um lado, o interesse em resolver problemas práticos que envolvem questões de linguagem e, de um outro lado, a preocupação com a formulação de conceitos e teorizações de natureza geral que sejam o fundamento global das pesquisas particulares” (ibid:3)

Do ponto de vista da realização concreta da linguagem, as primeiras pistas da oralidade desse sujeito mostravam inserções de seqüências de língua padrão. O sujeito mostrava uma organização textual típica de um discurso atravessado pela escrita. As interrupções, hesitações, pausas pareciam significar retomadas para uma organização/inserção de formas mais “elaboradas” de linguagem. Isso, visto sob o olhar das teorias sobre oralidade seria entendido como fenômenos típicos, constitutivos da oralidade (Halliday, 1979; Chafe, 1984). Entretanto, essa perspectiva não era suficiente para explicar as diferenças observadas entre a fala desse sindicalista e a dos demais alunos.

Se tratados do ponto de vista discursivo, esses fatos de linguagem poderiam estar significando alguma coisa além de suas fronteiras. Cabia, pois, buscar na Análise do Discurso a teorização que possibilitasse examinar o significado dessa prática sob as condições em que essa oralidade é produzida.

Assim configurado o objeto de nossa análise, este trabalho se servirá de alguns conceitos da Análise do Discurso para analisar a oralidade da perspectiva que *“não se entende a língua enquanto código (estes são explícitos) mas enquanto estrutura verbal simbólica, cujas marcas formais ganham sentido ao se realizarem em processos discursivos, historicamente determinados, e determinantes na constituição do sujeito”* (Serrani, 1995:3)

Na fronteira em que essa questão se problematiza com a Sociologia, na medida em que contempla o funcionamento das macroestruturas institucionais tanto do campo político como da escola, torna-se fundamental o exame da *reprodução* das práticas institucionais, para o quê os trabalhos de Bourdieu (1972, 1982, 1990) são da maior relevância.

Para complementar a análise estaremos examinando alguns mecanismos de linguagem na materialidade discursiva e buscar identificar aqueles que poderão estar

caracterizando a *oralidade letrada* de sujeitos não escolarizados e tentar entender o que essa prática poderá estar expressando, desvendando, ocultando ou, denunciando.

Em razão de os sujeitos desta análise serem agentes institucionais, parto da hipótese de que sujeitos em situação de mediação em contexto institucional incorporam formas regulares do que se convencionou chamar de *discurso político*, não apenas enquanto *reprodução* de formas de um discurso político resultante da situação de contato, mas como consequência de uma *transformação* enquanto sujeitos, *transformação* essa que mostra o sujeito e linguagem numa relação de constituição mútua, de relação tensa entre - sujeito, linguagem e exterioridade.

Assim, este trabalho pretende demonstrar que, de um lado as *incorporações* podem significar um reforço, uma *reprodução* dos valores legitimados mas, de outro, consideradas as condições de produção do discurso, a posição que defendemos é a de que as *incorporações*, que resultam no que chamamos de *oralidade letrada*, representam um modo de contrariar, de subverter a ordem estabelecida. Isso porque acreditamos que a *oralidade letrada* de sujeitos não escolarizados desafiam os valores nos quais os critérios de categorização do mundo social fundamentalmente organizado por padrões letrados.

Estaremos buscando responder às questões abaixo, as quais, colocadas ainda de forma abrangente, serão mais especificadas no decorrer das discussões:

1. *Qual o significado da incorporação da fala letrada no discurso de representantes sindicais e de comunidades de bairro não escolarizados?*
2. *A incorporação da fala letrada em sujeitos não escolarizados lhes garante uma autoridade social ou um poder institucional, no sentido de serem respeitados acreditados, ouvidos? Até que ponto e por quais interlocutores sua linguagem é de autoridade e legitimada?*

3. *Que mecanismos na materialidade da linguagem desses sujeitos nos apontam para um repensar do processo de aprendizagem da escrita por adultos?*

Essas perguntas definiram a elaboração de um instrumento de análise que compreendeu o exame de entrevistas realizadas com esse líder sindical e com seis outros líderes sindicais e de comunidades de bairro analisados.

Assim, no Capítulo 1, *Letramento e Oralidade letrada*, estaremos discutindo as concepções teóricas do letramento autônomo (Goody, 1977; Olson, 1983; Ong, 1982;) e letramento ideológico (Street 1994, Kleiman 1995, Tfouni 1988, Heath, 1983) como subsídios teóricos para a refutação da tese do mito do letramento que associa a capacidade cognitiva para raciocínios abstratos à aquisição da escrita.

O capítulo 2 - *As instituições: seu modo de funcionamento* - descreve o funcionamento estrutural das instituições com base no modelo de Bourdieu (1970, 1977, 1992) sobre as práticas sociais. Postulamos que a compreensão do funcionamento das instituições implica examinar o *discurso* - da instituição e de seus agentes - e assim entendê-los na sua mutualidade constitutiva. Mostramos que a linguagem não é uma prática como qualquer outra, mas, ao mesmo tempo determinada e determinante das relações sociais. Entendemos a estrutura das instituições não enquanto um sistema independente, mas este na sua relação com a sua linguagem e com a historicidade presente nas suas regras, nas suas práticas, nos seus agentes.

No capítulo 3 - *A instituições política* - caracterizamos as relações objetivas da instituição política para situar mais especificamente as condições da prática política dos militantes não escolarizados. Estaremos examinando as microestruturas do campo político (Bourdieu 1972,1992) a relação entre representantes e

representados que decorrem da *autonomização/objetivização* (Castoriadis 1982, Bourdieu 1992) das regras institucionais. Serão ainda retomados alguns aspectos do conceito de *reprodução* (Bourdieu 1972) pela sua relevância na discussão da *oralidade letrada* de militantes políticos não escolarizados no processo de *identificação/reprodução/transformação* (Pêcheux 1988).

No capítulo 4 - Os paradoxos do sindicalismo: ainda uma contradição examinamos, a partir do quadro teórico de Pêcheux (1988) a respeito do discurso e ideologia e na discussão sobre a *Ideologia em geral e ideologias das práticas ou de classes* estaremos discutindo a *contradição* nos movimentos de reprodução/transformação que têm caracterizado a história do sindicalismo brasileiro com o objetivo de mostrar que, apesar da reprodução e dos mecanismos coercitivos exercitado nas instituições - Estado e sindicatos, ainda há *transformação*.

O Capítulo 5 - Procedimentos Metodológicos - traz dados sobre os principais sindicalistas, descreve a função desses líderes nas instituições em que atuam.

No Capítulo 6 - *Os espaços da contradição: os percursos temáticos da oralidade letrada* - desenvolvemos a análise dos dados do ponto de vista da Análise do Discurso com o objetivo geral de configurar o lugar da ideologia mais universal, seus mitos, e o lugar dos aspectos mais específicos do campo político no processo de transformação. A análise se organiza em torno dos temas evocados pelos sujeitos. Esses temas mostram os sujeitos num processo de *contradição* que se revela na *oralidade letrada*, constitutiva do processo de *identificação/transformação*.

E, no Capítulo 7 - *O processo heurístico de busca de um padrão de correção* - desenvolvemos uma análise na qual são apontados alguns exemplos de mecanismos lingüísticos que constituem *pistas* do sujeito enquanto observador da linguagem, no seu processo de aprendizagem na sua relação com *o(s) outro(s)* discursivos. Essa análise tem o objetivo de reforçar a nossa hipótese do sujeito em *transformação*

socio-histórica e ideológica mostrada na/pela linguagem, conforme desenvolvemos no Capítulo 6.

CAPÍTULO I

LETRAMENTO E ORALIDADE LETRADA

*“O analfabeto não é ingênuo como parece”
Sindicalista não escolarizado*

1.0 - Introdução

O objeto de investigação deste trabalho - o discurso de militantes políticos não escolarizados - situa-se no contexto amplo das discussões sobre letramento, cunhado a partir de reflexões recentes que têm questionado a aplicação da dicotomia alfabetizado / não alfabetizado de modo intercambiável com o conceito de letrado / não letrado.

Dado o conjunto de diferentes práticas da leitura e escrita na sociedade contemporânea, a dicotomia alfabetizado / não alfabetizado não mais se aplica como concepção generalizadora das práticas observadas na sociedade que se organiza fundamentalmente pela escrita. Ser alfabetizado (Kleiman 1995; Tfouni 1995) constitui apenas *um* tipo de prática valorizada que desenvolve alguns tipos de habilidades e não necessariamente outros, encobrindo outras múltiplas práticas nas quais a leitura, a escrita e a oralidade se interrelacionam.

Entende-se por *letramento*, neste trabalho, o “conjunto de práticas social e culturalmente determinadas de uso de escrita” (Kleiman 1995:19). Essa questão deve ser observada não a partir do processo de aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e para a escrita mas a partir do fato de a sociedade ser ou não letrada, o que equivale a dizer que o problema do letramento está “na sofisticação das comunicações, dos modos de produção, das demandas cognitivas

pelas quais passa uma sociedade como um todo quando se torna letrada, e que irão inevitavelmente influenciar aqueles que nela vivem, alfabetizados ou não” (Tfouni 95:27).

Dessa perspectiva, ser alfabetizado não necessariamente significa ser letrado. Do mesmo modo que ser escolarizado também não significa necessariamente ser letrado. Portanto, um indivíduo que não tenha recebido educação formal e que não domine o código escrito pode ser considerado letrado.

1.1 - Letramento. Alguns princípios fundamentais

As discussões sobre letramento se estabeleceram basicamente balizadas por duas correntes denominadas por Street (1984) de *modelo autônomo* e *modelo ideológico*.

O *modelo autônomo* tem em Goody (1977), Olson (1983) e Ong (1982) seus maiores representantes. Tendo como horizonte de referência as investigações do clássico trabalho de Luria (1976), o modelo autônomo pressupõe um grande divisor entre grupos ou povos que usam a escrita e aqueles que não a usam, resultante de diferenças cognitivas advindas do uso da escrita, como o desenvolvimento do pensamento lógico e a capacidade para compreender e produzir silogismos.

O trabalho de Luria fundamentou-se em um grande número de experimentos de orientação psico-cognitivista, realizados com camponeses soviéticos da Ásia Soviética Central, durante os anos 30. À época, a região vivia sob circunstâncias singulares do ponto de vista sócio-político e econômico pois transitava do sistema feudal, individual de trabalho, ao coletivo com profundas transformações tecnológicas.

O experimento consistiu de tarefas que implicavam categorizar objetos familiares ou emitir conclusões sobre categorizações a partir de premissas silogísticas, aplicadas a três grupos de camponeses. O primeiro grupo era formado de camponeses não alfabetizados que viviam ainda sob condições feudais e tradicionais de organização de trabalho; o segundo era composto de camponeses que tinham sido expostos a um mínimo de escolarização e o terceiro, formado de jovens engajados na Revolução e inseridos nas transformações tecnológicas da nova forma de trabalho coletivo. Cabia aos informantes seguir instruções que implicavam agrupar cores, formas geométricas e diversos tipos de objetos, de acordo com deduções e inferências relativamente às suas categorias superordenadas e genéricas. Foram observados diferentes procedimentos de resolução: os sujeitos não alfabetizados tenderam a reproduzir as relações entre os objetos a partir de suas experiências práticas, avaliando os objetos isoladamente e designando suas funções específicas, por exemplo, “este, serve para tal e tal função, aquele para outra” (Luria *ibid*:54). A esse tipo de categorização Luria chamou “gráfico-funcional”, pelo fato de a classificação resultar de configurações perceptuais e ser inferida a partir de situações concretas de experiência pessoal.

Observou-se dificuldade de categorização quando os objetos propostos não faziam parte do conjunto dos objetos vivenciados em situação real, ou ainda, resistência na aceitação de sugestões dos pesquisadores quando as consideravam contraditórias com relação às suas próprias experiências. Por exemplo, diante de um conjunto de objetos como um martelo, uma machadinha, um serrote e uma tora de madeira, não aceitavam a sugestão de juntar os três primeiros sob a categoria genérica de “ferramentas” isolando a madeira, justificando que “mesmo que sejam ferramentas, nós ainda precisamos da madeira” (Luria *ibid*:56). A tendência era, pois, de agrupar os objetos sob bases estritamente idiossincráticas, reconstruindo

uma situação gráfica na qual os objetos poderiam funcionar juntos. Em contrapartida, os sujeitos em trabalho prático braçal mas que tinham freqüentado a escola por um período curto de tempo, demonstravam procedimentos que contemplavam tanto generalizações abstratas como experiências práticas. E o terceiro grupo, formado de jovens ativistas alfabetizados, com experiência escolar de dois a três anos e que realizavam trabalho coletivo em fazendas modernas, tendiam a operar de modo “categorial”, agrupando os objetos segundo sua categoria superordenada, abstrata, independente da experiência pessoal. Os objetos acima, por exemplo, foram agrupados como “ferramentas”. Isso demonstrava que se valiam de princípios de organização não-contextualmente dependentes ou ligados à sua prática pessoal. Outras tarefas que envolveram raciocínio silogístico produziram resultados semelhantes (cf. Tfouni 1988).

Os estudos mostraram ainda, segundo Luria, que as mudanças na estrutura de processos mentais estão associadas às atividades cognitivas em diferentes estágios do desenvolvimento histórico, e as maiores mudanças ocorreram nesses processos sob o impacto da revolução cultural. O autor afirma que, de modo convincente, os dados mostraram que a estrutura da atividade cognitiva não permanece estática durante diferentes estágios do desenvolvimento histórico e que as formas mais importantes de processos cognitivos como a percepção, generalização, dedução, raciocínio, imaginação variam à medida em que as condições da vida social se modificam e, à medida também que os rudimentos do conhecimento adquirido são refinados (Luria 1972:162).

Esses argumentos, que sustentam que diferentes efeitos cognitivos estão fortemente ligados ao desenvolvimento da habilidade de escrever e de ler, suscitou questões que levaram Scribner e Cole (1981), estudiosos da psicologia social, a avançar a hipótese de que outras variáveis poderiam estar determinando as

diferenças cognitivas: seria a alfabetização no sentido tradicional da aquisição individual da habilidade de ler e de escrever ou a escolarização, ou ainda, no caso dos sujeitos de Luria, seria a exposição às novas instituições às quais os jovens foram submetidos pela Revolução? Colocou-se, além dessas, uma outra questão também pertinente: pode-se distinguir diferentes formas de letramento praticadas por um indivíduo ou por uma sociedade?

Em tarefas de raciocínio silogístico semelhantes às propostas por Luria, Scribner e Cole realizaram estudos que buscaram responder a essas questões.

A comunidade Vai, na Libéria, se configurava como um objeto especialmente interessante de investigação porque apresentava características que permitiam isolar essas variáveis. Havia contextos formais e informais de contato com a escrita: a silábica Vai usada em anotações, correspondência familiar e comercial, adquirida em contexto familiar sem qualquer vínculo com a instituição *escola* nos moldes ocidentais; a escrita inglesa adquirida e usada em contextos escolares e a alfabética árabe, em contexto religioso para leitura, escrita e memorização do Corão. Dado que dentre os membros da comunidade havia sujeitos que usavam uma modalidade, duas delas, todas ou nenhuma, Scribner e Cole reuniam condições confiáveis para o isolamento das variáveis para a observação do efeito do letramento advindo da escolarização. Os resultados mostraram que cada forma de letramento - escrita silábica Vai e alfabética Árabe - estava associada a uma tarefa específica. Os sujeitos escolarizados (em inglês) mostraram-se mais hábeis em “conversar sobre a tarefa” mas não foram observadas maiores habilidades de raciocínio abstrato.

Os autores concluíram que os sujeitos resolviam a tarefa proposta mediante um uso de escrita priorizado na escola. A “explicitação”, atribuída como evidência de raciocínio lógico na resolução de tarefas, constitui um modo específico de uso que deve ser visto como um argumento em favor das variáveis sociais e não de

alterações cognitivas advindas universalmente da escrita. A esse respeito Kleiman comenta que “a maior capacidade para verbalizar o conhecimento e os processos envolvidos numa tarefa é consequência de uma prática discursiva privilegiada na escola que valoriza não apenas o saber mas ‘o saber dizer’ ” (Kleiman 1995:27). Poder-se-ia ainda dizer que embora as práticas da escrita Vei estivessem dissociadas da escolarização, elas não constituíam uma prática isolada mas achavam-se incorporadas a outras práticas sociais que envolviam crenças e costumes que lhes acompanhavam e lhes atribuíam sentido. Isso correlaciona o conceito de letramento e práticas sociais.

Entretanto, a perspectiva que atribui as diferenças cognitivas diretamente à escrita continuou a influenciar estudos na área. Conforme mencionei anteriormente, Ong (1982) é um dos autores que, ao lado de Goody (1977) e Olson (1983), defende a tese de que os indivíduos que adquirem a habilidade de ler e de escrever exibem um raciocínio lógico e analítico que permite operações com categorias abstratas. O autor acredita que a escrita possibilita processos reflexivos de pensamento produzindo uma reestruturação dos modos de pensamento⁴. Diferentemente da oralidade (uma linguagem natural, dependente do contexto situacional), a escrita é uma linguagem artificial que, uma vez governada por regras articuladas, conscientemente adquiridas para essa prática, traz consequências cognitivas, favorecendo a objetividade, o descentramento e o raciocínio dedutivo. A esse respeito escreve Ong (1989:82):

*To say writing is artificial is not to condemn it but to praise it.
Like other artificial creations and indeed more than any other, it*

⁴ Essa perspectiva parte da premissa de que a linguagem é suporte de pensamento, diferentemente da concepção adotada neste trabalho, que trata a linguagem não da perspectiva cognitiva, mas considera como constitutivas as condições sócio-históricas e ideológicas em que a linguagem é produzida. Sujeito, linguagem e sociedade se constituem mutuamente, não são vistos como componentes isolados.

*is utterly invaluable and indeed essential for the realization of fuller, interior, human potentials. Technologies are not mere exterior aids but also interior transformations of consciousness, and never more than when they affect the word. Such transformations can be up lifting. Writing heightens consciousness. Alienation from a natural milieu can be good for us and indeed is in many ways essential for full human life. To live and to understand fully, we need not only proximity but also distance. This writing provides for consciousness as nothing else does.*⁵

Essa é a perspectiva sustentada por Ong, ou seja, a de que indivíduos possuidores dessa “tecnologia” estariam mais aptos a raciocínios inferenciais e, por extensão, mais propensos a atitudes de ceticismo e questionamento podendo, por exemplo, distinguir o que é mito do que é história, reconhecer a importância do tempo e espaço, a complexidade de uma estrutura governamental. Ainda nessa mesma direção, seriam pessoas mais criativas, orientadas a planejar e a perseguir um objetivo, dotadas de consciência política, dentre outras tantas operações consideradas abstratas. Essa é a concepção que associa letramento ao progresso, à civilização, à mobilidade social, à tecnologia, à liberdade individual, conforme mostram Street (1984), Gee (1990), Kleiman (1995), Tfouni (1995). E essa concepção, que confere esse poder à escrita, constitui o que Graff (1979) denominou de “Mito do Letramento”, referindo-se ao conjunto hegemônico de

⁵ “Dizer que a escrita é artificial não é condená-la mas elogiá-la. Como quaisquer outras criações e na verdade mais do que qualquer outra, ela é deveras inestimável e essencial para a realização do mais completo potencial humano interior. As tecnologias não são uma mere ajuda exterior mas também são transformações de consciência interior, e mais do que nunca quando elas afetam a palavra. Tais transformações podem ser enaltecidas. A escrita eleva a consciência. A alienação do ambiente natural pode ser boa para nós e, na verdade, é de várias maneiras essencial para uma vida humana completa. Para viver e compreender completamente, necessitamos não apenas de proximidade mas também de distanciamento. Isso a escrita propicia à consciência como nada mais o faz.” (Esta e as demais traduções constantes deste trabalho são de minha autoria).

crenças sobre os efeitos da escrita no indivíduo, efeitos que variaram desde a ascensão e promoção social até o desenvolvimento cognitivo superior do escolarizado. Conforme argumenta Kleiman (op.cit.: 13),

“não há, de fato, nenhuma evidência empírica sobre sua validade; isto é, não é possível caracterizar o pensamento de um grupo como mais abstrato ou menos abstrato com base na escolaridade diferenciada, pois a abstração faz parte da natureza do pensamento. Pelo contrário, há muitas evidências sobre a validade da hipótese de que inexistem diferenças no funcionamento cognitivo de indivíduos com diferentes níveis de escolaridade”.

Tfouni (1988) em estudo sobre oralidade e escrita demonstra, através de experimentos que implicavam entender silogismos nos moldes propostos por Luria (op. cit.), que não se trata de desenvolvimento cognitivo diferenciado como consequência da aquisição da escrita. Embora em vários aspectos a autora se posicione ao lado de Ong no que se refere às “vantagens” das sociedades letradas como, por exemplo, o fato inquestionável de que o desenvolvimento científico e tecnológico seria impossível sem a escrita, Tfouni, por outro lado, conclui que:

“os sujeitos não alfabetizados espelham, em seu discurso, sua história, bem como a existência de caminhos e modos de funcionamento cognitivo que não são nem “menos”, nem “piores”; são, antes, diferentes e alternativos, por serem, tal como os dos letrados, produtos sócio-históricos” (1988:122).

Além disso, observa a autora, há de se considerar que, se por um lado os não alfabetizados não têm acesso ao conhecimento sistematizado nos livros, o que “configura uma ruptura entre ciência e conhecimento comum” (Tfouni 1987, apud:

1988:121), do mesmo modo a ciência e a tecnologia destituem o indivíduo de seu conhecimento e de sua identidade na medida que desvalorizam práticas, técnicas alternativas culturalmente herdadas.

Em outro estudo de Tfouni (1995) sobre a relação entre letramento e escolarização a autora também traz evidências de que há uma ausência de relação entre letramento e escolarização. A autora compara produções escritas de um sujeito com apenas alguns meses de escolaridade e sujeitos altamente escolarizados e mostra que não há correspondência direta entre grau de escolarização e letramento. Os níveis diferenciados de escolarização não se revelaram determinantes de uma produção escrita também diferenciada. Essas constatações e outras de estudos como os de Kleiman (1995b), Ratto (1995) representam fortes evidências que permitem afirmar que a escrita é também acessível àqueles que não dominam o código escrito, o que coloca a questão do letramento sob uma perspectiva sócio-histórica: são as condições de produção do processo discursivo desses sujeitos, inseridos numa sociedade organizada por padrões letrados que determinam, na sua oralidade, o uso de mecanismos discursivos de linguagem considerados mais típicos da escrita.

Portanto, as discussões deste trabalho terão como foco, sob a perspectiva da Análise do Discurso e da Linguística Aplicada, a oralidade de sujeitos que não dominam o código escrito mas que, no entanto, produzem falas permeadas por formas advindas da escrita. Esse é um modo de funcionamento da linguagem dentro da concepção de letramento esboçada acima que passarei a denominar de *oralidade letrada* em que as modalidades oral e escrita se interrelacionam formando um *continuum*. Conseqüentemente, essa perspectiva não autoriza estabelecer-se a dicotomia letrado / não letrado tomando-se por base apenas o critério da escolarização.

Essa dimensão de letramento impõe uma trajetória transdisciplinar de análise. Como vimos, a emergência do objeto de pesquisa deu-se em contexto de ensino-aprendizagem. Entretanto, o entendimento de problemas surgidos em sala de aula vai além de suas fronteiras. Há questões anteriores que possibilitam melhor entendê-los. Por isso buscamos na Análise do Discurso os subsídios teóricos para as respostas às questões de linguagem, dada a sua concepção de sujeito fundada na interrelação dos aspectos sócio-históricos e ideológicos compatíveis com a nossa conceituação de letramento.

Essa dimensão de letramento impõe uma trajetória transdisciplinar de análise. Como vimos, a emergência do objeto de pesquisa deu-se em contexto de ensino-aprendizagem. Entretanto, o entendimento de problemas surgidos em sala de aula vai além de suas fronteiras. Há questões anteriores que possibilitam melhor entendê-los. Por isso buscamos na Análise do Discurso os subsídios teóricos para as respostas às questões de linguagem, dada a sua concepção de sujeito fundada na interrelação dos aspectos sócio-históricos e ideológicos compatíveis com a nossa conceituação de letramento.

A perspectiva de letramento que adotamos encontra também na Sociologia o suporte teórico para que se observe a questão no ambiente de sua emergência: a instituição. Esse é um enfoque crucial na medida em que permitirá mostrar as possíveis razões pelas quais o sujeito militante político desenvolve práticas de letramento que, embora objetivadas pela escola, nem sempre são alcançadas. Como descrevemos nos Capítulos 6 e 7, sujeitos em militância política mostram uma linguagem cuja organização textual parece fortemente influenciada pela escrita não apenas em níveis sentenciais como, por exemplo, concordância verbal, gênero e número, e ou outros mecanismos de funcionamento gramatical rígido, como

também apresenta uma estrutura textual marcada por mecanismos mais comumente usados na escrita ou observados na oralidade de sujeitos letrados.

Esses dados, dentro da dimensão discursiva de letramento, não são vistos, neste estudo, apenas enquanto fenômenos de incorporação que se dão pela situação de contato, uma prática pela prática. Queremos entender as razões pelas quais se dá o funcionamento da prática letrada nessa situação específica, nesse espaço específico de inscrição do sujeito - a militância política, situação essa que se configura como um contexto de aprendizagem diferente das formas de aprendizagem na instituição *escola*.

Não nos propomos, portanto, a discutir questões de ensino/aprendizagem como um objetivo específico. Entretanto, haverá contribuição no âmbito da Lingüística Aplicada na medida em que estaremos ampliando o escopo das discussões sobre a condição de *excluídos* na qual, queiramos ou não admitir, situam-se os não escolarizados no Brasil. O que se configura como central neste questionamento sobre o uso letrado das práticas de linguagem é a análise do *sujeito institucional*. O estudo do *sujeito político* na prática institucional nos estará contando o que a instituição *escola* com sua história de produção de fracasso, não nos pode dizer.

Dessa forma, é a análise das condições de produção da linguagem no contexto institucional que nos interessa investigar o que, ao nosso ver, possibilita mostrar o sujeito dividido, num processo concomitante de *transformação* de sua linguagem e das condições sócio-históricas e ideológicas no qual está inscrito.

Cabe ressaltar que, embora transite por outras áreas de inquestionável relevância no escopo desta análise, este trabalho situa-se no domínio da Lingüística Aplicada por tratar-se, sobretudo, da investigação de um problema identificado numa

situação prática de ensino, em cuja reflexão estarão sendo focalizados conceitos como o de alfabetização, escolarização e linguagem.

1.2 - Letramento e a Análise do Discurso. Algumas considerações.

A Análise do Discurso propõe que se considerem as *condições de produção* do discurso como o princípio fundamental entre a linguagem e a exterioridade. Assim, os interlocutores, o lugar que todo falante e todo ouvinte ocupa na sociedade, a situação, o contexto histórico-social e ideológico fazem parte da significação, constituindo o sentido de uma seqüência verbal (Pêcheux, 1969, 1982, 1988), (Orlandi 1987, 1988, 1990). Dependendo de onde socialmente se fala, ou se ouve, o mesmo discursivo pode ter implicações e conseqüências diferenciadas. A linguagem não representa apenas um *dado*, um mero instrumento de comunicação, um *componente* da sociedade: linguagem e sociedade se constituem mutuamente (Orlandi 1988). Por isso a linguagem pode ser vista como um trabalho simbólico de ação transformadora que, na especificidade de sua materialidade lingüística, integra o homem a seus produtos - cultura e natureza - e define a relação necessária entre realidade natural e social. Dentro dessa concepção, é possível afirmar-se que:

“[...] tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” (Orlandi 1988:17)

O lugar de onde se ouve e de onde se fala pertence a uma *formação social* (Foucault 1972), condições materiais historicamente constituídas, que definem a posição do sujeito num grupo social, com regras sociais e ideológicas específicas que estabelecem a relação entre as situações objetivas e as representações dessas

situações no interior do discurso. Essa relação são as formações imaginárias⁶ (Orlandi 1988:18) e, conforme a autora, a linguagem e a sociedade se constituem mutuamente justamente por ser a primeira entendida enquanto o *lugar social*, o espaço de representações sociais e, tudo isso como parte da significação. Essas relações são chamadas de *relações de forças* no discurso:

A relação entre a situação social do sujeito e a sua posição no discurso não é direta. Há formações imaginárias que presidem essa relação, de forma que o lugar de onde ele fala se reflete no que ele diz. É, portanto, um jogo de imagens que se projeta em todo o discurso. (Orlandi, 1990:177)

Assim, as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas. Para Orlandi (1988, 1990) as formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição do sujeito em uma certa conjuntura.

Os sentidos são então determinados pelas *formações discursivas*⁷ com as quais o sujeito se identifica. O sujeito desloca-se na relação entre formações discursivas. Estas constituem o espaço das reformulações, paráfrases e sinonímias, formando um “todo complexo” que “define o universo do *dizível* e especifica, em suas diferenças, o limite do dizer para os sujeitos em suas distintas posições”, afirma Orlandi (1990: 39).

É no todo de *formações discursivas* com dominante, o *interdiscurso*, que se acha “a memória do sentido, o repetível: falamos com palavras que já têm sentido” (ibid:18) e é no *interdiscurso* que se estabelece a relação entre as formações

⁶Essa questão remete à noção de *ilusão discursiva do sujeito* (Pêcheux e Fuchs, 1975, Orlandi, 1988). Segundo Orlandi, “o sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade retoma sentidos preexistentes”. Pêcheux chama essa ilusão de Esquecimento 1 e 2, adiante, neste capítulo.

⁷ Estamos utilizando a noção de *formação discursiva* proposta na 3a. fase dos estudos da Análise do Discurso.

discursivas e a exterioridade, com o Outro. O *interdiscurso* constitui, então, a objetividade material da instância ideológica que não é senão a instância da *identificação/reprodução/transformação* que constitui a luta ideológica de classes:

[...] o efeito daquilo que definimos como o *interdiscurso* continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite. (Pêcheux 1988:216)

A referência ao *interdiscurso* como “o todo complexo com dominante” circunscreve-se à distinção entre dominação/determinação. A formação discursiva que veicula a *forma-sujeito* é a formação discursiva *dominante* e as formações discursivas que constituem o seu *interdiscurso* determinam a *dominação da formação discursiva dominante*. Isso em razão do efeito do *pré-construído* e da *articulação*, dois tipos de elementos do *interdiscurso*:

[...] o “*pré-construído*” corresponde ao “*sempre-já-aí*” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “*realidade*” e seu “*sentido*” sob a forma da universalidade (o “*mundo das coisas*”), ao passo que a “*articulação*” constitui o **sujeito em sua relação com o sentido**, de modo que ela representa, no *interdiscurso*, **aquilo que determina a dominação da forma-sujeito**” (Pêcheux 1988:164) (grifo do autor).

O *pré-construído* é a marca do *interdiscurso* no *intradiscurso*, o domínio da formulação, da seqüência lingüística específica, da enunciação. O *interdiscurso* corresponde à dimensão do enunciado. Assim o repetível, a memória do dizer, o *interdiscurso*, é recuperável na seqüência discursiva do *intradiscurso* em que o sujeito se mostra na sua individualidade. Segundo Orlandi (1988:111), nessa relação com o repetível “o que joga não é o sujeito em si, mas as *posições do sujeito que*

regulam o próprio ato de enunciação” (grifo meu). Essas posições são da ordem das *formações imaginárias* e correspondem a “lugares” na formação social (Pêcheux 1969, apud Orlandi 1988).

Assim, todo o funcionamento de um discurso é regulado do exterior, do interdiscurso. O discurso é um produto do interdiscurso. Conforme escreve Authier-Revuz (1990:26) “toda fala é *determinada de fora* da vontade do sujeito e que este “é mais falado do que fala”. Este “de fora” não é o que, inevitavelmente, o sujeito portador de um sentido encontraria e em função do qual se determinariam as formas concretas de sua existência e aquela de seu discurso; está no *exterior ao sujeito*, no discurso, como condição constitutiva de existência”.

Essa perspectiva considera então o discurso como a materialidade lingüística que é atravessada pelos *efeitos de sentido* (e não como um veículo de informações). Essa noção de *efeitos de sentido* decorre do fato de se conceber o sentido como tendo caráter incompleto e múltiplo, jamais “fechado e acabado” porque, como vimos, resulta das *condições de produção*: da relação entre sujeito e a instituição, entre os diferentes dizeres, entre o dizer com o que não é dito (Orlandi 1990:178).

A Análise do Discurso postula que sempre um determinado tipo de discurso pertencerá a uma formação ideológica, existindo uma relação entre ideologia e discurso, pois são as posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico que determinam o sentido de uma dada palavra ou expressão. As *formações ideológicas*, por sua vez, são definidas por Orlandi (1988) como o conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas com as outras.

Essas questões devem ser consideradas enquanto processo discursivo, no todo das formações discursivas, o *interdiscurso*. O sujeito “acha-se” dentro de uma

formação discursiva particular, a fonte de seu dizer e *desloca-se*, relacionando-se com outras formações discursivas. Daí, ter-se, conforme Pêcheux (1988:160), que:

“o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existir em ‘si mesmo’ (isto é, na sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).”

A noção de *processo* discursivo - de *reprodução, transformação* - sustenta-se também na concepção de sujeito proposta por Pêcheux que emprega o termo “esquecimento 1” para caracterizar a exclusão do sujeito enquanto fonte, origem do seu dizer, ou seja, o ocultamento da “causa que o constitui”. O “esquecimento 2” é o ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’, no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase - *um enunciado, forma ou seqüência e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*” (ibid: 173).

Pelo acobertamento do processo através do qual uma seqüência discursiva é produzida, o ‘esquecimento 1’ cria a ilusão de que o sujeito precede o discurso e é a fonte do significado de seu dizer. Entretanto, o *sujeito do discurso* é constituído através da *identificação* do sujeito com a formação discursiva que o domina, com o Outro. Portanto, o sujeito não reconhece essa *identificação-subordinação*, exatamente porque esta ocorre sob a forma de *autonomia*.

Assim, tem-se o que Pêcheux denomina de *pré-construído*, que corresponde ao “ ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica, que fornece/impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’)” (ibid: 164). O autor

considera ainda que, o *interdiscurso* enquanto *discurso-transverso* ‘atravessa’ e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto *pré-construído*, que fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”. A *forma-sujeito* (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o *interdiscurso* no *intradiscurso*, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”.

Com base no exposto acima, este estudo se deterá na análise das condições sócio-históricas e ideológicas que produzem os deslocamentos entre as formações discursivas que mostram os sujeitos no processo de *identificação/ contradição/ transformação*. Os mecanismos enunciativos trazidos à discussão serão vistos enquanto o lugar material onde os efeitos de sentido produzidos pelos deslocamentos entre formações discursivas se realizam. Procurar-se-á buscar compreender o que as possíveis marcas ou pistas da prática letrada burocrática poderão estar sinalizando, encobrindo ou desvendando na/pela oralidade desses sujeitos, em termos do *modo* de funcionamento da linguagem, na sua relação com a exterioridade, com a situação - com as instituições, com o contexto sócio-histórico, com a ideologia.

CAPÍTULO 2

AS INSTITUIÇÕES

algumas considerações sobre seu funcionamento

Value does not wear a statement of what it is written in its own brown.
Marx

2.0 - Introdução

Neste capítulo estaremos discutindo o modo de funcionamento das instituições. É importante ressaltar que a abordagem que adotamos implica pensar as instituições e seus sujeitos a partir de suas posições ideológicas. Falar do significado das práticas institucionais apenas do ponto de vista do funcionamento estrutural das instituições seria o equivalente ao que Orlandi afirma relativamente à linguagem e sujeito, ou seja, “*fixar-lhe um sentido (um conteúdo imóvel) quando na realidade a identidade é um ‘movimento’ inapreensível em seus pólos fixados*” (Orlandi 1990:245).

Desse modo, estarei falando das instituições e de seus agentes partindo da descrição do funcionamento de sua estrutura para demonstrarmos que este não é o limite para compreendermos suas práticas. Compreendê-las é examinar também o que suas estruturas permitem e o que não permitem compreender. É, pois, observar também o *discurso* - da instituição e de seus agentes - e assim entendê-los na sua mutualidade constitutiva.

Portanto, cabe deixar claro que estaremos focalizando a estrutura das instituições não enquanto um sistema independente, mas este na sua relação com a sua linguagem e com a historicidade presente nas suas regras, nas suas práticas, nos seus agentes.

Para iniciarmos a discussão da linguagem dos representantes políticos não escolarizados, partimos da descrição do funcionamento estrutural da instituição, com base na perspectiva sociológica da teoria de Bourdieu (1972; 1992) que acreditamos fundamental para a discussão da *reprodução* como parte do processo de *transformação*, foco deste trabalho.

A teoria de Bourdieu contempla aspectos da sociedade que impedem que lhe seja imputada uma visão puramente objetivista das relações sociais, na medida em que inclui o conceito de *habitus* como mediador na análise do funcionamento da sociedade. Entretanto, sua teoria ainda prescinde de uma análise do sujeito que possa mostrar, na linguagem, os sujeitos em seu processo de *identificação/ transformação* no qual a *contradição* figura como constitutiva. O modelo sociológico de Bourdieu mostra uma forte tendência em atribuir à *reprodução* o papel determinante das relações sociais cabendo à *contradição* um lugar marginal. E é fundamentalmente no processo de *identificação/transformação e contradição* (Pêcheux 1982, 1988, 1990) que situamos a análise deste trabalho, a fim de demonstrarmos o caráter móvel e transformador da linguagem, mesmo sob condições de produção em que predomina a *reprodução*. Alguns parâmetros do modelo de Bourdieu (1970, 1977, 1992) serão utilizados para o exame dos aspectos microestruturais no exame da contradição que emerge no discurso de sujeitos em militância política ao refletirem sobre as práticas sociais insitucionais que são constitutivas da ação política como a representatividade e a fala pública, por exemplo.

2.1 - A teoria da reprodução. Algumas implicações para o entendimento do funcionamento das instituições.

Os trabalhos de Bourdieu (1977, 1992) e Bourdieu e Passeron (1970) sobre a *reprodução* constituem, sem dúvida, um denso aparato teórico para o entendimento das macrorelações institucionais. Apesar de seu trabalho deter-se fortemente na *reprodução* como o processo predominante nas relações sociais, ele procura incorporar noções que acenam para uma concepção não tão radicalmente determinista.

Para o autor, a teoria social clássica caracteriza-se por apresentar uma oposição compartimentalizada entre enfoques subjetivistas e objetivistas. A perspectiva subjetivista tem como preocupação central a descrição da sociedade baseada em crenças, desejos e julgamentos dos agentes sociais, visão esta que, aplicada à linguagem, considera que é o sujeito que determina (isto apoiado na noção de *intenção*⁸) o sistema da linguagem e se apresenta como unidade. Por outro lado, os objetivistas explicam o pensamento e a ação social em termos das condições econômicas e materiais, estruturas sociais e a lógica cultural; o sujeito e a linguagem são determinados como resultado do funcionamento das estruturas sociais e as regras em si produziriam as formas da linguagem.

Bourdieu considera essas teorias não aceitáveis por tratarem essas oposições dicotômicamente, não levando em conta a articulação complexa e intrincada entre elas, sujeito e objeto, articulação essa que o autor discute através da formulação dos conceitos de *habitus*, *capital simbólico* e *campo*. Esses conceitos são centrais na teorização do autor que enfatiza o papel da linguagem na *reprodução* (e manutenção) da sociedade organizada em classes.

⁸ O conceito de *intenção* entendido aqui tal qual discutido por Austin (1962), Searle (1981) e outros.

O autor considera que ignorar a relação dialética entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas motivadoras decorrentes dessa relação seria traduzir o funcionamento social a uma fórmula lógica. Não se pode desconsiderar, segundo ele, que as estruturas objetivas sejam produtos de práticas históricas que constantemente se reproduzem e se transformam. Caso contrário, seria reduzir a relação entre as diferentes instituições a uma fórmula lógica que estaria possibilitando a qualquer uma delas derivar de uma outra. Para o autor, as instituições têm por princípio de produção o próprio produto de suas estruturas. E esse produto resulta da uma articulação entre um sujeito ideológico e as estruturas objetivas, numa relação tensa em que o sujeito tem que vencer a força das estruturas objetivas já sedimentadas:

[...] *The opposition between the structure and the individual against whom the structure has to be won and endlessly rewon stands in the way of construction of the dialectical relationship between the structure and the disposition making up the habitus.*⁹ (Bourdieu 1977:84)

2.1.1 - O habitus. Um conceito central na teoria de Bourdieu.

O conceito de *habitus* descreve a mediação problemática entre a estrutura social objetiva das instituições e seus agentes. Trata-se de um conjunto de esquemas de percepção, pensamento, sentimento, concepções e ações, comuns aos membros de um mesmo grupo ou classe. Constitui um sistema de *disposições* tanto objetivo quanto subjetivo, fazendo a interseção dinâmica da estrutura e ação, ou seja, da

⁹ " a oposição entre a estrutura que tem que ser vencida e infinitamente re-vencida e o indivíduo situa-se no caminho da construção do relacionamento entre a estrutura e as disposições que compõem o *habitus*".

sociedade e do indivíduo. Por *disposições* entende-se “uma predisposição, tendência ou inclinação” (1977:214), ou seja, o conjunto dos elementos que compõem o *habitus*. Esse sistema de esquemas objetivos e subjetivos é reproduzido, segundo o autor, pela prática, sem atravessar o discurso ao nível consciente. Entretanto, ele argumenta que o fato de serem reproduzidos pela prática sem necessariamente a interferência de ações reflexivas ou intencionais não significa que as práticas sejam desenvolvidas ou incorporadas por um aprendizado mecanicista, por tentativa e erro, por exemplo. Ao contrário, a incorporação das práticas sociais que compõem o *habitus* ocorre quando se é possível apreender ou inferir os princípios subjacentes à estrutura social. Pressupõe-se que haja uma coerência que permite a incorporação dessas práticas.

Assim, o *habitus* constituiria a pré-condição para o que Bourdieu chama de *objetivização*, para que o funcionamento estrutural da sociedade, cujas práticas não são conscientes nem intencionais, seja tomado pelos agentes como já dado.

Essa *objetivização* das práticas sociais seria então resultante de uma *homogeneização* do *habitus* (tanto do agente como das instituições) que, dentro dos limites do grupo, e em razão dos mesmos esquemas compartilhados pelos agentes de uma sociedade na produção e interpretação, faz com que as práticas sejam imediatamente reconhecidas, apreendidas, previstas permitindo que sejam tomadas como já dadas, isto é, sem a necessidade/interferência do racional.

Dessa forma, um dos efeitos fundamentais da *homogeneização* dos componentes do *habitus* seria a produção do senso comum dotado da *objetividade* assegurada pelo consenso quanto aos significados das práticas. Seria produzida uma *harmonização* das experiências dos agentes pelo reforço contínuo que cada uma dessas experiências recebe, seja da expressão individual, seja da coletiva.

Essa dimensão do conceito de *habitus*, segundo o autor, permite que se incorpore a história na compreensão das práticas particulares. Estas não são vistas apenas como um produto do *habitus* determinante das relações presentes, mas como o produto de uma relação entre a história (que também produziu o *habitus*) e os contextos sociais específicos:

[...] *the habitus is the product of history, produces individual and collective practices, and hence history, in accordance with the schemes engendered by history. The system of dispositions - a past which survives in the present and tends to perpetuate itself into the future by making itself present in practices structured according to its principles, an internal law relaying the continuous exercise of the law of external necessities (irreducible to immediate conjunctural constraints) - is the principle of the continuity and regularity which objectivism discerns in the social world without being able to give them a rational basis.*¹⁰ (ibid: 83)

A *objetivização*, que resulta, então, da *homogeneização*, poderia ser entendida, se tomada em termos absolutos, como consequência de um *perfeito* partilhamento de esquemas idênticos e substituíveis de percepção, das visões particulares de mundo. Entretanto, dada a inviabilidade de um perfeito partilhamento, Bourdieu relativiza o conceito de *homogeneização* afirmando que este abriga uma relação de *variáveis estruturais*, perfeitamente orquestradas, um sistema de diversidades que se articula dentro da *homogeneidade*. Em outras palavras, considerando-se que a história de um indivíduo resulta de uma certa

¹⁰ "... o *habitus* é o produto da história, produz práticas coletivas e individuais, e daí a história, de acordo com os esquemas engendrados pela história. O sistema de disposições - um passado que sobrevive ao presente e tende a perpetuar-se no futuro porque se torna presente nas práticas estruturadas de acordo com seus princípios, uma lei interna refazendo exercício contínuo das leis de necessidades externas (irreduzíveis a limitações conjunturais imediatas) - é o princípio da continuidade e regularidade que o objetivismo discerne no mundo social sem poder atribuir-lhe uma base racional".

especificação da história coletiva de seu grupo ou classe, os sistemas de *disposições* (ou o *habitus*) de cada indivíduo poderiam ser vistos enquanto *variáveis estruturais* de todo o *habitus* de uma classe ou de um outro grupo. As *disposições*, porque ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes, seriam orquestradas de modo a integrar uma unidade:

The principle of these individual differences lies in the fact that, being the product of a chronologically ordered series of structuring determinations, the habitus, which at every moment structures in terms of the structuring experiences which produced it the structuring experiences which affect its structure, brings about a unique integration, dominated by the earliest experiences, of the experiences statistically common to the members of the same class. (ibid: 86-87) ¹¹

A todo conjunto de esquemas que compõe o *habitus* de uma prática imediata, está subjacente o *habitus* resultante da experiência anterior. Isso se aplica ao indivíduo ou ao grupo, o que estaria explicando as *variantes estruturais* das diferentes experiências dos componentes de um grupo, unificadas pelo *habitus* do grupo:

[...] the habitus acquired in the family underlies the structuring of school experiences (in particular the reception and assimilation of the specifically pedagogic message), and the habitus transformed by schooling, itself diversified, in turn

¹¹ “ O princípio dessas diferenças individuais repousa no fato de que, sendo o produto de uma série cronologicamente ordenada de determinações estruturantes, o *hábitus*, que a todo momento estrutura em termos das experiências estruturantes que o produziram, as experiências estruturantes que afeta sua estrutura, promove uma integração singular, dominada pelas primeiras experiências dentre as experiências estatisticamente comuns aos membros de uma mesma classe”.

underlies the structuring of all subsequent experiences, and so on, from restructuring to restructuring. (Bourdieu 1977:87) ¹²

Em suma, o sistema de *disposições* que forma o *habitus* constitui a internalização das estruturas objetivas já sedimentadas e *homogeneizadas*, incorporadas por um agente, grupo ou classe. Esse conjunto estaria determinando o funcionamento da sociedade não restrito a determinações objetivas mas resultante da interseção dinâmica entre a estrutura objetiva e a subjetiva.

Esses aspectos conduzem à argumentação de que o *habitus* não permite que as práticas sejam diretamente relacionadas às propriedades inscritas em uma situação imediata e por isso as relações interpessoais jamais seriam, exceto na aparência, uma relação de *indivíduo-a-indivíduo*, ou seja, a interação não se esgotaria na relação interpessoal sem se considerar a historicidade inscrita tanto nas posições sociais passadas do indivíduo quanto na presente. Bourdieu questiona as perspectivas de análises interacionistas que projetam a posição social a partir de uma situação imediata. Para ele, é a relação entre essas situações - presente e passadas - que nos mostra o lugar social de um sujeito, e não a *intenção*, para falar de subjetivismo, ou seu lugar objetivo numa dada sociedade, em termos de um objetivismo. O lugar presente é resultado das relações com as *disposições* passadas e portanto nem mesmo a *intenção* dos agentes numa situação momentânea pode alterar a determinação do histórico. É o *habitus*, pois, que dá a “fisionomia” a um ambiente social, o senso de realidade ou realidades e é, talvez, segundo o autor, o princípio “mais oculto da eficácia dessas realidades” (1977:86).

¹² “O *habitus* adquirido na família está subjacente às experiências estruturantes da escola (em particular a recepção e a assimilação da mensagem especificamente pedagógica), e o *habitus* transformado pela escolarização, em si diversificado, por sua vez, está subjacente à estruturação de todas as experiências subseqüentes, e assim por diante, de reestruturação em reestruturação.”

Ao considerar a “realidade” decorrente do *habitus*, o autor introduz o conceito de *representação social* que, a meu ver, seria o lugar onde se instalaria a discussão sobre o modo como se dá a *objetivização* do *habitus* que produz as práticas sociais. Entretanto, esse conceito não é discutido suficientemente. Por essa razão, estarei discutindo o *imaginário social* a partir de Castoriadis (1982), com o objetivo de ampliar essa discussão no contexto do funcionamento das instituições sociais.

Observa-se, portanto, que o *habitus* é uma formulação que permite circunscrever a relação entre estrutura e agente. Entretanto, esse conceito tem suscitado, dentre os estudiosos da complexa obra de Bourdieu, as mais diferentes reações quanto ao seu significado e aplicação na descrição da relação entre estrutura e agente, reações essas que vão desde as que entendem o conceito de *habitus* como uma mediação que permite a *transformação*, a criatividade, àquelas que o consideram como o inibidor de qualquer processo transformador.

Wacquant (1993), por exemplo, acredita que essa diversidade de opiniões é, em grande parte, devida a leituras fragmentárias dos trabalhos do autor e ao fato de que esses críticos têm sincronizado trabalhos de diferentes épocas e ignorado as extensões e revisões propostas em seus recentes trabalhos. Isso também como consequência da lógica de circulação de idéias, principalmente entre os universos acadêmicos franceses e anglo-americanos, e, em especial, nas ciências sociais.

Esse fato, para Wacquant, vem reforçar as bases da teoria da *reprodução*.¹³ Para ele, Bourdieu desafiou as divisões objetivas das ciências sociais reinante nos

¹³ Nesse sentido, Bourdieu (1995:264), no artigo “For a Sociogenetic Understanding” é incisivo ao admitir que a *reflexividade* da qual ele é acusado de negligenciar em seu modelo, deve ser exercitada na comunidade científica. Escreve Bourdieu: “I believe it is necessary that all researchers concerned about the progress of their respective scientific fields ask of the sociology of science weapons against the social mechanisms capable of introducing distortions into scientific exchanges. In such matters, the implementation of the principle of *reflexivity* is one of the most efficient ways to put practice the internationalism that science presupposes and promotes”.

Estados Unidos, orientadas por esquemas de apreciação tradicionalmente marcados por alternativas dualistas, como micro/macro, agente/estrutura, estruturalista/subjetivista, normativo/racional, dentre outras. A proposta de uma articulação objetivista e subjetivista rompeu esse padrão¹⁴, provocando as mais divergentes opiniões.

Assim, a respeito do conceito de *habitus*, por exemplo, há interpretações favoráveis, conforme aponta Wacquant, como as de Steinrück (1989), Brubaker (1985), Miller and Branson (1987), que o entendem como um conceito mediador que retrata o agente como “um constante improvisador em um ambiente ambíguo e parcialmente compreendido”; Rasmussen (1981:276) vai além e afirma que ele é “uma mediação universalizante, dialeticamente concebida, que gera não apenas um conjunto de possibilidades objetivas mas também os sujeitos que nele atuam”. Tais interpretações admitem a articulação objetiva e subjetiva produzida pelo conceito de *habitus*. E, nessa mesma direção, absolvendo-o de seu papel na *reprodução*, Eagleton (1991:156) o qualifica como um sistema aberto e criativo “que mais permite infinitas inovações do que representa um *“molde rígido”*”. Já para Aronowitz e Giroux (1985:83), o *habitus* serve para mascarar “noções mecanicistas de poder e dominação e uma visão excessivamente determinista de agente”. Hoffman também o acusa de roubar a última parcela de liberdade dos indivíduos e ainda, Joppke (1986:62), também lhe atribui a culpa de “garantir a *reprodução* social e de mergulhar o mundo social sob a sombria luz de uma recorrência infinita”.

¹⁴ Wacquant (ibid), nessa mesma direção, acrescenta que “This intellectual ethnocentrism - the propensity to refract Bourdieu through the prism of native sociological lenses - is of course in no way the importation of Bourdieu. *All academic field tends to be ethnocentric* in this sense. The case of the United States, however, is special in that this urge is encouraged by the worldwide hegemonic status of American social science, which makes it less attentive and open to foreign intellectual currents than foreigners are, by necessity, to American ones. O autor cita como exemplo, que o livro *Le Métier de sociologue*, obra básica de sua revisão epistemológica, publicado em 1968, foi traduzido para o inglês somente em 1991. Até 1980, havia apenas 7 traduções para o inglês e 11 para o alemão.

Do nosso ponto de vista, o *habitus* trabalha a *reprodução* e a *transformação* e contempla as condições sócio-históricas e ideológicas do funcionamento das relações sociais, o que desloca o modelo de Bourdieu de um objetivismo puro. Entretanto, a concepção de linguagem subjacente ao conceito de *habitus* figura como uma prática social como qualquer outra. Desse modo, apesar de o conceito de *habitus* abordar questões fundamentais nas relações sociais, como a história e a ideologia, a linguagem acaba sendo vítima de um determinismo da exterioridade. O autor deixa à margem na discussão sobre sujeito, a determinação deste na sociedade. Ou seja, não há dupla mão de direção na constituição da linguagem e sociedade: diferentemente da concepção da Análise do Discurso, elas não são tratadas como mutuamente se atribuindo sentido.

Portanto, apesar de Bourdieu admitir que não se pode conceber uma articulação precisa entre aspectos objetivos e subjetivos, a dimensão de sua discussão nos autoriza a concluir que há uma tendência em se priorizar a *reprodução* na determinação das práticas sociais e isso, conseqüentemente, põe à margem outros conceitos, a meu ver, também nodais. Na concepção de linguagem que adotamos (Pêcheux, 1982, 1988, 1990; Orlandi 1987, 1988, 1990) há um lugar privilegiado para o *sujeito*, muito embora não se trate de uma teoria *subjetivista* tão pouco. Não defendemos uma determinação das relações sociais apenas pelo sujeito. Ao contrário, defendemos uma *dupla* determinação do sujeito em que este é determinado pela exterioridade e também a determina. Essa perspectiva nos permite atribuir aos dilemas, oposições, conflitos um lugar central. A linguagem abriga um sujeito dividido, divisão esta que, entretanto, une/vincula *sujeito e sociedade*. Assim, não se trata de se refutar a teoria da *reprodução* ou enaltecer a *transformação*. Considero, a partir dessa concepção de linguagem, que tanto a *reprodução* quanto a

transformação jogam na constituição do sujeito, de tal modo que a *contradição* é parte também desse processo e portanto merece o mesmo estatuto. Por isso, em *Análise do Discurso* fala-se em *processo discursivo*. É justamente na relação com a história e daí a historicidade inscrita nesse processo, que a linguagem remete ao passado e também aponta para o futuro e por isso sujeito, linguagem e práticas sociais produzem, se reproduzem, se transformam e se contradizem. Conforme Orlandi (1988:110),

“[...] por aí se pode ver que a relação com a ideologia (através do jogo entre formações discursivas) não é homogênea, nem automática, nem estática. Como também não o é nem o sujeito, nem os sentidos. Contradição, reprodução, transformação, memória, esquecimento, o mesmo e o diferente, jogam todo o tempo na produção de um discurso”.

O escopo das discussões sócio-históricas e ideológicas que o modelo de Bourdieu delimita também justificaria, a meu ver, uma discussão mais circunstanciada do conceito de *representação*. Embora subjacente à conceituação do *simbólico*, conforme pode-se apreender da citação abaixo, ele é insuficientemente discutido. Há um vínculo entre a *transformação* e a *representação* produzido pelo *simbólico*. Entretanto, esse processo não é explicitado pelo autor:

*The coherence to be observed in all products of the application of the same habitus has no other basis than the coherence which the generative principles constituting that habitus owe to the social structures [...] of which they are the product and which, as Durkheim and Mauss saw, they tend to reproduce. The practical operators which constitute the habitus and which function in their practical state in gesture or utterance reproduce in a **transformed form**, inserting them into the structure of a system of symbolic relations, the oppositions and hierarchies which actually organize social groups, and which*

*they help to legitimate by presenting them in a misrecognizable form. (1977:97). (grifo do autor)*¹⁵

A *transformação*, tal qual mostrada acima, refere-se a um acobertamento das relações de *reprodução* do poder, que produzem a legitimidade da organização social sobre bases arbitrárias.

Não se trata de negar a importância da reflexão sobre a *reprodução*. Como vimos, a *transformação* das relações sociais se coloca da perspectiva sociológica. A nós cabe mostrar o lugar do sujeito e da linguagem nas relações sociais.

Entretanto, não podemos deixar de admitir a especial contribuição que o conceito de *reprodução* e o de *poder simbólico* trouxeram para o entendimento do sistema escolar visto como uma das instâncias mantenedoras dos valores dominantes, num processo circular de produção de fracasso, alienação e exclusão. A *escola* é um exemplo da *instituição* enquanto o lugar que estabelece as divisões fundamentais da sociedade, impondo e delimitando essas divisões em bases arbitrárias. É o lugar onde são *legitimadas* as diferenças sociais sob uma objetividade que obscurece e promove um *não-reconhecimento* da arbitrariedade da categorização social. Como bem aponta Collins (1993:134), o estudo sobre Linguagem e Educação de Bourdieu nos remete a importantes questionamentos sobre o sistema escolar (Bourdieu e Passeron, 1970) que, a meu ver, se estendem às práticas institucionais em geral:

As is the case with all importante thinkers, what matters is not whether we agree with Bourdieu's solutions, but that he raises important questions and does so in ways that compel critical

¹⁵ 'A coerência a ser observada em todos produtos da aplicação do mesmo *habitus* não tem outra base a não ser a coerência que os princípios gerativos que constituem o *habitus* devem às estruturas sociais [...] das quais eles são o produto. Os operadores práticos que constituem o *habitus* e que funcionam em seu estado prático em gesto ou enunciado reproduzem de um modo transformado, inserindo-os na estrutura de um sistema de relações simbólicas, as oposições e hierarquias que realmente organizam os grupos sociais, e que eles ajudam a legitimar, apresentando-os de um modo não-reconhecível.'

investigation of his arguments, our assumptions, and whatever empirical materials can be brought to bear on the questions at hand. Bourdieu has repeatedly analyzed how schooling produces class position despite ideologies of equal opportunity and meritocracy, and he has enriched the terms of debate of the “linguistic deficit” controversy by developing political and historical, as well as sociocultural, critiques of educational systems”.¹⁶

Inúmeros trabalhos sobre escolarização têm incorporado assunções básicas de Bourdieu de que as pedagogias que tacitamente selecionam os privilegiados, que dominam o código “elaborado” e excluem os não-preparados, que só sabem o “código restrito”, não são lapsos lamentáveis, mas sim aspectos estruturais constitutivos de um sistema escolar que serve à sociedade de classes.

Assim, o sistema escolar é um exemplo do processo de *objetivização* no qual os valores definidos formalmente tornam-se mecanismos para a criação e sustentação de diferenças que estariam justificando a estrutura social sedimentada.

2.2 - As instituições. Seu funcionamento.

Com base nos mecanismos de ocultação da arbitrariedade subjacente às práticas institucionais, Bourdieu (1992) situa as *instituições* na dimensão da *reprodução*. É no espaço das instituições que se completa a *objetivização* que “unifica” as *variáveis estruturais* do *habitus* de um grupo ou classe. É nesse espaço

¹⁶ Como no caso de todos pensadores importantes, o que importa não é se nós concordamos com as soluções de Bourdieu, mas que ele levanta questões importantes e o faz de um modo que compele à investigação crítica de seus argumentos, nossas assunções, e quaisquer materiais empíricos podem ser trazidos para se apoiar nas perguntas à mão. Bourdieu repetidamente analisou o quanto a escolarização produz a posição de classe apesar das ideologias de oportunidades iguais e de meritocracia, e ele enriqueceu os termos do debate da controvérsia do “deficit lingüístico”, ao desenvolver críticas políticas e históricas, assim como sócio-culturais ao sistema educacional.

que se produzem os critérios para a atribuição de direitos, competência, obrigações e, sobretudo, para a imposição de fronteiras, delimitações. Impõem-se restrições de tempo, espaço e, segundo Bourdieu, determina-se o discurso. Define-se quem está incluído ou excluído, quem está dentro ou fora. O que importa é a linha delimitadora. E por isso, insiste o autor, a instituição trabalha permanentemente o desencorajamento a qualquer tentativa de se atravessar a linha, de transgredir, de romper. Por isso é também o papel das instituições valorizar e convencer acerca dos valores por elas sistematizados.

Como já observei, o autor estabelece uma relação determinista entre linguagem e relações sociais e essa concepção torna-se mais evidente principalmente quando ele trata das instituições. O autor considera que todo enunciado é sancionado por regras *institucionais*, sejam elas relativas à família, escola, religião, etc.. Assim, é o *habitus* da instituição que define as condições estruturais, tais como o lugar, tempo, o agente que devem ser preenchidas para que se efetive um ato de comunicação. Esse *habitus* se configura pela *objetivização* das *variantes estruturais*. Nesse contexto, Bourdieu introduz o conceito de *competência legitimada* que designa a habilidade do falante articular sua linguagem em função das circunstâncias advindas do *habitus* que determinam/sistematizam as práticas sociais.

A *autoridade* que garante legitimidade a um enunciado seria, nesse modelo, atribuída por condições externas. Seria a instituição a instância que atribuiria ao falante a *autoridade* para a produção de uma fala, dado que os sentidos das palavras não estão nas palavras em si mesmas, mas são deferidos, autorizados pela instituição. Assim, ao proferir *Este conselho nomeia fulano coordenador*, realiza-se a *objetivização* daquilo que socialmente se acredita válido ou que a instituição quer que se acredite, quer validar, determinando relações, hierarquias, papéis. Essa

objetivização, então, “apagaria” as diferenças individuais (as variáveis estruturais) “garantindo” *legitimidade* às práticas que institui.

Bourdieu considera que as instituições, enquanto um sistema estruturado, constroem uma realidade por força de seu *poder simbólico*. Exercido por mecanismos *simbólicos*, esse *poder* promove um “consenso” sobre o significado do mundo social, em nome de uma *integração social*, consenso esse que expressa uma unidade que, entretanto, divide e categoriza arbitrariamente: “ [...] *aquela cultura que unifica é também a cultura que separa...*” (ibid: 167). Pode-se, assim dizer, que há formas simbólicas de exercício de poder que geram uma *violência simbólica*, na medida em que os mecanismos que compõem todo um *sistema simbólico de poder* encobrem a arbitrariedade subjacente às práticas institucionalizadas:

Symbolic power - as a power of constituting the given through utterances, of making people see and believe, of confirming or transforming the vision of the world and, thereby, action on the world and thus the world itself, an almost magical power which enables one to obtain the equivalent of what is obtained through force (whether physical or economic), by virtue of the specific effect of mobilization - is a power that can be exercised if it is recognized, that is, misrecognized as arbitrary. ¹⁷ (1977:

Essas razões justificam o argumento de que as instituições não podem ser explicadas a partir de suas *funções* tão somente, pois não se estaria apreendendo esse aspecto fundamental porque *político*.

¹⁷ “Poder simbólico - como um poder de constituir o dado através de enunciados, de fazer as pessoas verem e acreditarem, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, daí, de ação sobre o mundo e portanto no mundo em si mesmo; um poder quase mágico que possibilita obter-se o equivalente ao que se obtém através da força (física ou econômica), em virtude do efeito específico de mobilização - é um poder que pode ser exercitado se for reconhecido, isto é, não-reconhecido como arbitrário”.

Entretanto, há teorias que ainda limitam a explicação do funcionamento institucional a uma visão econômico-funcionalista, isto é, postulam que tanto a existência da instituição quanto suas características são explicadas pela *função* determinada pela economia da vida social. Nessa visão, as instituições estariam preenchendo funções vitais, as “reais” necessidades da sociedade. Para essas teorias, em todo tipo de civilização, a *instituição* tem uma tarefa a cumprir que representa uma parte indispensável dentro do todo no qual gravitam costumes, idéias, crenças, etc., havendo uma circulação ininterrupta entre um elemento “real” e um “racional-funcional”. Desse modo, a existência da instituição e suas características mais específicas seriam explicadas pela *função* que a instituição preenche numa dada sociedade, determinada pelas circunstâncias do sistema econômico.

Essa questão do enfoque funcionalista no exame das instituições é discutida por Castoriadis (1982), em *A instituição imaginária da sociedade*, problematiza essa visão funcionalista¹⁸ e afirma que compreender a *instituição* implica questionar o que seriam as “reais” necessidades de uma sociedade e quais seriam os objetivos aos quais as instituições servem.

O autor acredita que focalizar essas questões da perspectiva puramente funcionalista seria desconsiderar que a sociedade continuamente “inventa” e “define” também novas formas de responder às suas necessidades e de criar novas necessidades. Entretanto, embora o autor admita que a sociedade organizada dependa de funções institucionais que são vitais e necessárias como, por exemplo, aquelas relativas à produção, educação, administração, solução de disputas, dentre

¹⁸ Castoriadis refere-se aqui à teoria funcionalista a partir de Bronislaw Malinowski, que a define como aquela que trata a “explicação dos fatos antropológicos em todos os níveis de desenvolvimento por sua função, pelo papel que desempenham no sistema, e pela maneira pela qual esse sistema é ligado ao meio natural ... A visão funcionalista da cultura insiste pois no princípio de que em cada tipo de civilização, cada costume, objeto material, idéia e crença preenchem uma função vital, têm tarefas por realizar, representam uma parte indispensável no interior de um todo funcional” (Castoriadis, 1982:140, nota do autor).

outras tantas, o entendimento da prática institucional não pode se reduzir à observação de sua função objetiva. Seu funcionamento não pode ser explicado apenas a partir de uma existência “real” dos fatos sociais ou apenas por leis naturais ou considerações puramente técnicas. Por exemplo, a sociedade capitalista que cria um fluxo contínuo de novas necessidades e se exaure em satisfazê-las não pode ser nem descrita nem entendida em termos de sua exata funcionalidade, mas vista em relação às cadeias de significações, às quais a funcionalidade é em grande parte subserviente.

Uma organização econômica, um sistema de leis, uma estrutura de poder, uma religião existem fundamentalmente como *sistemas simbólicos* sancionados, ratificados. E esses sistemas se constituem ao relacionarem-se símbolos - *significantes* - a *significados* (representações, ordens, comandos, conseqüências de ações, persuasão a se fazer ou não alguma coisa, ou seja, significações nos seus mais amplos sentidos) e validá-los como tais, ou seja, tornar essa relação mais ou menos obrigatória para a sociedade à que se refere. Assim, um título de uma propriedade é um *símbolo* de um número ilimitado de operações, socialmente aprovado, do direito que um indivíduo adquire com respeito a essa propriedade, que tem uma função objetiva e ao mesmo tempo se funda nos valores acumulados na história que integra o imaginário social. Para Castoriadis, o simbolismo não pode ser nem neutro, nem totalmente adequado, porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar e nem pode tomar quaisquer signos. Eles estão aí “já dados”, e por isso o seu funcionamento não pode ser observado sem a dimensão histórica:

A sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. Mas essa constituição “não é livre”. Ela deve tomar sua matéria no “que já existe”. [...] Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais ... [...] Por

suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados. A constituição do simbolismo na vida social e histórica real não tem qualquer ligação com as definições “fechadas” e “transparentes” dos símbolos ao longo de um trabalho matemático” (ibid:147)

Portanto, a sociedade encontra nas expressões do imaginário algo que não pode ser reduzido ao funcional. Os significados não são “ditados” pelos fatores reais; ao contrário, é o significado também fundado no *imaginário*, que atribui a esse conteúdo real uma importância e um lugar particular no *imaginário* da sociedade - um significado que pode ser reconhecido tanto pelo seu conteúdo “real”, a partir das leis da natureza, por exemplo, como pelos traços que manifestam as experiências e valores acumulados ao longo da história e presentes no *imaginário social*.

A história constitui, pois, a gênese da produção de novos sistemas de significados e significantes. Ela existe somente *na e através* da linguagem, constituindo-a e transformando-a. O sistema simbólico “escolhido” por uma sociedade vai além de uma ligação estrita e precisa entre um significado e um significante. Ou seja, a virtual relação do significado com a história não permite conceber-se o significado como resultante de uma correspondência bi-unívoca a partir de uma rigorosa oposição de signos, pois isso apagaria a mais marcante característica do sistema simbólico: sua relativa *indeterminação*.

A *indeterminação* do símbolo decorre então da *sobredeterminação de códigos*, ou seja, do fato de que a vários significados pode ser atribuído um mesmo significante. Do seu inverso resulta o que Castoriadis chama de *sobresimbolização*, (que pode ter sucessivas sedimentações) de significados: o mesmo significado é expresso por vários significantes (no mesmo código há mensagens equivalentes, cada língua possui seus próprios elementos para criar redundância, etc.).

Dentro desse quadro tem-se, portanto, que são as *instituições* que ordenam o conjunto do sistema de significados que constituem uma sociedade, estabelecendo suas regras, veiculando seus símbolos, seus mitos. São elas que separam, por exemplo, o *lícito* do *ilícito*, o *valorizado* do *não-valorizado*, criando, por assim dizer, valores e reorganizando novas redes de significados, ou seja, atribuindo a um significante um significado que não tinha antes. Tem-se, como exemplo, os *ritos de passagem* (Bourdieu 1992) que marcam pública e solenemente o acesso de determinados indivíduos a certos direitos. Esses ritos expressam a sedimentação de inúmeras regras, atos, símbolos, enfim, de um conjunto de componentes dotados de elementos imaginários (e que muitas vezes mantém - consciente ou inconscientemente vestígios de sociedades arcaicas), os quais não fariam sentido tendo-se como referência apenas o conjunto dos componentes funcionais.

Em suma, a instituição se articula sobre um *sistema simbólico* no qual um componente *funcional* e um componente *imaginário* são combinados em proporções e relações variáveis e em diferentes graus de liberdade. O *imaginário* tem que usar o *simbólico* não apenas para “expressar-se” mas para “existir”, para passar do virtual para qualquer coisa mais do que isso.

As “imagens” representam alguma coisa mais e por isso têm uma função simbólica. Assim, o simbolismo pressupõe uma capacidade imaginária pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la outra que não ela. Isso não significa, no entanto, que as instituições devam ser entendidas simplesmente como um sistema simbólico. A atividade “consciente” de institucionalização resulta de ligações que emergem entre significantes, relações entre significantes e significados, conexões e conseqüências que não são nem intencionadas nem previsíveis:

[...] as instituições encontraram sua fonte no imaginário social. Este imaginário deve-se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido “reunir-se”, e com o econômico-funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver. Ele pode colocar-se, e necessariamente coloca-se também a seu serviço: existe, certamente, uma *função* do imaginário da instituição, embora ainda aqui constatemos que o efeito do imaginário *ultrapasse* sua função: não é “fator último” (aliás não o procuramos) - mas sem ele, a determinação do simbólico como a do funcional, a especificidade e a unidade do primeiro, a orientação e a finalidade do segundo permanecem incompletas e finalmente incompreensíveis. (ibid:159) (grifo do autor)

Portanto, as teorias que explicam o funcionamento das instituições apenas a partir da descrição de sua *função* estariam projetando a idéia daquilo que gostariam que as instituições fossem, conforme Castoriadis, e não da realidade efetiva de suas práticas. Por outro lado, observa o autor, ver na instituição o simbólico (no sentido de identificá-lo como o racional) representa também um modo parcial de análise e essa generalização também é uma projeção.

2.2.1 - A autonomização das instituições

Nesse quadro teórico a questão que particularmente interessa discutir é o conceito de *autonomização*¹⁹ (Castoriadis), próximo da definição de *objetivização* (Bourdieu) das práticas sociais pelas instituições. Castoriadis amplia a discussão do *simbólico* no processo que denomina *autonomização*.

¹⁹ Esse conceito corresponde ao conceito de *objetivização* de Bourdieu.

Castoriadis postula que, quando uma instituição se *autonomiza* ²⁰, por um entendimento parcial ou momentâneo das práticas sociais, ela reproduz, a partir de seu imaginário, uma *objetividade* que não necessariamente representa as práticas sociais. Essa *autonomização*, que, diríamos, estaria “congelando” práticas exercitadas num dado momento da história da sociedade, não estabelece conexões parciais, ignorando assim as questões dos fundamentos das necessidades sociais. Motivada por um sistema de significações imaginárias que valorizam ou desvalorizam, estruturam e hierarquizam o conjunto de *necessidades* que orientam a sociedade, a instituição estaria, assim, realizando ao extremo a *autonomização* do puro simbolismo, criando o seu próprio universo simbólico. Um momento parcial é, pois, erigido em instância soberana da sociedade e as instituições não se reconhecem como produto do seu próprio componente imaginário. Essa *autonomização* (ou também *pseudo-racionalidade*) exerce um grau de influência que provoca um deslocamento da realidade social. Isso talvez explique o grande número de casos em que se constata funções institucionais esvaziadas, não exigidas ou pleiteadas pela sociedade, fruto de uma *autonomia* que pode trazer consequências muitas vezes catastróficas à sociedade.

Entretanto, não se pode dizer que a *autonomização*, o conjunto sistematizado de regras constitua uma ruptura com o histórico, uma vez que estaria “apagando” as diferenças de um grupo ou classe, ao produzir a “unificação” de um grupo. Essas práticas institucionais *são* projeções da história. A questão que se coloca é de outra dimensão. Trata-se do *modo* como as instituições se relacionam com o histórico. O que muda é o modo como se dá o relacionamento da instituição com a história e com o imaginário social.

²⁰ O autor fala de *autonomia* a partir da perspectiva do imaginário do sujeito de base psicanalítica.

A *instituição* se filia ao histórico pelo seu próprio universo simbólico ou pelo “entendimento” do imaginário social a partir do seu próprio universo simbólico. E essa projeção também *faz* história na medida em que, pela *autonomização*, ou sistematização de uma parte da história, ela privilegia/prioriza a continuidade de um valor recortado pelo viés do seu próprio imaginário, redefinindo as práticas sociais. Assim, poder-se-ia conceituar a *instituição* integrando-se os seguintes aspectos:

A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário da instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto. (Castoriadis, 159-160)

Portanto, segundo Castoriadis, a *autonomização* ou a “pseudo-racionalidade” é uma das formas históricas do imaginário; ela é *arbitrária* em seus fins últimos na medida em que estes não dependem de nenhuma razão, e é *arbitrária* quando se coloca como fim, visando somente uma “racionalização” formal e vazia. Numa sociedade em que ocorre uma “unificação” que, no entanto, separa, a própria classe dominante está em situação de alienação: *ela não pode mistificar o restante da sociedade com sua ideologia sem mistificar-se a si mesma ao mesmo tempo*” (ibid:139). A relação da classe dominante com as outras e com o Outro, desaparece no anonimato coletivo resultante da *autonomização*. Poder-se-ia dizer, então, que a

alienação apresenta-se como *autonomização* das instituições com relação à sociedade²¹.

É essa alienação da instituição que pode determinar funções que não são preenchidas, como dissemos. Se estivessem as instituições servindo essencialmente às necessidades funcionais/objetivas, não encontraríamos contradições ou incoerências entre os objetivos a que elas se propõem e os efeitos de seu funcionamento. Entretanto, a própria história pode testemunhar tanto funções institucionais quanto necessidades sociais não preenchidas. E ainda, nesse mesmo sentido, poder-se-ia considerar que, embora haja regras institucionais absolutamente compatíveis com um determinado sistema cultural, isso não significa também que não haja (apesar da “racionalidade” e da funcionalidade que se quer atribuir ao sistema institucional) conseqüências decorrentes de regras que, ao contrário, redirecionam as práticas sociais. A imposição do cumprimento a regras institucionais não exigidas pelas relações sociais²² pode conduzir a sociedade a uma das várias direções que a funcionalidade deixava indeterminadas ou criar efeitos adversos.

Isso, ao nosso ver, mostra como a imposição de regras pelas instituições não necessariamente significa a *reprodução* dessas práticas. A mesma disciplina que dirige as práticas pode também provocar um redirecionamento justamente porque, em sendo arbitrária, o controle dos seus efeitos sobre a sociedade foge à previsibilidade da instituição. Outras práticas surgem, como respostas formuladas pela sociedade a partir do seu próprio viés, do seu próprio universo simbólico e que

²¹ “[...] numa sociedade de alienação, a própria classe dominante está em situação de alienação: suas instituições não têm com ela a relação de pura exterioridade e de instrumentalidade” (Castoriadis, 1995:139).

²² O autor refere-se aqui, por exemplo, à “depressão de 1919, nos Estados Unidos, que causou um caos social. Segundo o autor, “grande parte desse processo deveu-se às reações “absurdas” dos grupos dirigentes, em razão da não-compreensão da lógica da instituição. A evolução dessa compreensão não é possível de ser explicada a partir da ótica “funcional”. (ibid: 149)

se fundam em necessidades sociais não arbitradas. A alienação da instituição impede que novas regras sejam formuladas de modo a se ajustarem às necessidades geradas pela sua própria arbitrariedade. Entretanto, as práticas sufocadas pela sistematização em algum momento da história podem eclodir ou como manifestação revolucionária de massa, ou continuar existindo como um processo invisível, aparentemente inócuo mas que acaba por desestruturar os esquemas vigentes.

Como afirma o autor, a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá). Vê-se, pois, que não há como estabelecer os limites entre o funcional e o simbólico. Apesar de uma “liberdade” sob domínio da história, o simbolismo na vida social se apresenta com uma multiplicidade de representações. À instituição cabe organizar essa dispersão de modo a construir uma unidade que, como a do sujeito, é ilusória. E, a meu ver, a “incompletude”, constitutiva da linguagem é coextensiva aos sistemas da representação simbólica da instituição pela própria relação com a exterioridade que a concepção de linguagem que defendemos estabelece. A multiplicidade de representações do simbólico institucional, se unificada por *autonomização*, gera uma unificação que, por ser objetivizada, é arbitrária. Entretanto, torna-se possível uma *transformação* social, apesar da imposição das instituições, pela multiplicidade de sentidos possíveis pela linguagem e desta com as instituições, dada a natureza constitutiva entre linguagem e sociedade:

O espaço e o tempo da linguagem são simbólicos e é nisso que esbarram os modelos com sua segmentalidade... [...] como a linguagem tem uma relação necessária com a exterioridade, a idéia de unidade (de todo) não implica completude: a linguagem não é uma coisa só e nem é completa. Entendemos também como incompletude o fato de que o que caracteriza

qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possíveis.
(Orlandi 1988:22)

Assim, falamos em *funcionamento das instituições* e não em *funções*, pois essa questão reside na forma *simbólica* pela qual a instituição se apresenta na sociedade e se relaciona com a história. Especificar os limites entre o *simbólico* e o *real*, entre o *simbólico* e a *história* (com o *sempre-já*), e entre ele e a *racionalidade* de sua sistematização é uma tarefa difícil, se não arbitrária, uma vez que as relações de produção articuladas na escala social significam uma rede tanto real quanto simbólica. Assim como postula Pêcheux,

*O deslocamento da noção de função para a de funcionamento é considerado condição essencial para a constituição de qualquer ciência que trate do signo. Não se descreve a **função**, mas sim o **funcionamento**".* (Pêcheux, 1969, apud Orlandi, 1988:23) (grifo meu).

O modo de funcionamento das instituições conduz à discussão da *contradição*, nodal no objeto de análise deste trabalho. Constitutiva de um processo de *transformação*, a *contradição* observada nas práticas institucionais tanto pode levar à *reprodução*, como pode desencadear um processo de *transformação*, pelos efeitos que produz na sociedade.

As práticas objetivizadas que não se reformulam ou se ajustam às práticas que delas decorrem, geram na instituição uma relação de *contradição* - entre suas práticas e aquelas não controladas pela objetivização - relativamente ao fim ao qual suas práticas se destinam, ou seja, a unificação para o controle social. Isso, ao nosso ver, é evidência da tensão pela manutenção da hegemonia. E é o que ocorre no mundo burocrático, como mostra Castoriadis, em que uma "pseudo-racionalidade" se *autonomiza* num dos seus momentos parciais e não se preocupa com a correção

das conexões parciais, ignorando os fundamentos e a relação dessa sistematização com a sociedade.

Consideremos um exemplo. O estudo de Descardecí (1992) sobre concursos públicos para funções não qualificadas mostra que as provas de seleção são obrigatórias para toda e qualquer função em órgãos públicos. Observou-se que uma dessas provas de matemática e português para trabalhadores braçais, como varredores de rua, incluía perguntas que exigiam um conhecimento tipicamente adquirido em contexto formal escolar. Nota-se, no exemplo abaixo, extraído do teste para a categoria Gari, uma formulação que tem como premissa subjacente os princípios estruturantes do mito do letramento, tanto com relação à variante dialetal não-prestigiada, como também pressupõe que trabalhadores braçais sejam cognitivamente inferiores, dado o conteúdo que se observa especialmente na questão (05):

- (05) *Uns falam 'varrer', outros 'barrer'. Qual é o certo?*
a) *varrer* b) *barrer* c) *os dois são corretos*
d) *nenhum é correto*

- (06) *O feminino de BODE é:*
a) *vaca* b) *cabra* c) *ovelha* d) *porca*

Esse estudo mostra uma questão pertinente à nossa análise. Não obstante as questões cujas soluções envolviam um meta-conhecimento, outras de caráter mais “prático” criaram situações acidentais que tiveram que ser contornadas, desvirtuando o “objetivo” dos testes. Os candidatos não tinham nenhum treinamento quanto ao preenchimento do formulário de respostas, em forma de diagrama. Diante disso, fiscais de salas faziam a leitura da prova e preenchiam os gabaritos de acordo com as respostas orais. Ou seja, desenvolveu-se uma prática não controlada, resultando da

imposição de uma prática institucional objetivizada, “esvaziada” pois não se aplicava ao seu fim. Esse esvaziamento das regras objetivas da instituição mostra a instituição em seu processo de alienação, pois não se reconhece como objeto do seu próprio imaginário.

Trata-se, pois, de uma situação típica de *autonomização* de uma prática parcial que, por *alienação* da instituição, se sobrepõe a uma outra prática, não preenchendo uma função *real* e ainda, gerando outras práticas não exigidas pela funcionalidade das relações sociais.

Observe-se o poder *simbólico* da linguagem padrão nessa prática institucional. Ela não se mostra como uma necessidade surgida a partir da prática social. A seleção desse instrumento de avaliação - a linguagem padrão - se faz por critérios absolutamente arbitrários cujas regras não são explicitadas. Daí constituir-se uma *violência simbólica*. Portanto, trata-se da generalização de uma prática que se autonomiza descaracterizando-a como uma *necessidade* social.

Sem dúvida essa é uma situação de *reprodução* das práticas legitimadas. Cabe assinalar que os efeitos de tais práticas que separam, pela “unificação”, ecoam nos discursos dos não escolarizados. Em alguns, pelo “silêncio” e em outros, nos entremeios que, interdiscursivamente, podem ser vistos denunciando, acusando, redirecionando.

2.2.1.1 - Um exemplo da autonomização da instituição

Nesta seção estaremos analisando uma propaganda institucional para demonstrar a predominância do componente *imaginário* no funcionamento das instituições, processo definido por Castoriadis como *autonomização*, conforme

vimos. Embora as instituições funcionem mediante a *homogeneização* e *objetivização* (Bourdieu) ou a *autonomização* (Castoriadis) de práticas com vistas ao controle da sociedade por meio de sua “unificação”, acredito, entretanto, conforme venho argumentando, que haja um processo de *transformação* que possa nascer dos efeitos desses processos sobre a sociedade.

Há, definitivamente, uma relação tensa entre o imaginário institucional e o funcionamento objetivo das instituições. E é justamente dessa relação de forças que se estabelece entre os interlocutores - instituição e sociedade - ou, em outras palavras, entre as regras institucionais unificadoras e as diferenças efetivamente encontradas na sociedade, que nasce a *transformação*. No caso da propaganda em questão, observa-se que a instituição atua incisivamente no sentido de marcar os *não escolarizados* como “sujeitos menores”. Conforme discuti em Ratto (1995), as campanhas de chamamentos a programas institucionais de educação usam a categorização arbitrária de - *sujeitos menores* - como argumento para conclamar a sociedade a participar da erradicação do analfabetismo. Não se quer aqui questionar a necessidade de campanhas desse tipo. O que se quer mostrar é que, enquanto as instituições “combatem” a segregação causada por uma deficiência estrutural de seus mecanismos, elas, ao mesmo tempo, promovem essa mesma marginalização, e o fazem mediante um discurso que, aparentemente, não se pretende acintoso. Observa-se que o argumento - *sujeito menor* - é considerado legítimo e portanto, inquestionável pelas instituições. E assim vão se sedimentando os valores e vai se constituindo a história.

Observa-se que os ditames da concepção de *letramento autônomo* constituem a premissa subjacente ao argumento que preside a unidade discursiva da propaganda *Ser Humano*, ou seja, o argumento de que “a escolarização desenvolve uma capacidade cognitiva que torna o sujeito ‘mais humano’ ”. Veiculada pela televisão

brasileira como parte de uma campanha institucional²³, ela mostrava o rosto de um garoto gradualmente se transformando no de um chimpanzé, numa sequência de fotos (vide Ratto, op cit.) enquanto o seguinte texto era recitado como pano de fundo:

*Todo ser humano para ser totalmente humano
precisa de educação e instrução.
Esse é um direito que nunca lhe deve ser negado
porque todas as vezes que esse direito lhe é negado
um ser humano não é mais humano.*

A partir das formulações de Castoriadis que consideram o componente *imaginário* como parte da significação, diríamos que essa propaganda constitui um exemplo muito claro do processo de *autonomização* pois a premissa - *o analfabeto é inferior* - que permeia todo o seu discurso, resulta do predomínio do *componente imaginário* sobre o funcional. Assim, tem-se como legítima e, portanto, como já dada, a “diferença” entre sujeitos escolarizados e não escolarizados, baseada em um valor arbitrário: *o analfabeto é inferior*.

O re-conhecimento desse valor como dado, e, portanto, legítimo, é não passível de questionamento. Essa *alienação* (Castoriadis) exerce influência sobre a realidade social a ponto de provocar o deslocamento de suas “reais” funções.

Dessa perspectiva, se considerarmos que o objetivo dessa propaganda era o de conclamar o engajamento não apenas dos escolarizados mas também dos não escolarizados, a *violência simbólica* que a comparação a um símio suscita não poderia ser explicada a não ser em razão da *alienação* da instituição que não se

²³ Essa propaganda foi veiculada em rede nacional pela Fundação Roberto Marinho em meados de 1992. Ela recebeu um prêmio internacional, pelo efeito “morphe” de computação gráfica. Vê-se como seu efeito de sentido segregacionista não foi sequer considerado.

reconhece como produto do seu próprio imaginário. O significado que permeia todo esse discurso - *animal porque analfabeto* - acha-se tão fortemente atrelado ao significante, *macaco*, mostrando uma predominância do componente imaginário, que faz com que o componente racional assuma um papel absolutamente secundário. A tese do evolucionismo é evocada pelo significado *simbólico* consolidado pela história na figura do macaco. Tem-se pois, o componente *imaginário* a serviço do funcional, ou seja, definindo as *necessidades* sociais e realizando ao extremo a *autonomização* do puro simbolismo, definindo, portanto, aquilo que deve ser priorizado e tomado como valor de verdade:

Mais do que em qualquer outra sociedade o caráter “arbitrário”, não natural, não funcional da definição social das necessidades aparece na sociedade moderna, precisamente devido ao seu desenvolvimento produtivo, à sua riqueza que lhe permite ir muito além da satisfação das “necessidades elementares”. (Castoriadis: 190)

A *legitimidade* derivada da imposição de um *poder simbólico*, exercitado de modo invisível, ocorre também em razão de estar assentada em crenças - compartilhadas tanto pela classe dominante como pela dominada - no imaginário social. A *alienação* impede que se reconheça o caráter insidioso desse poder. Há uma cumplicidade, uma vez que os sujeitos submetidos ao exercício desse poder, ao compartilharem do reconhecimento das crenças e valores, aceitam as condições tácitas para o sucesso da imposição, cuja arbitrariedade fica assim dissimulada justamente pelo reconhecimento dessa legitimidade.

Tem-se, pois, nesse exemplo, que o componente imaginário se sobrepõe ao *funcional* na definição do “real”, uma vez que essa propaganda exhibe a valoração do *escolarizado* ou do *instruído*, baseada não em critérios racionais-funcionais, mas em

critérios arbitrários, esboçados pelas instituições que trabalham na manutenção da crença de que o conhecimento valorizado é aquele fornecido pela ciência. A instituição - *escola* - expressa a sedimentação dessa crença e constrói esse “real” no *imaginário social*. Daí a exclusão, os esterótipos, os fracassos.

Ainda do ponto de vista estritamente *simbólico*, essa propaganda é uma combinação de metáfora e metonímia: o *não escolarizado* pode ser um animal apenas metaforicamente e, como toda e qualquer metáfora, baseia-se numa relação metonímica - o todo a partir de uma parte, ou seja, uma falsa identidade das propriedades parciais estendida ao todo do objeto considerado; em outras palavras, a não-presença ou a falta de um fator altamente “necessário” porquanto valorizado na caracterização do sujeito da sociedade letrada - o *conhecimento formal / a instrução formal*, o reduz à condição de animal. E isso é assimilado pela sociedade, orientando o comportamento e as relações sociais. É, portanto, uma *criação imaginária*, uma vez que não resulta de leis naturais, nem da racionalidade e funcionalidade e nem tão pouco do imaginário apenas e em si mesmo. É uma interrelação de todos esses componentes, havendo uma *sobredeterminação* do simbólico.

Mas, é da perspectiva discursiva que se pode entrever esses componentes constituindo a linguagem e esta constituindo o funcionamento da sociedade. A perspectiva discursiva é a dimensão possível de se observar a *transformação* do sujeito, apesar da força dos mecanismos institucionais de *reprodução*, e de observá-lo no processo de produção de sentidos.

Parece claro que se pode atribuir o sentido - a escolarização *desenvolve habilidades cognitivas superiores* - como estando subjacente às asserções “*homem não-instruído*” e “*ser não-evoluído*”, relação essa autorizada principalmente pelas seqüências:

(07) *Todo ser humano para ser **totalmente** humano precisa de educação e instrução ...* (grifo meu)

(08) *[...] todas as vezes que esse direito lhe é negado **um ser humano não é mais humano.*** (grifo meu)

Esse discurso, na sua relação com as figuras - *menino* e *macaco*, constitui uma unidade discursiva que parece perpetuar a longa tradição de se pressupor o letramento como o gerador de mudanças cognitivas e sociais, ou seja, os preceitos defendidos pela concepção de *letramento autônomo*. É a *incompletude* (Pêcheux, 1988; Orlandi, 1988) possível do jogo de figuras e da linguagem verbal que formam um todo discursivo que faz retornar a *imagem* que a sociedade letrada constrói, e institui, do não escolarizado: a de um sujeito tanto cognitiva como socialmente inferior. O advérbio *totalmente*, em “*Todo ser humano para ser totalmente humano*”, confirma a relação metonímica - a parte (animal, não desenvolvida) sobrepondo-se ao todo (instruído, humano, capaz).

Assim sendo, os vários efeitos de sentido são possibilitados pelo espaço discursivo criado pela incompletude dos discursos dos interlocutores. São vários os sentidos produzidos no *imaginário* pelas figuras - *menino* e *macaco* em razão da *identificação* com diferentes formações discursivas que são coextensivas às formações ideológicas desses sujeitos. O jogo metafórico produz uma dupla indeterminação, tanto enquanto autoria como enquanto referente. Daí as várias histórias, os diversos efeitos de sentido, as várias leituras: para o *letrado*, a reafirmação de seus valores, o referendado do legitimado, do instituído. Para o *não escolarizado* também a legitimação, o re-conhecimento, mas do seu lugar social enquanto *sujeito menor* na sociedade letrada. E ainda para outros *não escolarizados* também o reconhecimento, mas daquilo que se *deve* legitimar. E assim vão se

criando os sentidos nos seus contextos e se criando unidade e coerência pela relação dos sujeitos com as diferentes formações discursivas que lhes são correspondentes.

A polissemia se faz nesse espaço discursivo simbólico. O processo discursivo de *identificação* com diferentes formações discursivas permite retornar o *mesmo* sob a égide do referendado, do legitimado, materializado em paráfrases como:

- (09) *O analfabeto é inferior porque não evoluiu.*
- (10) *A educação é responsável pelo desenvolvimento cognitivo.*
- (11) *O analfabeto é um animal.*
- (12) *Eu sou analfabeto e por isso sou inferior.*

E o *diferente* surge sob formações que mostram a dialogia com o *não-dito*, com aquilo que se tem/reconhece como “dado” mas que se quer *transformar*, tornar o não-instituído em instituído, conforme observamos em enunciados dos sujeitos examinados:

- (13) *Eu sou analfabeto mas sou inteligente.*
- (14) *O analfabeto não é ingênuo como parece.*
- (15) *O importante é falar [e não escrever].*

Negam-se as asserções identificadas com o legitimado. Vê-se que para se negar a diferença tem-se que reconhecer a sua existência. Para subverter a ordem estabelecida, para questioná-la tem-se que apontá-la, mostrá-la. E isso, a meu ver, não significa apenas a *reprodução* do legitimado, mas sua *transformação*. Esse é o processo a que Orlandi (1988:98) chama de retórica da denegação:

Negar a negação é trabalhar (elaborar) com a falta e com a contradição. É atingir a retórica da denegação, aquela que lida com os pressupostos.

E é também sob esse olhar que coloco a reflexão deste trabalho sobre a *oralidade letrada*. É nesse espaço discursivo em que o *mesmo* convive com o *diferente*. A *oralidade letrada* dos *não escolarizados* constitui o lugar mais elaborado de se promover a *transformação*, de se lidar com o estereótipo, ou seja, com o pressuposto de que esses sujeitos são incapazes de produzir um discurso articulado. Isso equivaleria ao que Orlandi (1988:99) mostra a respeito das formas estereotipadas do discurso feminista:

[...] as mulheres fazem um “uso social” dos estereótipos. Isto é, apresentam palavras, comportamentos, imagens estereotipadas, para consumo social imediato, enquanto elaboram em outro lugar práticas mais sutis de diferenciação. [...] Dada a formação discursiva dominante que as categoriza de antemão de incapazes de crítica, as mulheres jogam com esse preconceito, desconstruindo essa fala pelo próprio fato de responder ao estereótipo com estereótipo. Os outros sentidos terão outro lugar, não o confronto direto com o discurso dominante”.

No caso dos sujeitos desta análise, a formulação - *O analfabeto não é ingênuo como parece* (14) mostra o deslocamento do sujeito no seu processo de *identificação/contradição/transformação* na dialogia²⁴ (Bakhtin 1981) com o *não-dito*. Na materialidade da linguagem realizada nesse espaço discursivo simbólico,

²⁴ Bakhtin (1981) concebe o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Para o autor, a noção de deslocamento do sujeito é inerente ao conceito de dialogia: o sujeito perde o papel de controle e é substituído por diferentes vozes sociais que fazem dele um sujeito histórico e ideológico.

ele responde ao estereótipo não por confronto direto, mas como uma prática sutil que tenta desconstruir a categorização que a classe dominante cria arbitrariamente.

Os efeitos de sentido das falas institucionais mostram que as instituições não apenas *reproduzem* mas *trabalham* a manutenção do estereótipo. Apesar da *objetivização* que “anula” as diferenças, como postula Bourdieu, acreditamos que a linguagem institucional também instaure a *contradição* e a *transformação* pelos efeitos de sentido que essas formas *objetivizadas* produzem. E isso escapa ao controle das regras *objetivizadas* institucionais “explícitas”. A significação também está no silêncio daquilo que *não* se diz. O recurso metafórico da propaganda deixa falas ocultas, uma multiplicidade de sentidos possíveis, como aqueles que citamos acima, em que o sujeito no seu processo de *identificação* ressignifica, re-conhece o *seu dizer* nas formações discursivas que lhe são correspondentes, e se permite dizeres, rumo à legitimação do não-legitimado, tal qual: *o analfabeto não é ingênuo como parece*.

É nessa dimensão que entendemos a *oralidade letrada* como apresentando um *caráter herético*, uma fala enquanto *ação transformadora*. O uso de mecanismos da escrita por militantes políticos não escolarizados estaria significando uma ação. Nos deslocamentos entre as diferentes formações discursivas, o uso da linguagem que legitima a força não constitui uma *reprodução* em si mesma, mas é parte do processo de *contradição/transformação* que se dá mediante os mesmos instrumentos de luta, dos quais a classe dominante se vale para a dominação. Esse re-conhecimento do uso legítimo da linguagem não configura uma *alienação*, na medida para esse reconhecimento implica a mobilização tanto de valores objetivos quanto subjetivos e nestes os valores *simbólicos* das práticas sociais de um determinado grupo ou classe. Havendo o re-conhecimento desse uso social da

linguagem, pode ocorrer um posicionamento contra a *autonomização* das instituições e daí uma possível *transformação* dos valores nos quais elas se fundam.

Acreditamos que a *transformação* se assenta, em princípio, no reconhecimento de valores *legitimados* que são compartilhados em algum momento. O rompimento implica momentos de *contradição*. E a *oralidade letrada* mostra o sujeito nesses movimentos, numa relação em que a *contradição* é apenas aparente, numa luta para a *transformação* dos princípios arbitrários da sociedade que o coloca à margem. A tentativa de uso da *mesma* linguagem da dominação parece uma evidência da luta para des-locar o legitimado. Nas formulações de Bakhtin (1981) a respeito da dialética da evolução social também encontramos a fundamentação para apoiar a nossa concepção de que a *oralidade letrada* trabalha, no mesmo espaço de lutas - na linguagem da dominação - o re-posicionamento do legítimo, o que, ao contrário do que pode parecer na superfície da concretude da linguagem, trata-se de uma *denúncia* instalada num processo de *transformação*. A *oralidade letrada* deixa marcas nítidas da luta da dominação para estabilizar o instituído, o estado de coisas:

[...] *classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. [...] Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.* (1981: 46-47)

Essa luta para "tornar o signo monovalente" ecoa nos discursos da dominação *sobre* a linguagem "fragmentária", "retalhada" dos discursos dos militantes não escolarizados, como veremos adiante.

Assim, como mostra Bakhtin, o ocultamento dessa *dialética interna do signo* (Bakhtin) contida na *contradição*, parece mostrar-se nas várias leituras das diferentes expressões sócio-culturais, seja ela a linguagem enquanto palavra ou sob outra manifestação cultural ou artística. Tome-se como exemplo, a relação entre cultura popular/cultura erudita tratada por Chauí (1986:24), em que se pode entrever a mesma *contradição* - constitutiva - de uma situação de tensão e confronto social de que falamos acima a respeito da propaganda:

[...] *freqüentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico, ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob dominação.*

Diríamos, pois, que a linguagem em *transformação* dos sujeitos desta análise não constitui a manifestação de um discurso de subversão no sentido estrito do termo "revolucionário", mas reflete, sutilmente, na *contradição*, "imperceptíveis alterações da existência social" (Bakhtin: 46), expressando a ideologia de classes em confronto. Isso é o que estaremos discutindo nas seções seguintes deste trabalho.

CAPÍTULO 3

A INSTITUIÇÃO POLÍTICA

3.0 - Introdução

Este capítulo tem por objetivo caracterizar as relações objetivas da instituição política para que possamos situar mais especificamente as condições da prática política dos sujeitos desta análise. Estaremos examinando as macroestruturas do campo político ou seja, o funcionamento estrutural da relação entre representantes e representados que decorrem da *autonomização/objetivização* das regras institucionais.

A *objetivização* das práticas implica uma luta simbólica que tem por objetivo impor a definição do mundo social pelo viés de uma classe e que no campo político - o microcosmos dessa luta simbólica - se opera pelo direito de *representação* que um grupo ou classe outorga a um *agente*.²⁵

3.1 - A estrutura diádica do campo político

²⁵ Utilizaremos os termos *agente* ou *representante* ao nos referirmos ao funcionamento da estrutura objetiva do campo político.

Segundo Bourdieu (1992), o campo político configura o espaço onde desembocam as pressões sociais, onde seus agentes, através de programas, análises, comentários, conceitos, etc., procuram ora manter ou transformar, ora construir ou impor uma visão do universo simbólico do grupo ou classe que representam. É nesse espaço de *objetivização* de práticas sociais que se mantém ou se transforma o estado de *doxa*, as representações já sedimentadas que categorizam o mundo social.

Entretanto, apesar de o autor evocar a *transformação*, vários aspectos de sua reflexão mostram a *reprodução* como processo predominante. Para ele, o mundo social é concebido como um espaço multidimensional, diferenciado em campos ou instâncias relativamente autônomos como o *da ciência, da música, das artes, da filosofia, etc.* Utilizando a metáfora do modelo capitalista, o autor postula que dentro desses campos os indivíduos ocupam posições determinadas em função da posse maior ou menor do capital específico.

Basicamente o *campo político* diferencia-se dos demais pela *dualidade referencial* que resulta da necessidade do atendimento, pelos agentes ou políticos profissionais, às exigências tanto das lutas internas, *esotéricas*, como das externas, *exotéricas*. E, pelo fato de as exigências *esotéricas* serem mais vitais para a preservação da posição no campo, elas se superimpõem às demandas *exotéricas*, configurando uma espécie de *cultura esotérica*, no sentido de algo produzido, reconhecido e interpretado por um grupo limitado.

Assim, a complexidade do campo político deve-se à *dualidade estrutural* constitutiva. Em razão dessa *dualidade*, as práticas dos representantes de grupos nem sempre são identificadas ou reconhecidas como representativas do interesse do grupo, pois, a força da competição interna exerce maior pressão do que a dos representados.

A luta pelo poder, por posições mais privilegiadas orienta o representante em suas decisões. Tomar uma posição, marcando uma diferença na competição interna, é dominar o universo das diferentes posições, ou seja, avaliar antecipadamente quais seriam os efeitos sociais dessas tomadas de posição. E, o que pesa mais nessa avaliação é o ganho que se obtém na luta interna.

Entretanto, o poder de adesão que um representante exerce sobre seus representados, ampliando o domínio de sua ação, também constitui um fator decisivo na luta interna pelo poder. É nessa perspectiva que se observa a força da ótica da *reprodução* no modelo de Bourdieu. Aceitam-se as regras para a sobrevivência no jogo.

Ainda com base na relação diádica do campo político é que Bourdieu considera a complexidade das asserções, argumentos, programas, conceitos, plataformas, etc.. O autor postula que o não-entendimento desses produtos políticos não se dá, necessariamente, em razão da complexidade da linguagem desses programas, mas sobretudo pelo não acesso às informações, às articulações internas entre seus agentes, o que provoca um distanciamento das condições que circunstanciam a elaboração desses produtos políticos. Segundo ele, esses “produtos” são comumente referidos pelos não-profissionais da política como complexos, obscuros e ininteligíveis. A dificuldade desse não-entendimento dá-se em razão do *efeito* das lutas entre os agentes no campo, da complexidade das relações entre suas diversas posições e das relações de seus agentes com seus representados. Portanto, o autor fundamenta-se na determinação da estrutura social.

Essa perspectiva de funcionamento não contempla a relação da linguagem, sujeito e seu objeto, ou seja, a linguagem como parte constitutiva do confronto ideológico, na luta pela relação de dominação/subordinação, que é o que caracteriza a luta política (Pêcheux 1988). Portanto, da perspectiva que adotamos neste

trabalho, cabe ressaltar que uma linguagem mais “acessível” não comportaria as litâneas que, como um oráculo, abrigam o mistério necessário para que nelas o poder se instale.

A questão da dificuldade da compreensão do campo político, suas conexões e articulações com todo o universo social é indiscutível. E o é por todas as condições sócio-históricas e ideológicas, nas quais se funda a linguagem, o que implica não se admitir o divórcio entre linguagem e sociedade ou, no limite, a determinação de seu funcionamento pelas estruturas sociais que as considerações de Bourdieu permitem supor. Se, ao tratar das instituições, o autor inclui o *simbólico* como um componente que se articula entre o objetivo e o subjetivo, definindo o seu funcionamento, é inconsistente atribuir-se a complexidade do campo político à sua complexidade estrutural, às suas posições sócio logicamente determinadas sem se contemplar a linguagem também nessa interrelação.

Como vimos, no funcionamento das instituições jogam as representações dos universos simbólicos dos grupos que disputam a hegemonia das regras que se instalam no mundo social. Nessa luta, os agentes políticos institucionais projetam uma *objetivização* a partir de seu próprio viés. Portanto, é o *modo* de funcionamento da linguagem do *porta-voz*, como sujeito de linguagem (Pêcheux, 1990) que faz a mediação entre os diferentes universos simbólicos e as práticas objetivas da instituição, (incluindo o próprio universo institucional), que cabe ser observada no funcionamento das instituições relativamente à determinação de suas regras. Não se trata apenas de se observar a *reprodução* como parte do processo dessas relações, mas considerar a *transformação* que a *reprodução*, subrepticamente, pode estar implicando/desencadeando.

A passagem que relataremos a seguir é um exemplo do qual Bourdieu se vale para ilustrar a complexidade da dualidade referencial e para mostrar como um

representante político, adotando a *estratégia de condescendência*,²⁶ obtém ganho tanto na sua relação com seus competidores como com seus representados, a partir de uma relação objetiva de poder, em que “transgride espontaneamente” regras institucionalizadas. Segundo ele, os agentes externos ao campo político (essa instituição fechada em suas práticas) não apreendem os efeitos desse jogo.

O autor narra que na ocasião de um evento oficial na cidade francesa de Bérnaís, na qual se falava, além do francês padrão, o dialeto local, o prefeito, embora dominasse perfeitamente o francês padrão, proferiu seu discurso na forma dialetal, o que foi amplamente aplaudido. Ao usar a *estratégia de condescendência*, ele negou simbolicamente a relação objetiva de poder entre as duas línguas - francês padrão e o dialeto, e obteve ganho dessa relação. O lucro político foi obtido na relação com seus representados - pela instituição da *diferença* que lhe atribuiu poder (pelo maior capital simbólico), ao mesmo tempo em que obteve lucro - também pela *diferença* - na sua relação com seus competidores, uma vez que conseguiu mobilizar o público pelo *reconhecimento* de um valor comum. E a mobilização (ou adesão) de um grupo é um fator externo crucial na luta interna pelo poder. O autor conclui que a posse maior de capital lingüístico foi o que permitiu a definição dessa estratégia política. Assim, em razão da sua posição no campo, esse representante político, com autoridade legitimada, pôde negar simbolicamente a hierarquia entre as línguas em confronto e transgredir as regras institucionais, sem contudo romper com seus valores. Com isso ele obteve lucro em seu favor ao mesmo tempo em que essa estratégia funcionou no sentido de reafirmar a hierarquia. Segundo o autor, esse poder obtido na luta interna pela articulação com as condições externas fica obscurecido aos olhos dos representados. Ele afirma que certamente um lavrador,

²⁶ Aquela que consiste em se obter *lucro* de uma relação objetiva de poder entre as línguas em situação de confronto, negando-se simbolicamente a relação, principalmente, a hierarquia das línguas e dos interlocutores. (Bourdieu 1992:68)

numa situação semelhante, num ato público, não obteria as mesmas vantagens. Sua atitude em nada acrescentaria às expectativas de seus ouvintes. Para o autor, a *autoridade* desses representante está apoiada no *poder simbólico* obtido nas relações esotéricas e exotéricas, endossado pela instituição.

Do ponto de vista discursivo podemos ampliar a compreensão da passagem acima. Diríamos que, para a Análise do Discurso, as *estratégias* decorrem das *antecipações*, que prevêem ao sujeito “*situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor. Esse mecanismo regula a possibilidade de respostas e dirige a argumentação*” (Orlandi 1988:18). Nesse colocar-se no lugar do outro, estabelece-se uma relação com o invisível, retornando *a diferença de classes* ainda de forma tácita, no *não-dito*, no invisível inscrito nas condições de produção.

Assim, no funcionamento das instituições jogam as representações dos universos simbólicos dos grupos que disputam a hegemonia das regras que se instalam no mundo social. Nessa luta, os agentes políticos projetam uma *objetivização* a partir do seu viés na relação com as práticas já sedimentadas. A regularidade das práticas deve, pois, ser observada relativamente ao *modo* de funcionamento da linguagem do *porta-voz* que faz a mediação entre os diferentes universos simbólicos e as práticas “objetivas” da instituição das práticas.

Ainda do ponto de vista da *reprodução* a “economia das trocas”, segundo Bourdieu, é o eixo orientador das relações entre agentes e instituições²⁷. Ela se funda em procedimentos que incluem empregos na burocracia, em instituições subordinadas, indicações para cargos em diferentes órgãos, uma gama infindável de privilégios que se estendem a vários mecanismos do aparato institucional para a

²⁷ Essa é uma questão também discutida por Rodrigues (1990), Gianotti (1990), e outros, conforme veremos no capítulo 5, com relação ao corporativismo sindical, na sua relação com o Estado para a manutenção de privilégios na estruturas sindicais e estatais.

manutenção dos valores sedimentados. Há um aparato que facilita a circulação das "idéias", arsenal de propaganda, enfim, investimentos que se reproduzem e se sustentam porque representam interesses mutuamentecompartilhados inter e intra institucionalmente. E, segundo o autor, esse aparato que produz e reproduz o trânsito do poder nas diferentes instâncias cresce mais rapidamente do que a pressão externa para a realização dos compromissos assumidos junto aos representados. Isso explicaria o fato comum aos partidos, sindicatos e outras instâncias que sacrificam programas negociados em campanhas eleitorais para se manter no poder ou simplesmente para continuar a existir. O resultado dessa economia pode ser observada em assembléias, por exemplo, quando, diante de uma proposta, o líder que compactua com a posição institucional pergunta *Quem é contra?* Certamente as *práticas disciplinadas/objetivizadas* raramente possibilitam uma fala *contra* e as propostas são aceitas por "unanimidade". A exclusão se dá, pois, pela imposição de *práticas legitimadas, objetivizadas*.

Essas observações são, sem dúvida, pertinentes e até certo ponto inquestionáveis.

Mecanismos coercitivos semelhantes são observados nas práticas escolares. Por conta de uma funcionalidade arbitrada, desempenha-se um papel, preenchendo vazios que só fazem sentido sob os cânones da instituição. A prática orientada pelas regras *objetivizadas* parece mostrar uma submissão para a manutenção das posições já alcançadas, o atendimento às expectativas institucionais. A situação em sala de aula é a mesma: à pergunta acima *quem é contra?* correspondem outras, como por exemplo, *quem não entendeu levante a mão* ou *leia em voz alta*, em situações em que a leitura silenciosa seria a prática mais coerente. Ou, como diz Orlandi (1987:19), explicações reduzidas a *é porque é*, que culminam numa metalinguagem rígida. Daí, como escreve a autora, "*a estranheza de um discurso que é diluidor e*

diluído, em relação ao objeto, ao mesmo tempo em que apresenta definições categóricas e é extremamente preciso e coerente, ao nível da metalinguagem" (ibid). No entanto, "preciso" e "coerente" sob o olhar da instituição que, como dissemos, não se reconhece como produto de seu próprio imaginário e não produz adequações às situações que emergem da imposição de suas próprias práticas.

Diríamos, então, que, assim como nas instituições políticas não se tem acesso às condições em que são produzidos programas, projetos, etc. pois estes dissimulam, na sua *objetividade*, uma complexidade que resulta de mediações anteriores, na articulação com os competidores internos, tem-se também na escola, a figura do *"professor que se apropria do cientista e se confunde com ele sem que se explicita sua voz de mediador"* (ibid).

Assim, a instituição legitima o papel daquele que deve ser o detentor do saber, e por isso ele tem *autoridade* para "dizer que sabe" e, nessa relação de forças, o aluno se vê autorizado a "dizer que aprendeu" (ibid: 21). Ele não está autorizado, entretanto, a dizer que não aprendeu. Os discursos dos professores, em situações desse tipo, são autoritários e direcionam o raciocínio do aluno àquele que o conduz ao "saber pronto" sem que ele possa partir das premissas que sua experiência possibilita formular. Estudos sobre interação em sala de aula (Kleiman e Signorini, 1994) demonstram esse redirecionamento principalmente em discursos explicativos.

Nos cursos de formação de professores dos quais temos participado, tem-se observado um aspecto particularmente relevante para a reflexão do processo de *transformação* de sujeitos institucionais. Enquanto as práticas efetivamente exercitadas em sala de aula continuam sendo prescritivas, reproduzindo o padrão escolar convencional, os discursos desses professores, na interface com seus orientadores, revelam deslocamentos para outras posições em que se mostram críticos do sistema, um distanciamento do sujeito e seu objeto, na posição de

observadores de seu papel, do lugar em que *são colocados* na/pela instituição. Vê-se, nesses deslocamentos, a linguagem atravessada pelo real de suas histórias na qual se observam *contradições* pela relação de forças instalada nesse processo. E assim eles se mostram num conflito que abriga a *reprodução* enquanto *sujeitos institucionais* ao mesmo tempo em que ela esconde uma *transformação* da especificidade de sua história, de seu processo de individualização.

No papel que lhe é dado desempenhar na *escola*, o professor se constitui em seu discurso pedagógico no qual se instala o saber que lhe dá autoridade. Daí o seu saber "fragmentário", "retalhado", "inconsistente" que *denuncia*, tal qual a *oralidade letrada* dos militantes não escolarizados, seus deslocamentos. O professor enquanto *aprendiz*, sob outras condições de produção, se desloca para a real história do seu saber. E, nessas condições em que a *real história do seu saber* define o início do processo da aquisição do "novo saber", ele aprende, assimila e talvez deixe de ser ator da história do outro para ser ator da sua própria história, do seu dizer.

Observamos em cursos de formação de professores que, sob condições modificadas para aquisição do novo conhecimento em que suas histórias eram ouvidas e faziam parte dessa sua nova experiência "escolar", seus discursos mostravam incorporações do discurso do coordenador/orientador, crítico do sistema escolar. Entretanto, suas práticas continuavam reproduzindo as práticas esvaziadas, numa relação ainda de convivência com a instituição atuando enquanto agentes multiplicadores do *mesmo*, do que já está lá. A questão é que eles não atuam enquanto um grupo identificado com algo a se transformar para uma categoria. Essa é uma questão fundamental para a análise das condições de produção da prática escolar e política, como veremos adiante, para o que a análise de Bourdieu é fundamental:

[...] *the very ambiguity of the political struggle, this combat for "ideas" and "ideals" which is inseparably a combat for powers and, whether one likes it or not, for privileges, is the source of the contradiction which haunts all political organizations designed to subvert the established order: all the necessities which weigh down on the social world work together to ensure that the function of mobilization, which calls for the mechanical logic of the apparatus tends to supplant the function of expression and representation claimed by all the professional ideologies of those who occupy the apparatus and which cannot be really be ensured other than by the dialectical logic of the field.* (Bourdieu 1992:202)

E aqui começamos a delinear alguns aspectos fundamentais para a caracterização das diferenças entre mecanismos coercitivos da escola e do campo político. Apesar de produzirem mecanismos coercitivos semelhantes, a dialética dos campos políticos propicia ao militante um trabalho de mobilização, cujo efeito é de integração e não de exclusão. A escola, ao contrário, produz uma *homogeneização* de práticas por mecanismos que *dividem*. As diferenças dão-se nas relações dos alfabetizando adultos e a escola. Vejamos algumas questões que configuram essa situação, do ponto de vista da *reprodução*.

Segundo Bourdieu, os diferentes *habitus* dos alunos (familiares, lugar de inserção social, etc.) acham-se subjacentes ao *habitus* institucional da escola. Os alunos cujas práticas familiares não contemplam práticas mais próximas das institucionais podem ficar situados muito aquém de seus colegas (que não deixam de ser seus competidores) pela imposição das regras do sistema escolar. As tarefas a cumprir, por sua vez, acham-se muito além daquilo que suas práticas inscritas em seus *habitus* permitem executar. A escola acaba determinando uma luta *indivíduo-a-indivíduo*. E o fato de a escola ainda patrocinar o *modelo autônomo* de letramento, as avaliações do desempenho dos alunos continuam fundamentadas na premissa de

que o aprendizado decorre do desenvolvimento de habilidades individuais, de uma capacidade cognitiva inata e as condições sócio-históricas não são integradas, como já se tem amplamente discutido na literatura. (cf. Kleiman 1992, 1993).

Poder-se-ia afirmar que são os *modos* de inserção dos sujeitos não escolarizados na instituição *escola* e na instituição *política* propriamente dita, como sindicatos, partidos, etc. que produzem diferentes efeitos no aprendizado desses sujeitos. Ao nosso ver, as condições de produção da prática política favorecem o desenvolvimento da aprendizagem da língua padrão em razão da relação que a instituição estabelece com a linguagem, como um lugar privilegiado em suas práticas.

Assim, a problematização da questão da *transformação* do militante e do *aprendiz* na *escola* é tanto de domínio das questões de linguagem como das estruturas de funcionamento das regras objetivizadas.

Portanto, nessa fronteira em que a discussão se cruza com as práticas microestruturais institucionais - escola e instituição política, buscamos dialogar com a Análise do Discurso. Acreditamos que é pela linguagem dos *porta-vozes*, dos *mediadores*, que podemos observar os sujeitos na sua relação com a ideologia, ora reproduzindo, ora transformando o estado de coisas e assim tentarmos entender essa relação transformadora que se dá entre *porta-voz* e instituição política. É importante observarmos as condições de produção da linguagem do não escolarizado na instituição política para que se vislumbre alguma transformação das condições de produção ""das práticas escolares: “*Não se trata de mudar de mundo, mas mudar as bases do mundo*” (Pêcheux 1990:17). E, mudar as bases do mundo significa tornar *visível* o *invisível*, tornar possível aquilo que o legitimado tornou impossível. Por isso, embora sustentada num processo de *reprodução*, acreditamos que esta

constitua o ponto de partida, um “*retorno aos pontos de resistência e de revolta*” (Pêcheux 1990:17)

Cabe, pois, entender o que atravessa a espessura dos discursos dos mediadores, para quem eles se dirigem e de quem são suas vozes, sejam seus discursos revolucionários, inócuos ou ingênuos, criativos ou improdutivos ou, por que não dizer, até mesmo reprodutivos. Talvez, na passagem de um mundo para outro, de um discurso para outro, eles estejam mudando as bases do mundo. Mas há um ponto de partida, e ele é o *mesmo*, o que está aí. E é nesse contexto que inserimos a *oralidade letrada*. Conforme assinala Pêcheux (ibid:17):

[...] toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica. As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

A *oralidade letrada* atravessa a linguagem da dominação para constituir o seu lugar no mesmo espaço de lutas. As falas fragmentárias dos militantes políticos não escolarizados delimita a “*região política*” (Pêcheux 1988) de onde falam dentro desse espaço de lutas. Entretanto, não configuram a *reprodução* do estado de coisas, pois, “*toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica*”, como escreve Pêcheux. A *reprodução* de formas padrão não representa, necessariamente uma adesão, mas o ponto de partida para uma *transformação*.

A questão é, pois, buscar conhecer, na linguagem, como os *porta-vozes* se constituem historicamente, na sua relação com o inexistente, com a irrealidade e com o impossível. Esta é, pois, a questão que estaremos buscando responder: *que mecanismos observados na materialidade lingüística dos sujeitos não escolarizados deixam entrever o sujeito/porta-voz na luta por posições que possam assegurar a imposição da perspectiva resultante da sua relação com seus representados?*

3.2 - A instituição política. Aspectos históricos

Do meu ponto de vista, as questões históricas, mesmo tomadas apenas nos seus aspectos factuais, tanto possibilitam fundamentar a tese da linguagem como *reprodução* como também fornecem indícios/subsídios que permitem mostrar o processo de *reprodução/contradição/transformação*.

Começemos pelos argumentos que fundamentariam a onipotência da *reprodução*.

Segundo Bourdieu, a observação do processo histórico das instituições confirma o seu papel na *reprodução* do mundo social pelo viés da classe dominante. Conforme relata o autor, na medida em que *ação política* foi se *autonomizando* e se configurando como um campo de produção ideológica - por meio de programas, conceitos, etc., houve um crescimento da burocracia e o surgimento de instituições como os Institutos de Ciências Políticas e outras organizações similares. Isso provocou uma maior concentração dos discursos socialmente reconhecidos como políticos. Essa crescente *autonomização* e a burocracia resultante dessas práticas trouxeram, por sua vez, uma maior exigência quanto à qualificação e seleção dos produtores profissionais de esquemas de pensamento e de expressão do mundo social, os políticos, jornalistas políticos e altos funcionários da burocracia. As

instituições então passaram a atuar no sentido de *racionalizar* o potencial demandado pelo universo político praticado por esses políticos profissionais, tendo por objetivo o aprimoramento da eficiência da prática política mediante técnicas como a pesquisa de opinião pública, a atividade de relações públicas e de marketing político, por exemplo. E ainda, na fala dos sujeitos desta análise, “o ensino da retórica”, conforme veremos no capítulo 6.

Esse processo de qualificação do profissional da política resultou não apenas numa concentração dos meios de produção política nas mãos de um menor número desses profissionais, como também provocou um distanciamento cada vez maior daqueles destituídos dos critérios de qualificação exigidos para as práticas político-institucionais.

Essa perspectiva vem também sustentar que é devido à *autonomização* das atividades políticas que cada vez mais se aplicam critérios qualitativos do ponto de vista do funcionamento burocrático das instituições e cada vez mais são impostos àqueles que buscam a entrada no campo político. Conforme comenta Bourdieu, isso talvez explique o aumento da influência de profissionais políticos educados em universidades e em instituições altamente especializadas. Isso também se aplica aos sindicatos de classe majoritariamente composta de não escolarizados, onde cursos de formação são regularmente ministrados.

A definição de critérios disciplinares inclui a linguagem. O padrão de linguagem faz parte dos critérios de orientação dos programas de formação. Segundo Bourdieu, o padrão culto é a forma legítima e a linguagem funciona sob bases prescritivas. Pergunta-se, então, que dados da história relativamente ao surgimento dos sindicatos brasileiros, que é o espaço político que nos interessa neste trabalho, estariam subsidiando o entendimento da dominação da linguagem padrão, considerando que esses sindicatos, são compostos, na sua maioria, por trabalhadores

braçais, pouco-escolarizados tendo muito tardiamente surgido os sindicatos de classe mais escolarizada como o de professores e profissionais liberais, por exemplo?

Segundo estudiosos do sindicalismo (Rodrigues 1990, Gianotti 1990, Füchtner 1980), os sindicatos brasileiros herdaram os princípios leninistas que orientaram a política na União Soviética no período que sucedeu a guerra contra a Alemanha e a revolução russa. Embora fundados no liberalismo, acabaram por consolidar-se sob forte influência socialista, a partir das idéias de Lênin, o qual acreditava que a solução, para combater a miséria e a catástrofe econômica que marcaram os primeiros anos do regime soviético, era utilizar maciçamente os técnicos da burguesia, concedendo-lhes altos salários, dando-lhe poderes ditatoriais, fazendo deles a camada dirigente da nova economia. Os técnicos, os cientistas, os administradores faziam parte do que se denominava *intelligentsia*, cuja posição dominante se justificava em nome do saber, do conhecimento, da cultura ocidental. Para ele, era a *intelligentsia* revolucionária que deveria injetar nos trabalhadores, através de seu saber, a consciência de classe revolucionária. Uma vez liquidado o capitalismo, caberia à *intelligentsia* técnica, substituindo a burguesia privada, comandar os trabalhadores, não mais para a revolução, mas para o aumento da produção e da produtividade. O leninismo pode ser então interpretado como a *teoria do poder intelectual*, da supremacia dos intelectuais (entendidos num sentido amplo) tanto sobre a burguesia como sobre os operários.

Assim, conforme relata Rodrigues (1990), a presença de intelectuais e trabalhadores numa mesma organização partidária não é algo inusitado na história. Pelo contrário, intelectuais e trabalhadores constituíram sempre um par constante nos partidos de esquerda. O Partido dos Trabalhadores - PT parece-me também um exemplo dessa convivência na história recente dos partidos políticos do Brasil. Como partido de assalariados, com forte peso de um setor de trabalhadores

industriais, tem uma liderança de sindicalistas e de intelectuais de classe média. Na Inglaterra, o exemplo do ex-Primeiro Ministro Harold Wilson, eleito pelo Labor Party, é significativo pois, na medida em que sua representatividade tornou-se mais expressiva aos olhos do *establishment*, esse político, oriundo de militância de base, foi encaminhado à Oxford University para completar sua formação político-acadêmica.

Nesse mesmo sentido, Osakabe mostra que o padrão prestigiado de linguagem tem orientado a história da oratória no Brasil no sentido de reafirmar o já instituído: “a história mais recente e modos discursivos das esquerdas poderá mostrar de forma bastante cristalina que mesmo líderes saídos de camadas populares se reeducam retoricamente em padrões lingüísticos socialmente prestigiados, quando não instalam seu discurso num quadro de referência inteiramente instituído” (1987:167). Na mesma direção ele aponta que a prática discursiva tem mostrado que “a linguagem de que se vale a oratória têm se formulado dentro de variações lingüísticas típicas de forças ou estratos socialmente dominantes, sujeitando-se sempre aos limites da conveniência (moral, política) ditada, em última instância, por aquelas mesmas forças. O poder de mobilização da oratória estaria sempre parametrado pelos padrões e pelos sistemas de valores morais e sociais mais prestigiados”.

À luz do exposto acima, a incorporação da *oralidade letrada*, vista em si mesma, e não se considerando as condições em que é produzida e nem tão pouco os seus efeitos discursivos, sem dúvida nenhuma, *permite* o argumento de que constitui um modo de se garantir e referendar aquilo que já está instituído, tratando-se, portanto, de uma *reprodução* dos interesses do estado de doxa.

Dentro dessa ótica, a prática discursiva dos militantes não escolarizados estaria mostrando uma busca da fala prestigiada e por isso poder-se-ia entendê-la como uma estratégia discursiva ortodoxa, ou seja, estaria endossando os valores das

práticas institucionalizadas de modo inquestionável. Ainda, poder-se-ia argumentar, nessa mesma direção que, pelo fato de não obterem ganho político na competição interna com outros agentes letrados, a linguagem fragmentária desses sujeitos estaria funcionando como um referendunum à valorização da linguagem padrão, ao mesmo tempo em que, pelas marcas dialetais, estaria ainda carregando informações sobre seu *status quo*. Assim, a busca por um *falar correto*, “um *falar bonito*”²⁸ ao invés de resultar na ocupação de posições mais privilegiadas dentro do campo político, estaria favorecendo a *reprodução*, mantendo assim a mesma posição que esses sujeitos ocupam na sociedade, a mesma marginalização.

Teríamos assim argumentos que, por um lado estariam mostrando que a *oralidade letrada* representa um lucro na relação entre o representante e os representados mas por outro, o fato de esse padrão não-legitimado de linguagem nada significar na competição interna entre os representantes, estaria implicando uma submissão à linguagem legítima, da dominação.

Entretanto, vejamos o outro lado da questão; cabe examinar de que modo os fatos da história se repercutem e como podem ser compreendidos, uma vez que a linguagem também determina essa história. No capítulo seguinte, trazemos outros aspectos históricos que mostram o sindicalismo num processo de *transformação*, que se revela na *contradição*.

²⁸ Essas são expressões usadas pelos informantes ao se referirem à norma culta.

CAPÍTULO 4

O PARADOXO DO SINDICALISMO

Uma evidência da transformação

4.0 - Introdução

Atualmente parece não haver um discurso de esquerda que se oponha ao discurso neo-liberal, e por isso as referências às relações sociais de trabalho através do conceito de *luta de classes* parecem ultrapassadas. Entretanto, a análise dos depoimentos dos sujeitos desta análise, militantes políticos de base, mostrou que a ideologia da luta de classes ainda permeia seus discursos. Assim, a partir do quadro teórico de Pêcheux (1988) a respeito do discurso e ideologia e na discussão sobre a *Ideologia em geral e ideologias das práticas ou de classes* estaremos discutindo a *contradição* nos movimentos de reprodução/transformação que têm caracterizado a história do sindicalismo brasileiro. Embora predominante o sistema corporatista nas estruturas sindicais e estatais, a *transformação* de suas práticas ainda encontra um lugar para se instalar.

Segundo o autor, não se pode ignorar o caráter intrinsecamente contraditório e ininterrupto das relações de *contradição/desigualdade/ subordinação* da luta de classes instalada nos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser) “dentro do todo complexo das formações ideológicas de uma dada formação social num momento histórico” (Pêcheux 1988:144).

É no mesmo espaço - o dos *aparelhos ideológicos de Estado* - que se acham as condições para que, de modo *simultâneo* e *contraditório* se realize a *reprodução/transformação* das relações de produção das ideologias das práticas ou das classes. Assim, “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa” pelos *aparelhos ideológicos de Estado*.” (ibid: 144).

Não se trata de separar, por um lado, as condições que determinam a *transformação* e de outro aquelas que determinam a *reprodução*. As ideologias não se reproduzem de modo homogêneo à sociedade, e nem tampouco funcionam em compartimentos estanques e absolutamente antagônicos trazendo como consequência a supremacia da classe “mais forte”. Isto, para Pêcheux, seria uma ilusão eternalista e anti-dialética pois as novas condições de produção estão ligadas aos modos de produção anteriores, com modos “já começados”, como o “efeito (e a parte) de um processo histórico determinado”. Devido a historicidade de todo processo de *reprodução/transformação* é que a *contradição* se instala e:

“isso significa que as **contradições** que constituem o que chamamos as condições ideológicas da *reprodução/transformação* das relações de produção se repercutem, com deslizamentos, deslocamentos, etc., no todo complexo das ideologias teóricas sob a forma de relações de desigualdade-subordinação que determinam os “interesses” teóricos em luta numa conjuntura dada, e isso tanto no período que precede o começo histórico de uma ciência quanto durante o desenvolvimento sem fim que esse começo inaugura” (ibid:191) (grifo meu)

A instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* instaladas nos aparelhos ideológicos de Estado, ao mesmo tempo em que possuem

um caráter “regional” e comportam posições de classe, donde podemos falar que as ideologias práticas são práticas de classes (lutas de classe) na Ideologia.²⁹

A forma de dominação da ideologia da classe (dominante) se caracteriza “pelo fato de que a *reprodução ‘subjuga’, pela reprodução que se realiza através dos aparelhos de Estado, sua transformação.*” A materialidade concreta da instância ideológica se dá sob a forma de *formações ideológicas* que fornecem tanto os “objetos ideológicos” como a “maneira de se servir deles e de seu sentido,” conforme assinala Pêcheux (ibid:146), isto é, “a sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem”.

A luta ideológica de classes não se trava pela aplicação de um construto abstrato a partir de uma posição de classe aos seus objetos ideológicos tomados um a um, mas ela se dá na relação de desigualdade/subordinação que se estabelece no desmembramento em “regiões” (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.) desses objetos ideológicos. E isso ocorre de modo relativo e nem sempre da mesma maneira, dada a importância que se dá, no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, dessas propriedades “regionais” (Escola, Família, Igreja, etc.) em função do estado da luta de classes na formação social considerada e num momento dado.

Tem-se, pois, que a forma de dominação se realiza, mais preponderantemente, pela *reprodução* das relações de desigualdade-subordinação do que pela manutenção do idêntico, em termos dos “objetos” ideológicos “regionais” e das práticas no interior das quais eles estão inscritos. Portanto, vários aspectos convergem para que se instale a *contradição* no processo de

²⁹Entendida aqui como ideologia teórica. Daí ter-se que “as ideologias práticas atribuem suas formas e seus limites às ideologias teóricas, o que significa dizer que o sistema das ideologias teóricas próprio a uma época histórica dada, com as formações discursivas que lhes são correspondentes, é, em última instância, determinado pelo todo complexo com dominante das formações ideológicas em presença, isto é, o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado” (Pêcheux 1988:191)

reprodução/transformação. Como assinala o autor, os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar da dominação, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes. Eles são, ao contrário, “o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes” onde os sindicatos e partidos também estão instalados, numa relação de contato *necessário* para se assegurar o controle da classe dominada.

E é esse o cerne da *contradição* que acompanha o processo de *reprodução / transformação* que constitui a luta ideológica de classes. Conforme Pêcheux, a partir de Balibar, “como se trata de uma *reprodução* das relações de desigualdade-subordinação dissimulada no funcionamento *dos aparelhos de Estado* pelo próprio mecanismo que a realiza, tem-se que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como ‘evidências naturais’ ” (ibid: 148). Pelo fato de a luta se dar no mesmo espaço, a relação dialética que produz a simetria fica dissimulada no funcionamento dos aparelhos de Estado. Diríamos, retomando as considerações formuladas no Cap. 2 a respeito da *autonomização das instituições* (Castoriadis), que a *contradição* se dá pelo ocultamento das condições de produção das relações de desigualdade/subordinação que, sob a égide da homogeneidade da relação entre Estado e sujeito, se revela na linguagem “objetiva”, normativa das instituições.

A *contradição* ocorre pois, não apenas porque a luta ideológica entre as classes não é simétrica, no sentido de que “cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, a *mesma coisa* que a outra” (Pêcheux 1988, 147), ou seja, lutar pela manutenção *e/ou transformação* da relação de desigualdade/subordinação, mas também pelo fato de essa luta trazer em seu bojo, no mesmo espaço de luta, o “já lá”, o já instituído como pré existente à luta. Daí, como veremos adiante, a classe

dominada usar a mesma linguagem como meio de luta para a *transformação* dos valores que a categorizam como *sujeitos menores* o que não significa, necessariamente, apenas uma *reprodução*.

Dissemos anteriormente que a função dos sindicatos e partidos dentro dos aparelhos de Estado é assegurar o necessário contato para que se mantenha a relação de dominação. O segmento abaixo mostra um modo de dominação que se realiza por um mecanismo, o qual, sob a forma de *lei*, dissimula, por esse modo de dominação, a relação de subordinação do sindicato ao Estado e seus movimentos de *transformação*. Esse segmento refere-se à uma “conciliação de classe” promulgada pelo Ministério Público, através do artigo 514 da “Consolidação das Leis do Trabalho de 1943” e reza que:

É dever do sindicato: colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.

Vê-se, nos verbos *dever* e *colaborar* a imposição de uma “parceria” ou de uma cumplicidade com o instituído, com o Estado. Marca-se a subordinação tanto pelo verbo *dever* como pela forma mais atenuada - *colaborar*, a qual oculta uma subvalorização da autonomia do sindicato e valoriza a supremacia do Estado subjugando, portanto, as possíveis ações de *transformação* do sindicato. Ainda, em “*no desenvolvimento da solidariedade social*” ignora-se, sob a forma de uma relação homogênea, a evidência de um estado de lutas. Observa-se que, para a classe dominante, os indivíduos são tomados como “sujeitos de direito” (iguais perante a lei) e como tais produzidos/reproduzidos como ‘evidências naturais’ (ibid:148) mascarando, sob a “transparência da linguagem” (ibid: 160) o que Pêcheux chama de *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados, que abriga a noção de que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes, em

sujeitos de *seu* discurso, pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Assim como a classe dominante nega o caráter *transformador* da classe sindical e a relação de desigualdade entre elas pela *reprodução* da concepção de que “todos são iguais perante a lei”, revelada em discursos que universalizam as diferentes práticas, o sindicato, por sua vez, nega a interferência do Estado e dos partidos, influência esta que a história tem mostrado inevitável, justamente pela sua relação com as organizações de massa. A busca pela autonomia sindical oculta essa *reprodução* necessária à *transformação*. O discurso sindical exhibe os mesmos mecanismos que os dominantes ao dissimular sua relação de desigualdade e dependência relativamente ao Estado. Ao falar enquanto uma *tomada de posição de classe*, o discurso sindicalista também constrói uma universalidade para legitimar a luta dessa classe emergente pelo poder, universalidade essa que constrói um senso comum, como um conjunto de valores concatenados e coerentes, aceitos por toda a classe, e, do mesmo modo que a classe dominante, ocultando as diferenças no interior da própria classe: *os trabalhadores são soberanos em suas decisões não permitindo intromissão...*, ao mesmo tempo em que propõe a *garantia de ampla liberdade de expressão*:

Os trabalhadores serão soberanos em suas decisões não permitindo intromissão de parte da classe patronal, do Governo, dos partidos políticos, de concepções religiosas e filosóficas e de outras instituições. (Giannotti 1990:47)

Para cumprir seu objetivo central, de sindical unitária classista, a CUT se regerá pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões, em complemento a uma férrea unidade de ação.” (ibid)

Vê-se que o conceito de *corporativismo* transita pelas ideologias “antagônicas”, pelas ideologias das classes. À dominante interessa silenciar a esse respeito. À dominada denunciar, ao mesmo tempo em que se vale dele como meio operacional de luta, como vimos na citação acima. Observa-se que a CUT formula a exigência da construção de uma central democrática contra o autoritarismo do Estado, num discurso igualmente autoritário e corporatista. Vê-se nos segmentos “*garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião*” e “*em complemento a uma férrea unidade de ação*”, os mesmos mecanismos de controle da relação de desigualdade/subordinação. Luta-se, não necessariamente pelo “objeto” ideológico mas pela relação de desigualdade/subordinação, conforme Pêcheux. É importante salientar que tanto a classe dominante como a dominada reconhecem, como evidência anterior à luta, a existência do “Estado” como espaço e terreno dessa luta. Dessa forma, embora combatendo o corporativismo estatal, o sindicalismo acaba se configurando como uma instituição igualmente corporativa.

O postulado de Pêcheux que sustenta que o sujeito de direito, que se realiza como uma ‘evidência natural’ dentro do aparelho ideológico de Estado e que oculta a luta de classes, se assemelha ao mito da autonomia do ator social (Gastil 1992, Mertz 1992, apud Signorini:1992) e o mito da transparência e universalidade da linguagem como instrumento mediador de sentido, os quais acham-se relacionados à construção social da identidade das nações-estados tendo como pressuposto ideológico a homogeneidade tanto na relação entre Estado e sujeito como entre sujeito e linguagem dentro do Estado. O mito da autonomia do ator social, como assinala Signorini, ou do “sujeito de direito” em termos jurídicos, constitui o sujeito como único, senhor de si e da linguagem, responsável pelos próprios atos, centro portanto de decisão e de poder. Essa concepção de sujeito, como observa Signorini,

“se sobrepõe à estratificação hierarquizada das relações sociais. ... a ambigüidade daí resultante - singularidade do sujeito x intercambialidade do cidadão perante o Estado; poder do sujeito x hierarquia de poder e de autoridade entre cidadãos - vai ser resolvida no plano simbólico através da ideologia jurídica de regulamentação e de legitimação da ordem social através de uma regulamentação metapragmática do correto e do apropriado” (ibid:192).

Essa regulamentação remete à perspectiva que delineamos anteriormente sobre a força do componente simbólico na determinação do funcionamento das instituições, ou, mais precisamente sobre a *autonomização das instituições* (Castoriadis) pelo predomínio do simbólico que oculta um processo de *inculcação* que atua na definição dos princípios de categorização do mundo social (Bourdieu 1992), processos estes nos quais, ao nosso ver, também se funda a *contradição* como reação à alienação produzida pela *autonomização* das instituições. Dado, pois, que o “correto” e o “apropriado” carregam uma ambivalência constitutiva homogeneizada pela legitimação nos aparelhos ideológicos de Estado, não é difícil aceitar a *contradição* como sendo, do mesmo modo, constitutiva dos mecanismos discursivos institucionalizados que se realizam no campo político.

A *contradição* constitutiva da luta de classes a meu ver pode, portanto, se expressar em comportamentos co-operativos que, no entanto, funcionam como modos de *transformação* da relação de desigualdade-subordinação. Em estudo sobre as conseqüências da co-operação neo-corporatista dos sindicatos, Streeck (1982) aponta que em economias capitalistas desenvolvidas, os sindicatos em geral, e sindicatos representativos de monopólio em particular, tendem a adotar uma visão mais a longo prazo dos interesses de seus membros, e a reconhecer as realidades econômicas existentes e a preferir um estilo co-operativo de resolução de conflitos através de compromissos “razoáveis”. Para ele, isso pode garantir um ganho

político. Esse ganho, a meu ver, resultado desse comportamento “co-operativo” expressa a *contradição* “necessária” ao processo de *transformação* (Pêcheux, 1988) e entretanto, não considerado com essa relevância por Bourdieu quando da explicitação da dualidade do campo político (Bourdieu 1992). Essa cumplicidade das classes adversárias parece refletir a também “necessidade” da manutenção do vínculo, de um grau de dependência necessário tanto para a dominação quanto para a *transformação*. É o que refletem as afirmações de Rodrigues (1989:44) a respeito do que chama de “paradoxos do sindicalismo”:

a sobrevivência do sindicalismo enquanto instituição depende, pois, de sua habilidade de desenvolver ações em defesa de seus associados, ou dos trabalhadores em seu conjunto, quer dizer, de ações antipatronais, mas sem que isso, no limite, conduza à destruição do adversário. Em outras palavras: os sindicatos, para garantir sua sobrevivência, devem ser antipatronais mas não anticapitalistas, o que significa dizer também que o limite do poder sindical é a sobrevivência da empresa e da economia de mercado.

4.1 - O sindicalismo corporativo no Brasil. ***Ainda uma contradição.***

A concepção que preside a estrutura corporativa sindical se funda na eliminação do conflito e na afirmação da colaboração entre as classes e delas com o Estado, conforme vimos acima, através de uma ação reguladora do Estado, que busca integrar os grupos profissionais representativos do Capital e do Trabalho em organizações verticais e não-conflitivas (Rodrigues 1989). Embora reconhecendo a existência das classes sociais e de seus interesses, o Estado procura reduzir ou eliminar o conflito. De um modo geral, como mostra Rodrigues a partir da

conceituação de Schmitter (1982), o corporativismo pode ser entendido como uma forma de organização das classes sociais, ou das “forças produtoras” que combina duas dimensões: o reconhecimento e o controle pelo governo de um lado, e a estrutura do sistema de intermediação de interesses de outro. Assim, o Estado estabelece as modalidades de funcionamento das estruturas sindicais, incorporando-as às “leis da República”, concedendo-lhes o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, autorizando uma representatividade legal sem, contudo, constituí-los organismos estatais.

A unicidade sindical e o monopólio da representação impostos pelo Estado são componentes essenciais do sistema corporativo de representação de interesses, que se expressa na existência do sindicato único ou unicidade sindical, estabelecendo as bases do modo de organização das associações profissionais de empregados e patrões - os sindicatos patronais e de empregados - ligados às suas respectivas categorias econômicas.

A transição brasileira tem sido muito lenta com relação ao sistema trabalhista e sindical após o regime militar, comparativamente a países como Portugal e Espanha, onde a regimes democráticos sucederam regimes autoritários e, com o fim destes, seguiu-se a pluralidade sindical e eliminação de aspectos mais repressivos do corporativismo. No Brasil, desde a Revolução de 1930, com a instauração do Estado Novo, onde estão as raízes do sindicalismo corporativo, pouca mudança houve nesse sentido. Vários fatores de ordem político-econômica têm contribuído para a manutenção de uma estrutura mais nos moldes corporativistas.

Após a queda do Estado Novo, no período compreendido entre 1946 quando da promulgação da Constituição, até 1964, coexistiram, sem fortes atritos, o sistema corporativo nas relações de trabalho e o pluralismo partidário no plano político. A continuidade do corporativismo trabalhista deveu-se ainda, segundo alguns

estudiosos, à continuidade de estruturas e práticas institucionais herdadas do regime anterior, como por exemplo, “a extensa máquina burocrática não controlável por um legislativo ou por qualquer tipo de organismo representativo da sociedade civil” (Souza, apud Rodrigues: 62). Além desses fatores, outros, de ordem social, parecem justificar a continuidade estrutural corporativa do sindicalismo brasileiro. Como mostra Rodrigues, na década de 30, houve uma grande oferta de mão-de-obra tanto rural como de migrantes nortistas no mercado de trabalho que, com mudanças na tecnologia fabril, contribuíram para a desqualificação da força de trabalho, favorecendo os empregadores que assim dispuseram de uma grande massa operária de origem agrária desprovida de experiência de luta sindical, de vida associativa e de participação política fora dos quadros do clientelismo rural. Por outro lado, essa mesma mudança tecnológica, trazendo máquinas avançadas e introduzindo o ‘taylorismo’ absorveu, além da mão-de-obra rural, a de mulheres e de menores em larga escala.

Nesse contexto, a hipótese que Rodrigues formula com respeito ao sistema corporativo é a de que esse sistema e a legislação paternalista “revelaram-se mais capazes de garantir à massa de trabalhadores, especialmente os menos qualificados, mais vantagens e proteção do que um sindicalismo independente voltado para a pressão e negociação com o patronato” (ibid:63). Este, em reação à legislação paternalista, e diante da concorrência estrangeira, desenvolveu mecanismos para fraudar a legislação. Segundo Rodrigues, a iniciativa da montagem do novo sistema não partiu do patronato que apenas adaptou um sistema que lhe foi imposto pela nova elite política. Isso porque a etnia da classe empresarial desse período era formada por novos grupos de industriais de origem estrangeira como os “italianinhos”, os “judeuzinhos” e “turquinhos” os quais, sem tradição política, não tinham a mesma influência daqueles das velhas e tradicionais famílias oligárquicas

do nordeste. Estas conservaram, por muito tempo, uma influência política desproporcional à importância do setor econômico, associando o domínio da terra ao domínio dos aparelhos de Estado e ao controle sobre segmentos importantes da burocracia como as Forças Armadas, Itamaraty, Universidades, etc., aos quais a burguesia de origem imigrante não teve acesso. Isso levou ao fortalecimento ou à continuidade do poder, prestígio e influência da “ala pobre” das famílias tradicionais de origem oligárquica. Assim, como salienta Rodrigues,

a via corporativa não foi a que servia aos interesses capitalistas (isto é, aos “italianinhos” e outros imigrantes) nem necessariamente atendia “objetivamente” aos requisitos de expansão da economia capitalista, mas sim a que resultava na hegemonia da nova tecnocracia estatal recrutada da ‘intelligentsia’ da época, formada principalmente pelos membros das famílias tradicionais decadentes” (ibid: 65).

Instalada essa estrutura, vários segmentos da sociedade dela se valeram. Muitos empregos foram gerados. Até mesmo os membros das classes populares garantiram um emprego de “dirigente sindical” nas centenas de sindicatos criados e legalizados, garantidos e sustentados pelo poder público, incluindo-se aí os juízes classistas. Criou-se ainda um grande número de advogados, estatísticos, sociólogos, economistas, etc. assessorando os grandes sindicatos. Embora este seja um fenômeno geral que acompanha, em toda parte, o fortalecimento e a institucionalização do sindicalismo, como comentamos no capítulo anterior, no caso do Brasil, a burocratização e a institucionalização não estiveram correlacionadas à consolidação dos sindicatos entre as camadas trabalhadoras, mas sim à ação tutelar do Estado.

Em alguns momentos o sistema foi mais favorável aos empregadores, e, em outros, aos empregados. Segundo Rodrigues, à época do chamado nacional-populismo, o sindicalismo corporativo foi um dos principais instrumentos dos

trabalhadores em favor das “reformas de base”. Mas, em contrapartida, depois de 1964, certas disposições da CLT se aplicaram às intervenções militares nos sindicatos. Portanto, é importante ressaltar para os propósitos que vimos discutindo sobre a *contradição* inerente ao processo de *reprodução/transformação*, que:

o caráter ambíguo do sistema sindical corporativo deriva não só dos diferentes usos que dele podem fazer os donos do Poder, mas também do uso que, em certas ocasiões, dele podem fazer os próprios trabalhadores. (ibid:67)

A partir da Constituição de 1988 os sindicatos adquiriram *autonomia* mas os trabalhadores não adquiriram liberdade de organização em nome da manutenção da unidade sindical. Conforme salienta Rodrigues, o patronato ganhou representação em muitos conselhos e comissões econômicas enquanto os empregados nelas não tiveram assento, o que contribuiu para o enfraquecimento do corporativismo sindical. Acrescenta-se a esse fato a introdução do *caráter voluntário da filiação* que, ao deixar facultativa a filiação, reduziu sua influência. Entretanto, alguns pilares de sustentação do corporativismo permaneceram: além da unicidade sindical, a estrutura verticalista e a figura do juiz classista. Esta, apenas recentemente foi objeto de discussão dentre as atuais reformas do governo e que culminou na sua extinção.

Apesar disso, várias transformações/conquistas têm ocorrido no sindicalismo, ao ponto de se observar um esforço de parcelas importantes das classes empresariais e do governo no sentido de reduzir o poder outorgado aos dirigentes da estrutura sindical corporativa. Ou seja, observa-se que, mesmo sob as regras *objetivizadas* para controle da instituição, o processo de *transformação* transcorre de modo subjacente.

É importante salientar, ainda, que as facções mais radicais do movimento sindical, que anteriormente se mostravam bastante críticas com relação à estrutura sindical corporativa, perderam muito do fervor crítico ao conquistarem direções e posições no sindicalismo oficial. Nesse sentido, a Constituição de 1988, ao limitar drasticamente o poder de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos, eliminou um dos aspectos que os dirigentes sindicais consideravam mais negativos no modelo corporativo.

Segundo a ótica de Rodrigues, não se pode prever o quanto essa autonomia se manterá uma vez que não resultou da pressão dos trabalhadores mas de manobras lobísticas, de acordos e de manobras co-operativistas. E a citação abaixo, sobre a história dos mecanismos institucionais sindicais - coercitivos e contraditórios, resume o que vimos demonstrando a partir de Pêcheux (1988), relativamente ao postulado de que “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, a luta de classes “passa” pelos aparelhos ideológicos de Estado pois “é nesse mesmo espaço que se acham as condições para que, de modo *simultâneo e contraditório* se realize a *reprodução/transformação* das relações de produção das ideologia das práticas ou das classes”:

na medida em que as lideranças sindicais rejeitam a liberdade de organização sindical, por temor de que ela conduza à pluralidade, sempre necessitarão da tutela e do intervencionismo do Estado, porque é justamente a vontade do Estado que garante a unicidade e o monopólio de representação”. (Rodrigues, 1989:72)

Assim, a história tem mostrado que o percurso do sindicalismo tem se alternado entre movimentos contraditórios que vão das propostas pela unicidade ao pluralismo, da rejeição à aceitação da tutela do Estado. A submissão ao Estado parece o meio de que dispõem, tanto Estado como sindicatos, para garantir o contato,

o espaço dos embates. Apesar das alianças, do comprometimento com o corporativismo estatal, a história tem registrado transformações. Observamos que as mesmas armas são usadas na luta pela *transformação* da relação de desigualdade/subordinação. E, à luz dos postulados de Pêcheux, a *contradição* deve ser pensada como “a oposição de duas forças que exercem uma contra a outra em um mesmo espaço. A forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é simétrica” (1988:147). Ainda conforme o autor, na luta de classes, não se luta pelas diferenças que se alojam nas diferentes “regiões” ideológicas - a Moral, a Religião, a Família, a Igreja, como veremos no capítulo seguinte, mas a luta se trava pela *transformação* e instalação de novas relações de desigualdade/subordinação:

O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, novas relações de desigualdade-subordinação (ibid)

Nesse sentido, as marcas da língua padrão observadas na oralidade de sujeitos em militância política não *significam* em si mesmas. Por isso não configuram, necessariamente, modos de expressar adesão à norma, reproduzindo-a para mantê-la, mas parecem revelar um processo em que se busca a “inversão” de posições na relação de dominação/subordinação.

CAPÍTULO 5

PROCEDIMENTO METOLÓGICO

5.0 - Introdução

As hipóteses que estarei discutindo sobre a linguagem de militantes políticos foram geradas a partir da observação de uma sala de aula de um curso noturno de alfabetização de adultos formada, na sua quase totalidade, por migrantes nordestinos com idade média de 30 anos, atualmente trabalhando como cortadores de cana-de-açúcar na zona rural da região de Campinas, Estado de São Paulo.

Como disse anteriormente, a observação desses sujeitos em sala de aula revelou que exibiam um comportamento atípico em sala de aula pela manutenção muito prolongada de intervalos de silêncio. Porém, um deles - um sindicalista - se destacava dentre os demais: fala fluente, desinibição, iniciativas por tomadas de turnos na interação com seus pares, com a professora e com o observador.

Isso me levou a comparar seu discurso ao de três outros sujeitos, por meio de um corpus composto de entrevistas gravadas em áudio, com duração média de uma hora e meia.

As perguntas das entrevistas não foram *a priori* determinadas. O entrevistador solicitou-lhes que falassem a respeito de suas vidas, de suas experiências como migrantes na sociedade urbana. O objetivo era observar, dentro desse tema amplo, as diferenças que possivelmente o discurso do militante político exibiria em relação aos dos outros não-políticos.

Desse grupo de alunos da sala de aula de curso noturno foram escolhidos, além do sindicalista, dois outros sujeitos, oriundos da mesma região nordestina e radicados pelo mesmo período de aproximadamente doze anos naquela cidade.

A análise comparativa do discurso desses três primeiros sujeitos permitiu elaborar as hipóteses preliminares de que o sindicalista apresentava fatos lingüísticos à primeira vista indiciários de sua *transformação*, de um conflito - revelado na linguagem - pela percepção de sua marginalização na sociedade letrada.

Para que fosse possível proceder-se a uma análise mais confiável e comprobatória dessas primeiras hipóteses, foram entrevistados outros sete sujeitos, pouco ou não escolarizados, líderes de diferentes movimentos políticos, obedecendo-se ao mesmo critério de entrevista, ou seja, o mesmo entrevistador - letrado, e deixando que os entrevistados discorressem livremente sobre suas experiências de vida. Desses doze sujeitos, seis deles foram escolhidos como aqueles que mais nitidamente mostravam a fala em *transformação*, objeto desta investigação. Para todos os sujeitos obedeceu-se aos mesmos critérios na condução das entrevistas. As perguntas seguiram o encaminhamento natural em função dos tópicos que suas narrativas iam trazendo à situação dialógica da entrevista. Entretanto, houve uma preocupação em deixá-los falar o máximo possível a respeito de sua história de vida e de suas experiências na sociedade urbana e na prática política. O objetivo foi também observar, dentro desse tema amplo e livre, traços que deixassem entrever uma *ação política*, e, em razão do conflito, uma possível *ambivalência* enquanto sujeitos sociais.

A análise dos dados obedecerá a dois procedimentos. Primeiramente, no Capítulo 6, serão apresentados os temas introduzidos por diferentes sujeitos relativamente à avaliação da leitura e da escrita com o objetivo de mostrar a *contradição constitutiva* dos sujeitos em militância política. Não foram trazidos para

esta análise todos os dados disponíveis de todos os sujeitos entrevistados (doze, ao todo), uma vez que observou-se uma mesma tendência na avaliação do valor social da leitura e da escrita. O Capítulo 7 traz a análise de mecanismos de linguagem mais recorrentes e reveladores da linguagem *em transformação* desses sujeitos. O objetivo de se desenvolver essa análise é o de mostrar o caráter político de *denúncia* da arbitrariedade da categorização social mediante também, segundo acreditamos, o uso da linguagem legitimada como um dos *modos* de se posicionar na relação com o Outro - a sociedade letrada.

5.1 - Dados Gerais dos Enunciadores

Os informantes serão referidos por nomes fictícios para evitar qualquer identificação.

Todos eles têm pouca ou quase nenhuma instrução formal. Com o objetivo de testar a proficiência em leitura e escrita foram apresentados textos jornalísticos para leitura.

Sr. José

Esse sujeito, 40 anos, migrante nordestino, que motivou as hipóteses iniciais deste trabalho, é representante eleito de um sindicato de uma categoria de trabalhadores composta de frentistas de postos de gasolina e distribuidores de gás de petróleo, predominantemente de baixa escolarização ou não escolarizados. Esse sujeito exerce o cargo de *Diretor Regional* em tempo integral. Nessa função, ele dispõe de uma secretária, que atua como sua “escriba”, à quem *dita* documentos como pautas de assembléias, cartas à empresários e autoridades de órgãos públicos

do governo municipal e estadual, ou seja, toda sorte de documentos que a burocracia dessa função exige. Ainda como parte do seu cargo, assina homologações e rescisões contratuais de membros da categoria, documentos estes que lhe são lidos pela secretária.

Na idade escolar frequentou o primeiro grau por apenas alguns meses, tendo abandonado a escola por imposição dos pais³⁰ devido à necessidade econômica, passando a trabalhar na agricultura, onde permaneceu até 28 anos, tendo então migrado para Limeira e posteriormente para a cidade do projeto em questão, onde reside há 12 anos.

Com o objetivo de avaliar sua proficiência em leitura e escrita, foi submetido a um teste que consistiu na leitura de um texto escolar, não tendo conseguido decodificar uma palavra sequer. Entretanto, segundo análise desenvolvida em Ratto (1995), esse sujeito produz um discurso oral organizado segundo padrões de uma *oralidade letrada* e possui domínio dos jargões da burocracia.

Sr. Saulo

Ex-lavrador, 42 anos de idade, baiano, é representante eleito do sindicato de condutores de ônibus urbanos, cujos membros possuem pouca instrução formal, exercendo essa atividade em tempo integral. Frequentou apenas o primeiro ano do primeiro grau, tendo mostrado um desempenho insatisfatório em leitura, apenas decodificando, por silabação, algumas palavras isoladas. Assim como S-01, também dispõe de uma secretária e de um assessor jurídico, que exercem as funções de “escriba” e de “leitores” de textos burocráticos rotineiros da prática sindical.

³⁰ Esse sujeito com frequência se referia ao fato de ter abandonado a escola por “culpa” dos pais. Parecia querer deixar claro que essa não foi uma opção dele, pessoal. Essas referências não foram observadas nos demais sujeitos.

Sra. Lúcia

Trata-se de uma líder de comunidade de bairro, sem escolarização formal, migrante nordestina e radicada na periferia de São Paulo, tendo uma ativa participação como locutora de uma emissora de rádio dessa comunidade. A entrevista com esse sujeito foi transcrita de um documentário produzido pela TV Cultura, intitulado “Lições de um Analfabeto”. Decidiu-se pela inclusão desse sujeito por apresentar perfil semelhante aos demais e por apresentar uma variável em princípio considerada relevante - ser do sexo feminino. Entretanto a análise demonstrou que essa variável - gênero, não se mostrou relevante nesse contexto de militância política.

Sr. Roberto

Atua como diretor do mesmo sindicato do qual o Sr. Saulo faz parte. Tem 33 anos de idade, cursou até o 2º ano do primeiro grau e abandonou uma cidade do interior do Paraná com 8 anos de idade para trabalhar na lavoura. Aos 12, migrou para a cidade, onde tornou-se motorista profissional. Foi eleito representante da categoria por denunciar, segundo seu depoimento, irregularidades na administração anterior. Tem presidido assembléias com mais frequência que o Sr. Saulo. Trabalha mais frequentemente na sede do sindicato, em contato direto com outros diretores e com a presidência. Como os demais sindicalistas aqui citados, exerce essa função em tempo integral.

Sr. Romeu

Este, 43 anos, oriundo de Minas Gerais, é presidente de um conselho que congrega 93 entidades - *comunidades de bairro*, o qual é reconhecido oficialmente, com configuração estatutária e regulamentado por normas municipais. Como os demais sujeitos, exerce essa atividade em tempo integral. Coursou até o 2º ano (incompleto) do primeiro grau, tendo também abandonado a escola para dedicar-se ao trabalho na lavoura. Migrou para Campinas, importante centro urbano altamente industrializado do interior de São Paulo, onde mora há cerca de 20 anos.

Como presidente desse Conselho, frequenta regularmente a prefeitura da cidade, tendo contato direto com vereadores e burocratas da prefeitura e de outras instituições estaduais e federais.

Sr. Jesuíno

Migrante nordestino, 44 anos, frequentou até o 3º ano do primeiro grau. É membro de uma entidade de bairro, representada no Conselho presidido pelo Romeu. Faz visitas domiciliares aos membros da entidade de bairro, tendo um papel de mediador nas reivindicações dessa população à diretoria da entidade. Declarou-se militante do PMDB.

Sr. Joaquim

Ex-lavrador, migrante nordestino radicado há cerca de 12 anos na mesma cidade que o Sr. José, 44 anos, há poucos meses frequentava a escola de alfabetização de adultos acima, à época da entrevista. Funcionário de uma empresa distribuidora de gás de petróleo, declarou-se não interessado em nenhum movimento que tivesse qualquer conotação política. Aluno da mesma turma do Sr. José, pude observar que esse sujeito tinha uma atitude bastante diferenciada em relação ao

sindicalista. Ao contrário deste, parecia inibido e só se manifestava quando solicitado, embora em termos de desempenho escolar, conseguisse ler e escrever frases e textos curtos, tarefa não possível pelo Sr. José. Essas primeiras observações motivaram sua escolha para figurar como o sujeito não politizado.

CAPÍTULO 6

OS ESPAÇOS DA CONTRADIÇÃO os percursos temáticos da oralidade letrada

Maldito aquele que rompe o silêncio do pacto tagarela ...

Pêcheux (1990)

6.1 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo estaremos desenvolvendo a análise com o objetivo geral de configurar o lugar da ideologia mais universal, seus mitos, e o lugar dos aspectos mais específicos do campo político no processo de transformação. A análise será organizada em torno dos temas que configuram a *oralidade letrada*, constitutiva do processo de *identificação/transformação* dos sujeitos em militância política, sendo a *contradição* parte desse processo.

Conforme descrevemos no capítulo 5, as entrevistas foram conduzidas no sentido de favorecer o relato das práticas desses sujeitos não escolarizados junto às instituições. O relato livre, sem muitas intervenções, teve o objetivo de criar condições para que o sujeito pudesse mostrar-se nas suas formulações, de modo a possibilitar o exame de sua linguagem enquanto um processo discursivo, na relação com os aspectos sócio-históricos e ideológicos e a concepção de linguagem subjacente.

Os temas - a escrita, a oralidade, a vulnerabilidade do representante não escolarizado e a eloquência, que servem de espaço de reflexão nesse processo, foram os mais evocados pela maioria dos sujeitos.

Do ponto de vista da interrelação dos temas evocados, poder-se-ia dizer que os depoimentos foram “inconsistentes”: a escrita ora era valorizada e essencial para o representante, ora descartada; e a oralidade, o falar em público a meta a atingir para a maioria deles. Nessas alternâncias, os sujeitos pareciam contraditórios. Por exemplo, um mesmo sujeito valorizava veementemente a escrita ao mesmo tempo em que a descartava, também incisivamente, qualificando-a como um “instrumento”, uma “ferramenta” não necessária às suas práticas enquanto *representante*. Assim, as várias formulações desse tipo indicavam que o caminho a percorrer teria que passar, necessariamente, pelo exame da *contradição*.

Ressaltamos que este trabalho estará demonstrando que esses temas, analisados interdiscursivamente, mostram os sujeitos falando de diferentes posições em seu processo de *identificação / transformação*, na sua relação com diferentes formações discursivas. Isso, fundamentado na concepção de linguagem que norteia este trabalho, que apenas admite a compreensão do sentido enquanto seus *efeitos*, consideradas as condições de sua produção - os contextos sócio-histórico e ideológico e a relação do sujeito com o Outro discursivo, revelado também na materialidade lingüística. Portanto, nessa perspectiva, a *contradição* é entendida como *parte* de um *processo* de *identificação/transformação*, do processo discursivo em que todas essas condições são tomadas em seu conjunto. (Pêcheux, 1988; Orlandi 1988, 1990).

O objetivo específico deste capítulo será o de buscar identificar, na interdiscursividade, as formações discursivas que estariam presidindo os *deslocamentos* (ressignificados como *contradição*) que deixam entrever as diferentes

posições (sócio-política e ideológicas) desses sujeitos enquanto *porta-vozes* não escolarizados, em militância política na interface com as instituições.

Como veremos, a *contradição* será discutida não como uma sequência bipartida de argumentos antagônicos, mas como uma *unidade* discursiva, como *constitutiva* do processo de *identificação/reprodução/transformação*. Assim, a nossa posição se contrapõe à perspectiva de Bourdieu, que considera a *contradição* como *lógica, fundamental* à estrutura do campo político. O que este estudo pretende demonstrar é que embora *lógica* ou *fundamental* ela o é enquanto expressão da estrutura do campo político. Entretanto, o exame da *contradição* não pode se esgotar na observação de sua funcionalidade enquanto reveladora de articulações, formulações e estratégias políticas mas, é crucial examiná-la sob a ótica da sua *significação* enquanto parte do processo de constituição do *sujeito* na sua relação com a exterioridade, com a historicidade inscrita no interdiscurso e observá-la enquanto um dos *modos* de dispersão do sujeito que constitui o *seu dizer*.

Portanto, a *contradição* mostrou-se um dos pilares sustentadores da nossa hipótese de que os fenômenos lingüísticos comumente referidos como “estranheza da linguagem” resultam da relação de forças que se estabelece no espaço simbólico discursivo criado pelos interlocutores - o *porta-voz* - na sua relação com o Outro (com a instituição, o letrado, o não escolarizado), da memória do dizer, do interdiscurso. Falando, dialogando, silenciando ou se “*contradizendo*”, esses sujeitos vão assim se constituindo e criando uma *unidade* que os identifica como um grupo, como produtores de uma unidade discursiva, demarcando a sua posição de representantes políticos *não escolarizados* na sociedade letrada. Vejamos então, como os *deslocamentos* se revelam nas formulações temáticas.

6.2. - A valorização/desvalorização da escrita

6.2.1 - Um ponto de vista da reprodução

Antes de examinarmos os dados sob a perspectiva discursiva, acreditamos pertinente estabelecer o contraponto à nossa análise: a *contradição* temática vista sob a ótica da *reprodução*.

O conceito de *habitus* pode abrigar uma hipótese explicativa para o que se tem chamado de “falas estranhas”, principalmente das lideranças sindicais de base o que, ainda, ao nosso ver, limita-se a um enfoque sócio-determinista, conforme estaremos discutindo.

Vista assim, “a estranheza” das falas dos sindicalistas de base poderia ser considerada uma *contradição*, na medida em que a resistência aos valores impostos pela classe dominante não estaria sendo mantida também com relação ao padrão de linguagem, subsidiando assim a tese da *reprodução*. Dessa ótica poder-se-ia propor que, no campo político, as variantes lingüísticas estariam marcando, no *sistema de diferenças* (Bourdieu: 1992) que compõe o *habitus* dos grupos ou classes, a submissão e a aceitação da imposição dos valores dominantes.

Como apontamos no capítulo 4, Bourdieu postula que a dificuldade do entendimento de programas, projetos e propostas políticas ocorre mais pela não compreensão da complexidade das relações internas do campo político do que pela complexidade estrutural da linguagem. Essa afirmação tem por base o conceito de *habitus* que explica que a facilidade de o indivíduo responder às exigências de uso da linguagem em situações formais decorre de seu *habitus* lingüístico. Há uma correspondência, uma harmonia entre o *habitus* lingüístico e a demanda da classe social que lhe é correspondente. Isso faz com que os indivíduos de classe social alta

obtenham maior benefício político simbólico em situações formais de fala, pois conseguem falar de modo fluente e “natural”. Por outro lado, segundo ele, os indivíduos de classe social mais baixa, em geral têm que se esforçar para adaptar as práticas lingüísticas típicas de seu *habitus* a outras demandas sociais de uso da linguagem, tais como as situações em que se requer a linguagem normatizada. Disso resulta que, desprovidos do *habitus* das situações institucionais formais, o sujeito pode mostrar uma tendência em retificar ou corrigir expressões pela não correspondência ao seu *habitus* sócio-cultural e historicamente determinado.

A *reprodução* da fala prestigiada estaria associada aos conflitos internos gerados pela luta por posições privilegiadas que, segundo essa teoria, se sobrepõem às demandas dos representados junto aos representantes. Isso favoreceria a vulnerabilidade do representante às tomadas de posições, em geral ambíguas, e nem sempre possíveis de serem entendidas pelos seus representados. Isso também porque, a partir do momento em que o representante entra para o campo político, ele passa a aceitar suas regras tácitas. Essas razões levam o autor a postular que nem sempre os interesses de seus representados se coadunam com aqueles defendidos pela instituição e, nesse conflito de interesses, o representante tende a ceder à pressão interna para manter posições já conquistadas ou garantir outras mais ascendentes.

Essa complexidade, caracterizada pela *dualidade* do campo político, estaria determinando o que ele define como a *contradição lógica* ou *fundamental*, configurando um processo de *reprodução*.

Contudo, ao nosso ver, essa noção de *contradição lógica* é inconsistente pois, se *lógica*, ela seria observável, previsível, calculada. As observações do autor relativas ao caráter *esotérico* do campo político parecem não comportar essa definição pois, se o caráter *diádico* do campo é um fator determinante para a

dificuldade de entendimento dos produtos políticos como programas, projetos, etc., e se a contradição se funda nessa característica do campo político, ela não pode ser definida como *lógica*, mas *aparente*, pois esconde uma *contradição constitutiva*, cujo sentido é *indeterminado* pela própria natureza *indeterminada* da linguagem e do sujeito.

Essas considerações sobre esse “logicismo” se apóiam em Pêcheux (1988:206) relativamente a um aspecto da *forma-sujeito*:

[...] o processo de identificação, inerente à forma-sujeito, traz consigo (e através da representação do possível e do apagamento do lugar do sujeito, que a ambos está conjugado) uma simetrização-dicotomização do campo político que confere, a esse campo, todas as aparências de uma construção *lógica* na qual se pode progredir passo-a-passo respondendo *com sim ou com não* a cada questão colocada. (Pêcheux 1988: 206) [...] E é, pelo mesmo motivo, a lei do funcionamento da enquete administrativa ou jurídica. (ibid:235) (grifos do autor)

Assim, se na análise do corpus deste estudo nos limitarmos apenas à observação dos conteúdos temáticos em si mesmos, poderíamos considerar convincente a afirmação de Bourdieu, pois ao menos dentre os novos agentes políticos, atribui-se à linguagem - comumente referida como o “falar bonito”, o “falar correto”, a “fala difícil” - a grande dificuldade de entendimento das articulações políticas. É comum os militantes não escolarizados referirem-se à fala política do *Outro*, letrado, como um “falar bonito”.

Sob a ótica da *contradição lógica* dir-se-ia que à essas avaliações corresponderia a oposição “o falar errado”, o “falar não-culto”, ou seja, essa seria a avaliação que esses sujeitos estariam fazendo de suas próprias falas. Compreender a relação desses sujeitos com o falar padrão dessa perspectiva seria reduzir a análise a

um empirismo equivalente a um *sim* ou *não*: se eles dizem “x”, então “y”, possível apenas pelas relações conteudísticas dos temas em si mesmos. Nesse sentido, a incorporação de fragmentos do discurso normatizado poderia então ser entendida como um processo essencialmente de *reprodução* pois, nesse antagonismo, uma das partes estaria aderindo ao estabelecido; daí esses sujeitos mostrarem-se numa *contradição lógica* uma vez que a convivência com os valores da dominação faz parte das regras do jogo político.

Mas essa seria uma interpretação relativa ao funcionamento das estruturas institucionais e o sujeito visto apenas como produto dessa estrutura. E, ainda dessa perspectiva, o uso de uma linguagem de prestígio e de poder institucional pelos representantes não escolarizados, uma vez visto como o fator dificultador, equivaleria à obtenção de uma “senha de entrada”, não apenas como parte do *ritual de aceitação*³¹ (Bourdieu 1992:118) pelos outros competidores no campo mas também valorizada pelos representados. Os dados deste estudo, como veremos, nesse aspecto “visível”, observável da *contradição*, parecem confirmar essa hipótese. Mas o nosso objetivo é ir além desse entendimento.

Para delimitarmos com mais clareza o que entendemos por *contradição constitutiva* como parte do processo de *transformação*, convém remetermos à questão dos processos institucionais de legitimação de práticas, conforme a ótica do funcionamento estrutural. Para Bourdieu, a *transformação* de uma expressão *subjetiva* em uma expressão *objetiva* se expressa através de uma manifestação pública sob a forma de discurso ou *ato público*. E isso caracterizaria um *ato* como

³¹ O autor descreve as mesmas funções para os *ritos de passagem*, *ritos de consagração* ou *ritos institucionais* pois, considera que devem ser vistos não enquanto fatos em si mesmos mas examinados seus efeitos sobre os princípios de categorização social. Nesse sentido ele postula que esses ritos não apenas separam aqueles que os aceitam ou não, mas também instituem as diferenças entre aqueles aos quais os ritos “pertencem” ou não. Eles funcionam marcando solenemente a passagem sobre a “linha de demarcação” que estabelece a divisão entre o legítimo e o não legítimo. (Bourdieu 1992:118)

institucional, ou seja, legítimo, oficial, como os *rituais de aceitação, de passagem*, por exemplo. Um ato institucional, segundo o autor, é aquele que, “arbitrariamente”, torna “explícita” uma prática social e delimita, através de regras objetivas, os limites de sua atuação. Desse modo, apagam-se as diferenças individuais e se estabelecem os limites daqueles que podem e os que não podem atravessá-los. À essa imposição de limites Bourdieu denomina “imposição de fronteiras” (1992:120).

Nesse sentido, conforme já temos proposto, a *objetivização* estaria não só impondo novas práticas mas também organizando práticas já exercitadas na sociedade. Caberia, então, perguntar se não seria a *oralidade letrada* uma *ação política* que, embora não legitimada, não oficializada, tem caráter denunciatório, herético? Ou seja, não se pode conceber que as *transformações* estejam circunscritas essencialmente ao *campo político*, “o lugar por excelência no qual seus agentes procuram formar e transformar suas visões do mundo e o mundo em si mesmo: “o lugar por excelência onde as palavras são ações e onde o caráter simbólico de poder está em jogo” (Bourdieu 1992:26). Mesmo considerando-o como o lugar, por excelência, das transformações sociais há de se admitir que a *objetivização* tanto abriga práticas já exercitadas, estendidas pela *unificação* a outros grupos ou classes, como pode produzir outras ainda não controláveis por essas regras, oriundas dessa imposição.

Isso implica, necessariamente, entender as práticas institucionais do campo político como um *momento* de um processo que tanto explicita transformações anteriores ao *ato institucional* como define outras práticas que se criam também pelo processo de acomodação à generalização produzida pela *objetivização*.

Assim, a *ação política* não pode ser entendida apenas como um ato público. Não se pode conceber a existência de um estado “pré-político”, anterior às regras

objetivas que efetivamente promovam a *transformação*. A *objetivização*, ao nosso ver, efetua um corte que inaugura “novas práticas” (Pêcheux, 1988). Há de se considerar que a relação do sujeito com essas práticas está marcada pela historicidade e justamente em razão dessa relação do sujeito com o *seu* presente e o *seu* vínculo com a *sua* história não se pode garantir uma espécie de “cristalização”, um “congelamento” das práticas ou regras, ao ponto de se manter apenas a *reprodução* de práticas sociais.

Essas observações encontram respaldo em Pêcheux (1988:192) a respeito da ruptura e *forma-sujeito* do discurso. Assim como não há discurso científico “puro”, não há um *campo* essencialmente estruturado para a prática política, no sentido de serem políticas somente aquelas práticas que “legitimam”, institucionalmente, os princípios de categorização social. A questão repousa, portanto, na relação sujeito, objeto, exterioridade:

o próprio dos conhecimentos (empíricos, descritivos, etc.) que 'precedem o corte' em um campo epistemológico dado é que eles permanecem inscritos na forma-sujeito, isto é, que eles existem sob a forma de um 'sentido evidente para os sujeitos' - seus suportes históricos, através das transformações históricas que afetam esse sentido.

O que já “está formado” fornece a garantia para o “novo” e pode também servir de aval para a luta contra o “novo”, de modo que vão se formando novas respostas à questões que não haviam sido colocadas, como efeitos de *deslocamentos*, caídos de outros lugares, “modificando a posição dos problemas, a relação entre as práticas e seus objetos” Daí esta análise sustentar-se no efeito do *pré-construído* e no *discurso transversal* pois desempenham um papel específico essencial no processo

de constituição do “discurso” de uma ciência” (Pêcheux 1988:194), ou diríamos, de uma instituição.

Conforme postula Pêcheux (1988:144), a *reprodução* e a *transformação* não caminham como dois processos paralelos; elas se dão no mesmo espaço de lutas. Não há um espaço anterior à luta; *reprodução* e *transformação* dão-se simultânea e contraditoriamente e isso justifica a *contradição* constitutiva e não lógica, calculada:

Ao falar de ‘reprodução/transformação’, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado, o que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para sua transformação...

Há momentos em que predomina a *reprodução* observável como tal, mas, diríamos que esta oculta, subjacente à *homogeneização/objetivização* de que resulta, modos de *transformação* não necessariamente observáveis ou identificáveis. As regras institucionais que resultam de uma *homogeneização* que objetiviza práticas sociais, “unificando-as” para o “controle” da sociedade, não deixam de ser também uma *transformação* de práticas sociais que, na objetivização, deixam outras à margem. A sociedade faz movimentos de ajustes, esboça reações a essa normatização/objetivização produzindo novas práticas não legitimadas. A *transformação*, enquanto um processo, se desenvolve mesmo sob a força homogeneizadora institucional.

Diríamos, pois, que na linguagem a *transformação* pode se mostrar não apenas como um discurso *heterodoxo*, de contestação, de modo explícito, publicamente sancionado mas, de modo sutil e “invisível” à sombra da *reprodução*.

Assim, de nossa perspectiva, mesmo numa situação de *reprodução* e convivência com a instituição, a linguagem pode, ainda assim, trabalhar, também “insidiosamente”, contra os ditames das instituições. Essa é uma questão que Bourdieu deixa à margem pois implicaria, como temos mostrado, discutir a *forma-sujeito*.³²

Cabe, portanto, investigar o *modo* de funcionamento de uma *transformação* não tão “revolucionária”, aquela que trabalha nas margens, sem enunciador legítimo, não tão acintosamente como o enunciador revolucionário, mas subrepticiamente, nos moldes da dominação. Talvez seja esse o caminho que a *oralidade letrada* percorra. São os espaços da *contradição* que ela tem ocupado para se constituir.

6.2.2 - O ponto de vista discursivo

Vejamos então o funcionamento da *contradição* da perspectiva discursiva, nos segmentos (16) e (17) abaixo, extraídos de uma entrevista de uma líder, Lúcia, a um repórter, parte do documentário “*Lições de um Analfabeto*”, produzido pela TV Cultura:

Como você se sente sem sabê lê e escrevê?

(16) *Pra mim não é problema porque o importante é falá ...*

(17) *Eu me sinto inferô na hora de escrevê porque eu quero elaborá um documento e tenho que pedi pra outras pessoas e se eu soubesse mesmo escrevê eu mesmo elaborava e escrevia aquilo que eu mesmo tenho vontade de falá pros governante, né, e quando a gente pede pras outras pessoa*

³² Essa questão estará sendo discutida mais detalhadamente a seguir.

*elas distorce as palavras, né, vem com palavras difíceis
pra manipulá e a gente não entende nada.* (grifos meus)

Por um lado observa-se, na materialidade enunciativa, a *negação* do valor da escrita mediante sua relativização na prática social - *Pra mim não é problema, o importante é falá* e, nessa negação, uma resistência à valorização da escrita como um divisor de águas, como um princípio orientador da categorização social mostrada em - *o importante é falá*. Parece-nos, ainda, expressar uma tentativa de se atribuir uma legitimidade institucional ao grupo “iletrado” do qual é representante, qual seja: *nós não escrevemos mas falamos e isso nos basta*.

A retórica da denegação, como vimos no Cap. 2, “*aquela que lida com os pressupostos*” (Orlandi 1988:98), instala-se nos discursos de minorias justamente por essa relação constitutiva de *desigualdade / subordinação / transformação*. Como disse anteriormente, para se negar alguma coisa tem-se que admitir a existência daquilo que se nega. Ao afirmar *Para mim não é problema, o importante é falá*, nega-se o valor da escrita e, ao negá-la, o sujeito nega a posição em que é colocado pelo *Outro* - a instituição, os letrados.

A relação entre as asserções *Pra mim o importante é falá* e *eu me sinto inferiô na hora de escrevê* implicaria uma *contradição* pela incoerência que o conteúdo levaria a pensar. Entretanto, o entendimento dessa *contradição* não se esgota nesse limite de análise. Os efeitos de sentido dessa relação “contraditória” entre a escrita e a oralidade apontam uma questão fundamental no funcionamento da linguagem: a constituição do sujeito enquanto *sujeito mediador* na sua relação com os efeitos de sentido produzidos pelo discurso institucional.

Não se trata de uma *contradição lógica*, mas de uma *contradição constitutiva*, pois a *indeterminação* da linguagem não comporta uma previsibilidade de sentidos.

Uma *contradição lógica* no sentido de o representante ter que compor, negociar propostas com os agentes do campo para não perder posições é uma possibilidade de explicá-la do ponto de vista das relações socioestruturais. As outras tantas *contradições* advindas dos *efeitos* de seus argumentos ficam, pela *indeterminação*, em aberto. A *contradição* é *constitutiva* da mediação na medida em que aponta para várias direções.

A compreensão da *contradição* não se circunscreve, como disse, ao conteúdo de suas partes, mas ao todo e, como tal, trata-se de uma *unidade* que suas partes “antagônicas” formam, referindo-se tanto ao passado, resultando de sua historicidade como também aponta para o futuro e assim transformando e fazendo história.

Percebe-se, no primeiro segmento que, ao dizer “*pra mim o importante é falá*”, o sujeito reconhece que sua linguagem é adequada e suficiente à posição de *sujeito* em que *ele* se coloca, numa relação interpessoal de caráter não institucional. Entretanto, no fragmento (17), ao reconhecer o valor institucional da leitura e da escrita, ele admite/reconhece sua “fragilidade” enquanto *porta-voz* que, institucionalmente, vê-se obrigado a *delegar* (*a gente pede pras outras pessoa*) senão *silenciar* (*a gente não entende nada*). Observa-se o sujeito deslocando-se³³ entre as formações discursivas que presidem suas falas das diferentes posições. Ele fala enquanto *sujeito de direito* e enquanto *sujeito de fato*. Embora diante do Estado seja um *sujeito de direito* - “*todos são iguais perante a lei*”, os efeitos dessa regra instituída o colocam em um outro lugar; perante esse mesmo Estado, ou a dominação em termos institucionais gerais, ele não é visto como tal - *eles vem com palavras difíce pra manipulá*.

³³ “O deslocamento de sentidos se constitui - de modo diferente das mudanças abruptas, [...] por uma *mudança* (transferência, afastamento, saída fora do lugar), uma *dis-junção* (desarticulação, como a dos ossos, que permanecem ainda próximos), um *desvio* de direção em relação a um ponto de referência. Ou seja, pode-se perceber a memória de um des-ligamento em relação a um lugar de referência atuando na própria definição do deslocamento.” (Payer, 1993:80)

Na linguagem o sujeito se relaciona com esse *Outro*: ele toma o ponto de vista do *Outro* e inaugura uma *nova prática* discursiva (Pêcheux, 1988) trabalhando as relações entre as diferentes formações discursivas e assim produzindo um discurso denunciatório, não enquanto um discurso *herético, revolucionário*, mas acobertado pela relação que ele estabelece com a exterioridade. É, pois, “um *trabalho* (*transformação-deslocamento*) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples anulação” (ibid:217). E esse é um dos pontos em que ancoramos a discussão da *oralidade letrada*, ou seja, entendida não como um fenômeno lingüístico em si mesmo, mas enquanto a materialidade “visível” desses deslocamentos do sujeito, de sua *transformação* e não da anulação do *seu* dizer.

6.2.2.1 - A contradição: uma dialogia com o não-dito

O discurso *sobre* o não escolarizado determina o lugar de onde ele *deve* ou *não* falar. Ele define as *zonas de sentido* (Orlandi, 1990; Tfouni, 1988) que não lhe são permitidas atravessar. O discurso *sobre* o não escolarizado coloca-o no silêncio (Orlandi, 1989, 1990) daquele que não pode falar na sociedade letrada porque não tem as “ferramentas” / habilidades para essa função. Esse poder de silenciar dá-se no *simbólico*, na violência simbólica (Bourdieu 1972, 1992) do silêncio do *não-dito*. Assim os não escolarizados são posicionados também pelo poder simbólico do silêncio, que também significa (Orlandi 1990, 1989), como vimos na análise da propaganda. É o silêncio conveniente da *doxa*.

A análise do conteúdo dos argumentos dissociada da análise do processo de *identificação* do sujeito não atinge a dimensão do sentido que a trama discursiva

constrói. Da perspectiva discursiva pode-se observar a *contradição* nos seus efeitos, enquanto evidência do sujeito falando do *lugar de onde* o discurso da dominação “quer” que ele fale, ou *não fale*, discurso esse que projeta o lugar do *não escolarizado* e define os limites das *zonas de sentido* por onde ele é autorizado a transitar.

E, com base em Pêcheux (1988), diríamos que o discurso do sindicalista não escolarizado, perpassado por “estranhezas” - hipercorreções, “inadequações” gramaticais e semânticas - constitui um *modo* de funcionamento da linguagem, de cuja materialidade lingüística podem-se depreender as *linhas de demarcação* da relação do sujeito com a ideologia.

As marcas observadas na materialidade desses segmentos são, pois, “evidências” do sujeito em seu processo de *identificação* e de *contra-identificação* (Pêcheux, 1988) com formações discursivas, destruindo “evidências” objetivizadas e restabelecendo relações dissimuladas por oposições como, neste caso, entre o *escolarizado* e o *não escolarizado*. Há uma evidência dissimulada na oposição - *eu me sinto inferior na hora de escrevê* (17) a “*quem não escreve é inferior*” da formação discursiva do discurso do *Outro*, da dominação, com a qual o sujeito se *contra-identifica*:

[...] discurso no qual o **sujeito da enunciação** ‘se volta’ **contra o sujeito universal** por meio de uma ‘tomada de posição’ que consiste, desta vez, em uma **separação** (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) **com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe dá a pensar**: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. (Pêcheux, 1988:215) (grifos do autor).

Portanto, um fio condutor vai enlaçando, amarrando os efeitos produzidos de cada um dos lugares por onde esses argumentos “contraditórios” passam. A *contradição* mostra o sujeito falando também da posição do *Outro*, retornando, da memória do dizer do interdiscurso, a historicidade no “sempre-já” do *pré-construído* e se reconhecendo na conjuntura em que está inserido, face a outras posições que ele afronta.

Os diferentes lugares de onde o sujeito fala se ajustam na intradiscursividade, na linearidade do discurso, onde o sujeito reformula o *pré-construído* e o mostra na individualidade do *seu* dizer. E a linguagem é esse lugar político que *transforma*. Conforme Pêcheux (1988), a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social.

Observe-se, no segmento (17), a reformulação, no dizer do sujeito, do “já-dito” do *pré-construído* na dialogia com o *Outro*. A recorrência do pronome reflexivo *mesmo* expressa, na materialidade lingüística intradiscursiva, o processo de *identificação* do lugar de onde o sujeito não escolarizado *quer falar*, o lugar em que ele se posiciona, e a co-referência com o argumento “contraditório”, o lugar de onde *fala* a instituição, pelas suas regras objetivizadas. Nessa relação entre sujeito/exterioridade tem-se os sentidos:

- (17) *eu quero elaborá um documento e tenho que pedi pra outras pessoas e se eu soubesse mesmo escrevê eu mesmo elaborava e escrevia aquilo que eu mesmo tenho vontade de falá pros governante.* (Lúcia)

Assim, a *contradição*, portanto, não expressa um discurso incoerente, sem unicidade. Ela *fala*, *faz significar* o silêncio do *não-dito*, não como pressuposto necessariamente implícito mas o *não-dito* enquanto “o sentido indesejável, descartado” (Orlandi, 1990:52). Acreditamos que esse funcionamento da

contradição equivale à “retórica do anti-implícito” que Orlandi aponta sobre o silêncio:

Relativamente à política do silêncio - e, em consequência, ao poder dizer - esse jogo entre as formações discursivas entra como uma retórica do antiimplícito, ou seja: se diz “x” para silenciar “y”, este sendo, o sentido indesejável, descartado, que se inscreveria em “outra” formação discursiva. O “y” representa então o não-dito necessariamente excluído do dito (1990:52).

E é o *não-dito* - que o discurso *sobre o* não escolarizado esconde - que determina, na *contradição*, o dizer desse sujeito.

Portanto, essa dimensão da *contradição* que este trabalho descreve, vem mostrar que, mais do que uma *reprodução*, os argumentos que poderiam, pelo seu conteúdo, justificar a interpretação de que a *oralidade letrada* trata-se de um conflito pelo fato de o sujeito não escolarizado submeter-se ao legitimado são, ao contrário, evidências de sua *transformação* pelo reconhecimento e pela denúncia da arbitrariedade contida no discurso do *Outro* que o situa como *sujeito menor* na sociedade letrada.

Nessa direção, o que chamamos de *oralidade letrada* - estaria significando, na materialidade enunciativa, o sujeito falando do lugar do *Outro*, lugar esse que não lhe é permitido ocupar. Daí os fragmentos, as hipercorreções, as incorporações, os retalhos de falas não apenas concretizados na materialidade lingüística mas esta, constituindo juntamente com os demais aspectos, um sentido político, uma *denúncia*, na medida em que o sujeito penetra - para *transformar* - em *zonas de sentido* que não lhe são autorizadas.

No caso dos segmentos (16) e (17) em questão, os deslocamentos resultam da percepção/reconhecimento da arbitrariedade na qual se fundam os princípios de

categorização social que decorrem da *autonomização das instituições* (Cap. 2 e 3). Esse sujeito, embora faça parte de movimentos reivindicatórios de sua comunidade atuando, *de fato*, como militante, tendo sua representatividade legitimada pelo grupo que representa, não desfruta dessa mesma legitimidade junto às instituições. A avaliação *contraditória* a respeito da leitura e da escrita que esse sujeito esboça não pode ser compreendida como significando “opiniões contrárias” e por isso contraditórias no mesmo discurso. Essa “contradição” *significa* pelo efeito que produz ao explicitar, des-cobrir a limitação de seu papel enquanto liderança que pode *falar* mas, institucionalmente, vê-se obrigada a *delegar*. Essa *contradição* funciona, pois, como uma *denúncia* desse disfarce da dominação que “*não ouve*” senão o *porta-voz*, o mediador legítimo. Conforme Pêcheux (1990:19):

[...] *é neste momento que surge o ‘porta-voz’, ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.*

É esse olhar do mediador que está subjacente ao sentido produzido pela *contradição*. Ele aglutina sua voz às vozes de um *nós*, ou *a gente* (*a gente pede pras outras pessoa*), o grupo não escolarizado, que clama pelo direito de falar na sociedade letrada, ao *seu* modo: *se eu soubesse mesmo escrevê eu mesmo elaborava e escrevia aquilo que eu mesmo tenho vontade de falar pros governante.*

Esse efeito de *denúncia* traz à tona a questão do mito do letramento. O discurso desse sujeito estaria explicitando que os valores relativamente à escrita ainda se sustentam na crença de que o pensamento é transformado pela escrita e mostra o papel institucional de *reprodução* desse mito que, conforme já discutimos, trata-se, segundo Kleiman (1995:34), de

[...] uma ideologia que vem se reproduzindo nos últimos trezentos anos, e que confere ao letramento uma enorme gama de efeitos positivos, desejáveis, não só no âmbito da cognição, mas também no âmbito social, efeitos esses que vão desde a participação na espécie até a posse de qualidades espirituais: garantindo a manutenção das características da espécie, a capacidade de integração na vida moderna, bem como aqueles que determinam a ascensão e mobilidade social, dentre outros.

Tem-se, pois, que para a compreensão daquilo que ressignificamos como *contradição*, devem ser considerados não os argumentos a partir de seus conteúdos como unidades em si mesmas. A *contradição* deve ser entendida a partir dos *efeitos* de sentido que os argumentos produzem, os aspectos da exterioridade para os quais apontam e fazem retornar, criando uma *unidade de sentido*, na relação do sujeito com as posições implicadas na mediação.

Notamos no corpus desta análise várias ocorrências de inserções de temas que, por aparentarem descontextualizados, são tratados como uma *contradição*. Vejamos o segmento (18) em que se observa o sujeito na sua relação com a exterioridade, constituindo sua *unidade*:

- (18) *toda vida tive vontade de vim enfrentá minha vida
Estado de São Paulo e vim aqui pra São Paulo, cheguei
e fui trabalhá em Limeira, **num tenho estudo mas tenho
inteligência.** (Sr. José) (grifo meu)*

A inserção abrupta do segmento *num tenho estudo mas tenho inteligência* mostra a dialogia com o *não-dito* a que me referi. Ele se reporta a uma voz instituída no “já-dito”, cristalizada na verticalidade do interdiscurso que, na dimensão do imaginário discursivo, permite a dialogia com a asserção “*ele não é inteligente porque analfabeto*”. Ao reproduzir o repetível, o dizível do interdiscurso e ajustá-lo à dimensão horizontal do intradiscurso, o sujeito não escolarizado se mostra na sua individualização, denunciando, pela *contra-identificação*, como vimos, o conflito pela percepção e a não aceitação da marginalização, no embate ideológico instalado no processo sócio-histórico do qual é parte. A recorrência de inserções desse tipo em vários sujeitos reforça a formulação dessa hipótese.

Acredito ainda que formulações aparentemente descontextualizadas, hipercorreções, fragmentos “dispersos” seriam vínculos empíricos da materialidade discursiva que interferem na cadeia do discurso em enunciação sob a forma de um ponto de heterogeneidade, conforme Authier (1984, 1990):

[...] localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc., (Authier 1990: 31)

Assim, essa *dialogia* mostrada na *contradição* determina um interior do discurso ao mesmo tempo em que designa um exterior específico, a zona de contato entre exterior e interior. Na reformulação intradiscursiva, o sujeito coloca fronteiras nas *zonas de sentido*, dando unidade ao discurso. Essa heterogeneidade contida na *contradição* mostra “de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir - de outro lado, pelo tipo de relação que aí se joga com o outro (*sic*)” (Authier, 1990:31). Nesse jogo, o sujeito delimita a “região” (Pêcheux,

1988) em que instala o *Outro* e, no caso em questão, ele circunscreve a dialogia com o discurso da dominação que reproduz o mito do letramento.

6.2.2.2 - *O sindicalês: maldito aquele que rompe este pacto do silêncio tagarela...*

É assim que ecoa a voz da dominação no discurso *sobre* os não escolarizados: “*Maldito aquele que rompe este pacto do silêncio tagarela: ele corre o risco de se tornar ‘ipso facto’ um espectro visível da adversidade*” (Pêcheux, 1990:15). E o *sindicalês*, tal qual descrito pelo discurso da dominação, vê o não escolarizado ousando, arriscando, rompendo e assim tornando-se o espectro “visível” na luta pelos domínios do legitimado.

Os segmentos abaixo³⁴, são alguns exemplos do que se lê na imprensa *sobre* o não escolarizado. Certamente são com esses discursos, ortodoxos, que os não escolarizados dialogam, afrontam, os fazem retornar do *não-dito*:

(19) *Erros do sindicalês: bobagens ditas por sindicalistas.*

³⁴ Esses segmentos foram extraídos de uma resenha, publicada por Lílíana Pinheiro no jornal O Estado de São Paulo, em 27/10/96. Ela trata de uma pesquisa em desenvolvimento por Cosette Castro, PUC de Porto Alegre, sobre a fala de lideranças sindicais, intitulada “Os erros do sindicalês, bobagens ditas por sindicalistas”.

- (20) *É comum um sindicalista sofisticar a linguagem só para demonstrar preparo.*
- (21) [...] *segundo ela [a autora, Cosette Castro], o sindicalista não tem sequer a noção de que fala um dialeto próprio, sem grande interesse para seu público.*
- (22) *O sindicalês é um instrumento que encobre muito bem a falta de propostas de um dirigente.*
- (23) *No sindicalês, dirigente que se preze 'faz uma colocação', 'tira uma resolução', almeja ser 'capa preta', evita a 'discurseira', 'rompe o defensivismo', seja lá o que for que tudo isso signifique.*
- (24) [...] *quem fala o sindicalês não consegue atingir o público, mas se fechar num gueto.*
- (25) *Então, aparece um sindicalista que pede a palavra ou, ainda pior, levanta uma questão de ordem.*

A ascendência dos processos ideológico-discursivos sobre o sistema da língua e o “limite de autonomia”, historicamente variável, está nas “evidências” lexicais do *imaginário lingüístico* inscritas na forma da língua que, segundo Pêcheux, são equivalências entre substituíveis que resultam do esquecimento do tipo 1 da *forma-sujeito*, que estariam mascarando o discurso, e no caso dos exemplos acima, o discurso da dominação. O sujeito toma posição *a favor* de certas palavras *contra* outras, como uma luta “contra uma evidência ideológica” (Pêcheux 1988:215), pela delimitação de uma região dos conhecimentos e, no caso em questão, a região do conhecimento científico, normatizado, legitimado.

Essa delimitação da “região” do conhecimento legitimado se inscreve em léxicos de domínio da *negação*, pois o sujeito em seu processo de *contraindificação* restabelece relações dissimuladas por oposições que, no caso desta

análise, seriam “o saber legítimo” *versus* “o saber não legítimo”, o “dialeto próprio” *versus* “fala nacional, legítima”, “a falta de propostas” *versus* “nós temos propostas, nós somos criativos” que corresponderia à matéria-prima para reformulações como “o sindicalista não tem preparo”, “erros do sindicalês”, dentre outros. Observa-se o uso de advérbios relativizadores e de negação como - *só para, não tem sequer, não consegue* - configurando a delimitação da região do “não (falta de) conhecimento” onde o discurso da dominação inscreve os sindicalistas, em oposição à região do conhecimento advindo da ciência, técnico e verdadeiro, onde *se* inscreve o discurso da dominação, caracterizando a luta de classes.

Uma questão que acredito relevante retomar para os nossos objetivos diz respeito aos efeitos sociais das práticas objetivizadas pelas instituições. Como temos discutido, às práticas já disciplinadas, pelos efeitos da *unificação* que, no entanto, *dividem*, seguem-se se outras, que se acomodam ou reagem às primeiras, constituindo o que vimos considerando como o processo de *identificação/reprodução/transformação*. Assim, o efeito de exclusão produzido por essas práticas e a *transformação* que decorre desse processo pode ser observado no discurso acima sobre o sindicalês. Isso, porque, certamente, essas “evidências” retornam dissimuladas na discursividade dos excluídos, como efeito do *pré-construído* do interdiscurso, como discurso-transverso, no intradiscurso.

No segmento (25) observa-se a *contradição constitutiva* do/no discurso da dominação:

- (25) *Então aparece um sindicalista que pede a palavra, ou, ainda pior, levanta uma questão de ordem.*

A contradição que se observa nesse exemplo, não é da ordem do conteúdo pois não se trata de argumentos antagônicos na sequência do enunciado. E nem tampouco pelo objeto em si, a “inadequação” da linguagem. Trata-se da *contradição* que decorre da relação de forças para a manutenção da relação de *desigualdade / subordinação*, conforme aponta Pêcheux, a respeito das ideologias das classes.

O confronto se dá pela manutenção das “regiões” de dominação da linguagem *legítima*, pelo direito - de alguns - ao *legítimo*, em oposição ao discurso objetivizado, institucional dessa mesma classe - *todos são iguais perante a lei*. O uso de expressões como “*pedir a palavra*”, “*uma questão de ordem*” por sindicalistas em situações de assembléias, reuniões, dentre outras práticas não configura uma “inadequação”. O que se observa nesse segmento é o efeito de sentido desse uso como um afrontamento à classe dominante, uma transgressão dos limites que ela “controla” pela homogeneização das práticas. O “sindicalês” é colocado fora desses domínios e situado como “*ilegítimo*” e daí o confronto na fronteira das formas e a luta assim revelada pela/na linguagem da classe dominante para *re-posicionar*, remeter “a seus lugares” aqueles que se deslocam para *zonas de sentido* não autorizadas. Daí a *contradição* relativamente ao discurso *objetivizado* para a “unificação” que, como dissemos, “divide”. Ela mostra o trabalho na/pela linguagem para proveito político.

A *oralidade letrada* produz esse mesmo efeito de sentido. A sua resignificação como “*estranha*” re-posiciona o sujeito no lugar em que a dominação o inscreve.

Assim, os efeitos de sentido desses discursos, o confronto dessa luta de classes, certamente retornam, dissimulados sob a aparência de formas “*antagônicas*” de uma *contradição*, nas formulações intradiscursivas dos discursos dos não escolarizados. Pergunta-se, pois, se não será pelo uso desses estereótipos, ou seja,

pelo uso dos mesmos mecanismos que lhes são endereçados que se opera uma reação? Será esse “sindicalês”, referido como uma fala caricaturizada, senão a caricatura da normatização, da fala regulamentada e fechada em si mesma como o “*economês*” e outros falares “legítimos”, os quais não são referidos como “erros”, “bobagens”, etc.? Como diz Orlandi (1988:99), “o uso de estereótipos pode chegar até mesmo a ser uma forma de resistência: jogar o feitiço contra o feiticeiro”.

Portanto, a análise que mostra o lugar de onde o outro fala na dialogia constitutiva da *contradição* pode explicar a ação que esta exerce sobre a “realidade”, transformando-a. A materialidade lingüística da *contradição* produz efeitos precisamente nos lugares em que quer encobri-la.

E, relativamente à *oralidade letrada*, a contradição revela a presença “acobertada” dos efeitos dos discursos do outro - da dominação - que reproduzem representações estereotipadas do não escolarizado. E esse acobertamento produz um rompimento com a *reprodução* dos efeitos “positivos” do mito do letramento (Kleiman, 1995), não apenas no âmbito social mas também cognitivo. Falares como o *sindicalês* e a *oralidade letrada* - seriam como “quebras de rituais”, “transgressões de fronteiras”, como vimos sinalizando, considerando-se a perspectiva de Pêcheux (1990:17):

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um ‘acontecimento histórico’, rompendo o círculo da repetição”

Assim, a afirmação “uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico” vem sustentar a hipótese de que a

contradição é constitutiva não apenas do discurso das lideranças, mas do discurso da dominação. A heterogeneidade de efeitos individuais dos “argumentos contraditórios” das lideranças criam uma *unidade*, que deve ser entendida como um *discurso herético* - de todo um grupo - que se forma/constitui pelas diversas vozes de seus mediadores, contra os efeitos produzidos pela *contradição* do *discurso* da instituição - *ortodoxo* - que dissimula, sob a forma de unificação/integração, os mecanismos de exclusão.

6.3 - A legitimidade da linguagem do cotidiano.

Vimos demonstrando que esses sujeitos consideram legítima a sua linguagem do cotidiano. A vulnerabilidade do *porta-voz* verifica-se na interface com a instituição, enquanto sujeito institucional. Daí, a resistência, as vozes ecoando, denunciando a marginalização na contradição das práticas institucionais.

Há, na *oralidade letrada*, nas incorporações da fala do outro, letrado, um efeito de uma fala política no sentido de uma fala transformadora das condições de sua inscrição pela dominação.

Considerando que o sujeito se constitui na sua relação com o *Outro*, e, dado que, conforme Pêcheux, o instrumento da prática política é o discurso, as condições em que a prática da militância se insere favorecem um distanciamento da linguagem em que o sujeito se coloca como seu observador. E é também na linguagem que o sujeito busca desfazer a assimetria. Na batalha verbal que caracteriza o funcionamento da linguagem nas situações de confronto, a *oralidade letrada* acaba se sobrepondo a outros fatores, dos quais também o *porta-voz* depende para a manutenção de seu poder. As determinações econômicas “que condicionam, ‘em última instância’ essa reprodução/transformação” (Pêcheux 1988:143) ficam

obscurecidas nos temas referidos pelos sujeitos. Há uma consciência das condições de luta que se operam na/pela linguagem. Daí a nossa hipótese sobre o distanciamento desses sujeitos relativamente à sua linguagem e a do outro, *letrado*, configurando um objeto de análise, em que buscam identificar as possíveis diferenças que estariam marcando, determinando a fala da dominação.³⁵

Sob essas condições, como vimos demonstrando, esses sujeitos parecem centrados na valoração do padrão prestigiado da linguagem, nos mecanismos retóricos que podem produzir efeitos de luta, refletidos na eloquência como talvez um modo mais “visível” de operacionalizar a luta para sustentarem-se nas práticas institucionais.

Portanto, as questões observadas na materialidade lingüística como a *incorporação da oralidade letrada* são questões de mediação nos seus vários aspectos, dentre os quais, o princípio da “*dualidade radical da linguagem, a um só tempo integralmente formal e integralmente atravessada pelos embates subjetivos e sociais*” (Maingueneau 1987:12).

Vejamos um fragmento da entrevista com o Sr. Saulo, que revela o *valor institucional* da linguagem padrão, o efeito desse valor na determinação de suas posições enquanto *porta-voz* de uma classe de sindicalistas pouco escolarizados. Vejamos a posição em que ele se coloca na estrutura sindical e na relação desta com outras instituições, com a noção de *poder* e de *representatividade*:

- (26) [...] *porque é o seguinte, a leitura pra o sindicato, é você sabê falá bem, né, prá um certo respeito, pra podê conversá com empresário ou trabalhadores. Eu não num não acho dificuldade em falá, em sentá, conversá, de maneira nenhuma. Eu me saio muito bem, tá nas minhas,*

³⁵ Essa questão estará sendo discutida no capítulo 7.

na minha própria linguagem. Então a gente sempre sai bem. Agora, a única coisa que falta, que eu teria que eu tinha a.. o maior sonho meu, a maior vontade minha é subir num palanque, como eu já subi, sem microfone, tá, na empresa minha mesmo, falá pra quatrocentas, quinhentas, seiscentas pessoas, é claro, que com assim com emoção, com garra, com vontade, né, e tirá aplausos do público. (grifos meus)

Em “a leitura pro sindicato é você sabê falá bem pra um certo respeito...” , observa-se como o sujeito estabelece a diferença entre o falar do cotidiano e o falar institucional. Ele expressa o reconhecimento das regras institucionais (esotéricas) do sindicato e deste na sua relação com outras instituições, como veremos nos exemplos seguintes. E ainda, mostra o valor do saber legitimado - o “falar bem” - como necessário para a sua aceitação na instituição. Esse é um aspecto da força estrutural a que Bourdieu chama de *ritos de passagem, ritos de aceitação* aos quais o representante se submete, e portanto, trata-se aqui de uma manifestação da *reprodução*. Mas, a questão não se esgota aí. São as questões da ordem dos deslocamentos que vão mostrar a vulnerabilidade da representatividade e a luta para a legitimação do *porta-voz institucional*.

A valorização de sua linguagem enquanto uma fala do cotidiano, nota-se quando o sujeito, ao se referir a uma situação interativa com empresários, tradicionalmente descrita como assimétrica, descaracteriza-a como tal, na medida em que a descreve como uma relação dialógica de caráter não institucional: *não acho dificuldade em falá / em sentá / conversá / de maneira nenhuma / eu me saio muito bem / tá / nas minhas / na minha própria linguagem/ a gente sempre sai bem.*

Esse sujeito nega a assimetria na sua relação com o *Outro* fundada na ilegitimidade de sua linguagem pois, do *seu* lugar, ele a considera suficiente e adequada à uma situação interpessoal enquanto enunciador do lugar em que *ele se*

posiciona. Fica claro que ele desloca o lugar da assimetria marcado na linguagem do cotidiano; mesmo em se tratando de um interlocutor hierarquicamente superior na estrutura social, ele *nega* a assimetria calcada nos princípios arbitrários de categorização, como as diferenças dialetais. A formação discursiva em que inscreve o seu dizer permite as formulações - *eu me saio muito bem / tá nas minhas, na minha própria linguagem*.

Essa negação da assimetria e a legitimidade atribuída à sua fala configura o mesmo papel denunciador da fala do sujeito que examinamos em (16) “*pra mim não é problema porque o importante é falá*”. O sujeito entende sua linguagem insuficiente apenas no que diz respeito à garantia de seu desempenho institucional - *a única coisa que falta*³⁶ - porque reconhece que ele é assim posicionado pelo *Outro*. O advérbio *nunca* relativiza a ilegitimidade de sua fala, restringindo-a a critérios de legitimação deferidos pela instituição.

O falar em público é evidência de um outro objeto valorizado na instituição política - a mobilização: *a única coisa que falta, que eu teria que eu tinha a.. o maior sonho meu, a maior vontade minha é subir num palanque, como eu já subi, sem microfone, tá, na empresa minha mesmo, falá pra quatrocentas, quinhentas, seiscentas pessoas*.³⁷

Essa situação - a negação da assimetria - parece corresponder a um modo de *reversibilidade*, considerada por Orlandi (1990:230), como a *obscuridade proposta*:

[...] esta é a forma com que, a uma não-reversibilidade imposta pelo branco, os índios respondem com a construção de um modo de reversibilidade. Aí está a diferença entre a

³⁶ A análise desse segmento será ainda ampliada ao tratarmos especificamente da questão da “eloquência”.

³⁷ “A fala pública” estará sendo discutida na seção: *A eloquência: um modo de luta*, neste capítulo.

obscuridade imposta (que tende ao silêncio) e a *obscuridade proposta* (que é ruptura) (grifo do autor).

Portanto, para o sujeito acima, o respeito, “a legitimidade”, a valoração daquilo que ele diz, lhe são imputados pelo *modo* como o seu *dizer* está construído no imaginário do outro, e não pelo conteúdo do que ele diz. Daí a ruptura com a valoração positiva do letramento com relação ao desenvolvimento cognitivo. Ou seja, ele se contra-identifica com a posição institucional que o coloca como cognitivamente inferior.

Vê-se como o sujeito não se constitui de forma absoluta pelos valores institucionais, reproduzindo-os, apenas. Os efeitos das práticas *homogeneizadas*, *objetivizadas* pelas instituições atravessam a espessura de sua linguagem, determinando os seus deslocamentos e, na con-fusão desses deslocamentos, ele se constitui na sua *unidade*, afrontando valores legitimados. E a *contradição* mostra essa incompletude, esses deslizos e essas rupturas que, ao mesmo tempo em que o dividem, o determinam.

6.4 - A vulnerabilidade do porta-voz não escolarizado

Em razão do exame do processo de *reprodução/transformação* e da força social para a manutenção das regras legitimadas, retomamos algumas questões da perspectiva sociológica a respeito do funcionamento objetivo das instituições.

Dessa perspectiva, o *representante* é a figura à qual um grupo atribui poder de representação para caracterizá-lo na estrutura social enquanto uma *categoria* a fim de possibilitar maior poder de mobilização na defesa de seus interesses junto às instituições.

No caso dos sujeitos desta análise, várias questões/temas foram alusivos à legitimidade da *representatividade* do representante não escolarizado nas instituições burocráticas/letradas. Essa questão espelha a força da estrutura *diádica* do campo político, tal qual tratada por Bourdieu (v. Capítulo 3).

Conforme vimos, o autor considera que a competição interna entre os agentes é o fator mais determinante das posições dos representantes. O atendimento à força da estrutura interna dá-se para a manutenção ou obtenção de posições mais privilegiadas o que, do nosso ponto de vista, estaria significando uma contínua reprodução dos mecanismos estruturais da instituição.

Entretanto, mesmo sob a força coercitiva da estrutura, a nossa perspectiva entende que é na materialidade discursiva o lugar onde também se aloja o embate: a luta por *palavras, formas* estaria significando um esforço para o deslocamento do lugar da dominação, do lugar de onde *ela* se coloca, ou seja, uma luta pela inversão da relação de subordinação/dominação. Em outras palavras, há um deslocamento do lugar do *legítimo* na reformulação intradiscursiva na qual se observa a transformação dessa relação. E aqueles que buscam também deslocar a dominação do lugar onde ela se inscreve, se expõem, tornam-se mais vulneráveis às mazelas da dominação, e aí o contraponto e, conforme Pêcheux (1990:13):

Face a seu adversário mortal, a burguesia põe certamente tudo na fogueira, mas não utiliza nunca "qualquer coisa": ela aprendeu a tocar os pontos sensíveis ...

Daí os "pontos sensíveis", mostrados nos temas, a vulnerabilidade do representante não escolarizado, a sua fragilidade na sua relação com as instituições:

(27) [...] *veja bem quanto é duro a nossa luta, nós precisamos ter a linguagem mais humilde e ter a*

linguagem também para poliglota. (Sr.Romeu) (grifo meu)

O sujeito projeta no seu discurso o *seu* lugar no imaginário discursivo do *Outro*. A formação discursiva que o domina permite que ele ressignifique as expectativas e os papéis que a instituição lhe designa, daí as antecipações que estariam definindo as *estratégias discursivas*. Essa é a perspectiva que estaria também explicitando o lugar onde queremos situar a *oralidade letrada*:

Entr.: *você não pode mantê a forma como você fala com os mais humildes pra falá com eles [os deputados] ?*

(28) *Pode e seria o mais correto talvez até mesmo pra mostrá pra esse deputado a necessidade que a população tem da sua atenção na área cultural, mas se você falá assim com os deputados como você fala com os humildes não leva a nada [..] se você for falá com ele num linguajar muito simples, demonstrando pra ele que realmente você é humilde, ele vai falá Deus do céu, lá na cabeça dele funciona dessa maneira, ele diz, meu Deus do céu, se este é o líder e fala desta maneira, imagine os seus seguidores como deve sê eu acho que lá na cabeça dele ele deve tá vendo um bando de canibal na frente dele.*

Trata-se de um dizer projetado do lugar do outro: “*lá na cabeça dele ele deve tá vendo um bando de canibal*” . E ainda, ao dizer “*pode e seria o mais correto talvez até mesmo pra mostrá pra esse deputado a necessidade que a população tem da sua atenção na área cultural*” observa-se que a co-referencialidade desses dizeres também abriga uma *contradição constitutiva* na medida em que o sujeito admite o lugar em que é colocado, reformulando a posição do outro de modo parafrástico. Assim ele restabelece, na intradiscursividade, o vínculo entre as duas

representações verbais: “*ele deve tá vendo um bando de canibal*” e “*pra mostrá pra esse deputado a necessidade que a população tem da sua atenção na área cultural*”. Essa projeção da fala do outro constitui uma “antecipação” em que o sujeito explicita a si mesmo o efeito daquilo que ele diz. Essa “antecipação” contempla tanto o lugar em que o sujeito é colocado pelo *Outro*, como o lugar onde o sujeito *se* coloca na sua relação com o outro: *demonstrando pra ele que realmente você é humilde*. O sujeito reconhece o lugar em que é colocado pelo outro e o advérbio *realmente* marca o reconhecimento dessa relação.

Nas reformulações abaixo, tem-se o que Pêcheux (1988:172) denomina de ilusão necessária da “intersubjetividade falante”: “eu digo aquilo que um outro pode pensar”. O modalizador *deve* mostra a antecipação, parte do processo de reformulação-paráfrase do dizer do outro e é o correspondente lingüístico do imaginário do sujeito:³⁸

(29) *se você falá assim com os deputados como você fala
com os humildes não leva a nada*

(30) *se você for falá com ele num linguajar muito simples, se
este é o líder e fala desta maneira, imagine os seus
seguidores como deve sê*

Portanto, a força social também explica a *incorporação* do falar do outro observada na materialidade discursiva como “retalhos” de falas da classe dominante, inclusive de sindicatos patronais. E isso produz efeitos que significam a resistência, a manutenção de sua posição de líder. O sujeito não é, pois, unitário e nem

³⁸ É interessante observar que as reformulações que mostram o dizer do Outro, que projetam a imagem do Outro, nesses discursos em geral contêm metáforas alusivas a animais.

homogêneo. Por isso ele produz sentidos que não significam *a priori*, a não ser examinados na relação do sujeito com a ideologia, e com suas condições sócio-históricas. Daí não falarmos em *contradição lógica* e sim *constitutiva da forma-sujeito*.

A relação diádica constitutiva do campo político é um fator que integra os representados ao campo político (institucional) apesar da normatização interna, do controle sobre o representante. Isso porque o trabalho do representante de mobilização e adesão de seus representados é reconhecido pela instituição política pois ela também depende dessa força “externa” na disputa entre instituições.

Isso nos remete à questão dos critérios de escolha do representante que esbarram na garantia de acesso aos produtos políticos institucionais escritos e daí a necessidade de o representante ser letrado. Entretanto, se letrado, talvez não se garanta a defesa dos mesmos interesses do grupo, além de se manter a relação de desigualdade do grupo com o representante letrado. Tem-se, pois, uma situação paradoxal, circular, que também se revela na *contradição* aparente dos discursos desses sujeitos.

Visto assim, mesmo considerando que esses sujeitos valorizam o conhecimento formal adquirido na escola e daí o falar letrado como uma evidência de poder, essa questão se situa no fato de que a incorporação da *oralidade letrada* vem mostrar a transformação da linguagem, processo esse simultâneo com a transformação do sujeito na sua relação com as ideologias das classes, que o mostram no confronto, no afrontamento para inverter o lugar da dominação. Inverte-se, na materialidade da língua; desloca-se o *legítimo* na medida em que o sujeito incorpora, no *seu* dizer, o dizer do outro. As incorporações do outro observadas na fala do sujeito não apenas projetam a fala do outro na divisão que constitui esse sujeito, mas nessa divisão, o sujeito mostra o discurso do outro, colocado ao *seu*

modo. A linguagem trabalha o lugar do legítimo na relação entre sujeitos. Esse deslocar do legítimo mostra-se o sujeito nessa luta em que fica vulnerável à imposição do legítimo pela dominação. E isso pode ser observado na linguagem dos militantes, também muito marcadamente nas alternâncias entre *eu* e *nós*.

6.5 - A alternância eu/nós: o esconderijo da fragilidade do porta-voz

A ambivalência do poder/fragilidade da representatividade do *porta-voz* expressa-se na materialidade lingüística também sob as alternâncias do *eu/nós*.³⁹ Essas alternâncias consistem em mais uma marca empírica dos deslocamentos entre formações discursivas que revela a vulnerabilidade da representatividade de militantes não escolarizados junto às instituições. Vejamos os segmentos abaixo, do Sr. Romeu, em cujo discurso observamos uma grande recorrência dessas alternâncias:

- (31) ... *toda organização ou um país, um município, um estado, que tem **um líder à altura**, esse líder ele consegue também contrair a confiança de tal maneira de seus seus colaboradores, de seus diretores, que **de maneira nenhuma eles vão fazer uma política contrária àquilo que vá de en... en.. que vá contrário àquilo que ele deseja** porque tudo aquilo que ele defende é entendimento com os demais então **embora** cada um deles dentro de si tenha a sua preferência partidária eles não misturam ela **de maneira nenhuma** no dia a dia principalmente se tratando de trabalho coletivo e comunitário como é o que **nós** fazemos.* (grifos meus)

³⁹ Payer () trata essa questão, entretanto

- (32) *Como eu disse antes ... o Conselho não se vincula a nenhum partido. Pelo fato do Conselho não po... não se vincular enquanto eu for o Presidente não vai sê vinculado isso não tenha dúvida, então eu acho melhor que a minha pessoa, perma ... que a minha pessoa permaneça totalmente neutra de qualquer partido político.*

Em (31) fica clara a ação controladora do líder sobre o grupo, reforçada pela modalização “*de maneira nenhuma*”. A vontade individual dos representados é relativizada mediante o concessivo “*embora*”, relativizando o monopólio da vontade coletiva: “*embora cada um deles tenha dentro de si a sua preferência*”. Na seqüência “*enquanto eu for o Presidente não vai ser vinculado isso não tenha dúvida*”, a vontade coletiva também é desqualificada, marcando a usurpação do poder simbólico outorgado pelo grupo. À representatividade do *representante*, enquanto presidente da associação, vincula-se o *sujeito* - “*a minha pessoa*”, expressando o paradoxo da monopolização da verdade coletiva que é a fonte de todo efeito de imposição simbólica. Trata-se de uma representação *unificadora*, resultante de uma *objetivização* institucional. (Bourdieu *ibid*:208):

A *representatividade*, como um “*corpus unum*” (Bourdieu), abriga a possibilidade de o representante confiscar as propriedades a ele delegadas para o exercício da representação, uma forma de *poder simbólico*, e assim “usurpar” um poder que lhe é conferido pelo grupo para representá-lo enquanto seu *porta-voz*.

De uma perspectiva sociológica, a *usurpação* de poder se fundamenta no que Bourdieu chama de *efeito oráculo* (com base em Nietzsche a respeito da hipocrisia do clero, em “O anticristo”), uma típica “*substituição do sujeito*” que pode ser reduzida, para efeito de exemplificação, ao seguinte raciocínio: “se eu sou a encarnação do coletivo, do grupo, e se esse é o grupo ao qual você pertence, que o define, que lhe dá uma identidade, que significa que você é *realmente* um professor,

realmente um protestante, *realmente* um católico, etc., então você não tem outra escolha a não ser *obedecer-me*.” (ibid: 212).

Como consequência, o *efeito oráculo* pode se tornar a fonte do poder e resultar no paradoxo da monopolização da verdade coletiva tornando-se uma *imposição simbólica*: assim como o representante simboliza o limite do coletivo sobre cada um de seus membros, fundado nesse poder simbólico, ele pode manipular o grupo “em nome do próprio grupo”. Conforme comenta o autor, as assembléias são um exemplo desse tipo de *imposição simbólica*, nas quais os representantes, especialmente em situações de crise, têm autoridade para falar em nome de todo o grupo reunido. É quase improvável uma fala dissidente contra a unanimidade imposta, produzida pelo monopólio da fala e das técnicas de se criar unanimidade, tais como os votos por aclamação, por exemplo.

O poder simbólico da representatividade manifestado nos sujeitos na alternância *eu / nós* estaria respaldado, sob a perspectiva discursiva, no conceito de *reduplicação de identidade* mostrada nos deslocamentos dos sujeitos entre formações discursivas, processo em que o sujeito “toma consciência” (Pêcheux) da/na sua relação com a exterioridade. Nesse sentido, a linguagem institucional, a fala padrão, nas condições de produção que vimos analisando, seria entendida como o *objeto* do qual o sujeito *toma consciência* e o usa como modo de operacionalizar a sua luta. Diríamos, a partir dessa conceituação de “tomada de consciência” que se trata da relação do sujeito com a ideologia, com o *Outro* e consigo mesmo nessa relação conjunta com essa exterioridade.

Vejamos alguns segmentos em que ocorrem essas alternâncias. Os exemplos que se seguem referem-se a um mesmo sujeito - Sr. Romeu, presidente de um conselho formado por representantes de comunidades de bairro, o qual vinha

discorrendo a respeito de um movimento reivindicatório de uma das comunidades por uma faculdade de direito:

- (33) *A pergunta foi a seguinte quando a secretária de M.A.C., o presidente da Câmara nos recorreu pedindo para tentar em Brasília liberar um pedido que eles tinham pra Campinas de uma faculdade de Direito eu perguntei o seguinte se nesta faculdade iria estudar o filho do pedreiro, do pintor, do encanador, do eletricista, do lixeiro ...*
- (34) *Tem, e eu num entendi muito bem porque eles queriam outra. Então eu respondi isso, né, que se fosse pra esse pessoal estudá então aí sem dúvida eu faria não só a minha interferência mas garantia a interferência da Coneb, Campinas e até da SOLPAN, / em São Paulo.*

Essa demonstração de poder espelha o processo de “desdobramento” - reduplicação da identificação (Pêcheux) do sujeito que mostra sua tomada de posição enquanto porta-voz e com o objeto/evidência - poder. A alternância eu/nós esconde uma negação do poder emanado do grupo cujos efeitos mostram o sujeito na sua relação com as diferentes formações discursivas. Um desses efeitos parece mostrar, na divisão que o constitui, o acobertamento da fragilidade de sua legitimidade enquanto porta-voz junto às instituições. Na sua relação com a exterioridade, com o sócio-histórico e ideológico que o coloca à margem, o sujeito se submete às regras institucionais, produz o seu dizer sobre o eu que abriga o nós que lhe atribui poder. Assim ele se “fortalece” enquanto sujeito institucional, pelo deslocamento do poder para o lugar onde ele se coloca. Ao mesmo tempo, esse deslocamento para o eu, esvazia o poder do grupo sobre o nós e daí o seu “fortalecimento” também junto ao grupo do qual depende seu poder. Esses

movimentos mostram tanto a vulnerabilidade do *porta-voz* enquanto sujeito institucional, quanto a vulnerabilidade do grupo - não escolarizado.

É importante ressaltar, para os nossos objetivos, que nesse movimento de reversibilidade de papéis - o poder do *porta-voz* sobre o grupo rompendo uma relação mútua de poder, vemos o sujeito sob a força social tanto na sua relação com o grupo quanto na sua (e do grupo) relação com a instituição. Isso mostra a relação diádica, constitutiva do campo político também determinante da luta para a manutenção do lugar do sujeito na liderança. Esse sujeito acha-se em meio a várias forças, dos vários lugares do contexto sócio-histórico e ideológico em luta pela transformação das relações de desigualdade/subordinação. Observa-se o confronto na relação tensa entre dominação/subordinação relativamente às instituições/ sujeitos letrados e *porta-voz* não escolarizado e a mesma relação de dominação / subordinação no contexto sindical, *porta-voz* e representados. Vê-se, co-ocorrendo, a *reprodução* da relação de dominação/subordinação e a luta pela transformação.

O poder simbólico desse sujeito talvez não garanta a legitimação de seu papel institucional; daí o deslocamento para constituir o seu lugar, para construir a legitimidade dessa sua prática institucional. Desprovido dos valores essenciais à sua prática no âmbito institucional, sua representatividade fica vulnerável às práticas da dominação. Daí ele estabelecer o confronto nas alternâncias *eu/nós* mostrando poder de articulação política enquanto sujeito institucional - tanto sobre a instituição - letrada, quanto sobre o grupo não escolarizado.

O exemplo abaixo (Sr. Romeu), mostra o pronome *nós* significando um grupo silencioso, referindo-se a um *não-dito*, denunciando o lugar onde esse grupo é colocado pela dominação e expressando a luta pela *transformação* dessa relação de *desigualdade/subordinação* calcada sobre um princípio arbitrário de categorização social:

- (35) *Nós sabemos muito bem que hoje o pessoal acham que é só por por intermédio de pessoas que tem nível elevado de estudo que se pode conseguir as coisas*

A força e a significação dessas ocorrências do *eu*, que se confunde com *nós* apenas na horizontalidade do discurso, se organizam junto a verbos como “eu faria a minha interferência”, “eu garantia”, “eu comecei a brigá”, “eu acabei defendendo”, ou seja, verbos que denotam *ação* e não *passividade*, formas *agonísticas* (Ong 1982) que indicam combatividade.⁴⁰

A análise que vimos desenvolvendo descreve uma questão relevante para o problema da alfabetização de adultos. Observamos que há diferenças no que diz respeito aos efeitos das regras objetivizadas no funcionamento dos sindicatos e na escola, na divisão do sujeito na sua relação com o *Outro*.

Parece evidente que a dificuldade se funda nas condições de produção do aprendizado da escrita. A militância política configura um discurso do *eu* vinculado a um *nós* e a vulnerabilidade do militante não escolarizado junto às instituições adquire uma força de luta com o respaldo de seus representados. Ao mesmo tempo em que o *porta-voz* do grupo pode experienciar situações de vulnerabilidade, fragilidade na relação com seus competidores dentro da instituição, esta tem interesse no poder de mobilização do *porta-voz* na relação com seus representados. A mobilização “externa” obtida pelo representante é um fator de constituição de poder da instituição na medição de forças com outras. O grupo - esses sujeitos não escolarizados - ao invés de estar “fora” da instituição, como é o caso do adulto na aprendizagem da escrita na escola, é sua parte constitutiva.

⁴⁰ O aspecto agonístico da linguagem, como forma de luta, será discutido quando tratarmos da *eloquência*, neste mesmo capítulo.

Ambas instituições desenvolvem mecanismos coercitivos. Os sindicatos desenvolvem mecanismos de censura e “filtram” aquilo que deve ser falado, do ponto de vista ideológico e da *forma* desse dizer. O sujeito é corrigido, após as assembleias, pelos próprios colegas. Entretanto, a relação desses sujeitos com essas práticas dá-se sob outras condições. As práticas das instituições políticas, embora objetivizadas, produzem diferentes efeitos nos seus funcionamentos, em função de sua especificidade. No sindicato, a *correção* da fala do militante produz um efeito de *integração, de luta* para inversão dos papéis sociais, na medida em que as condições sob as quais a imposição das regras ocorrem deixam significar/entrever que a linguagem também é o lugar da realização das conquistas, que estas também se fazem *pela e na* linguagem. Por outro lado, na escola, a *correção*, o trabalho da linguagem dá-se enquanto fim em si mesmo, uma prática esvaziada. O efeito produzido com o trabalho da escola sobre a linguagem mostra-a como um objeto de conhecimento a ser adquirido como qualquer outro, uma área como a biologia, a geografia, etc.. Mesmo no trabalho com as diferentes áreas do conhecimento o trabalho com a linguagem se limita a uma abordagem textual. De modo que, na escola, a linguagem enquanto prática discursiva é uma prática esvaziada e, como aquisição de conhecimento como uma outra área, ela figura como o espaço da normatividade em si mesmo, enquanto um objeto de descrição. O sujeito/aprendiz não é levado a pensar o seu lugar na linguagem e esta na relação com as condições sócio-políticas e ideológicas.

No sindicato, a relação com a linguagem dá-se como uma prática discursiva em que o sujeito se inscreve e inscreve o lugar do *Outro*, como o mesmo espaço onde se trava o confronto, o embate. E, nesse sentido, as *correções* - como um exemplo das práticas objetivizadas - produzem um efeito de valorização de um conhecimento - a linguagem - do qual o sujeito se vale para se constituir.

A escola, ao contrário, promove a exclusão e não a integração. Reforça-se a diferença entre as práticas legítimas vistas como a prática do outro que deve continuar na posição de um objeto de conhecimento à parte, assim como quer a dominação. A escola não trabalha a luta para a transformação das condições do sujeito - alfabetizando adulto - na sua relação com a linguagem. Portanto, as condições que, ao nosso ver, fundamentalmente, diferenciam a escola e o sindicato, em termos da “formação” de seus sujeitos está na relação que as instituições estabelecem com a linguagem. Na instituição política, como lugar de lutas em que a mobilização em termos quantitativos também faz parte de suas metas, os mecanismos coercitivos também incidem sobre o padrão de linguagem e sobre mecanismos retóricos.

A censura exercida pelo sindicato com respeito ao desempenho retórico fundado no “falar correto” deixa claro que o padrão da linguagem é um dos instrumentos de medição de forças que orienta a escolha do representante e que produz efeitos de mobilização .

Vejamos a relação do sujeito com o mecanismo de censura sobre a forma de sua fala. Parece-nos que ele incorpora, naturaliza, essa determinação talvez porque ressignifique essa imposição como um elemento aglutinante de forças e não excludente:

- (36) *é eu tiro né pelo pelo discurso que eu fiz da nossa posse, da nossa diretoria, tá, e ‘rranquei aplauso, tinha duzentas e cinquenta pessoas, e no discurso que fiz apesar que foi um discurso rápido e meio meio meio caipira lá, muitas palavras errada que o discurso foi realmente corrigido pelos próprios companheiro, né, o próprio pessoal que tava lá, né (grifo meu)*

Esses mecanismos de censura revelam as marcas da historicidade, da história da formação dos sindicatos, conforme alguns aspectos históricos relatados sobre o sindicalismo no Brasil (capítulo 3). E a relação que esse fragmento mostra é de um trabalho corporativo de composição de forças, apesar da competição interna na luta pelo poder. Nota-se que o sujeito não esboça resistência à prática da *correção*, provavelmente porque a veja como algo sendo feito a seu favor, para colocá-lo na competição da qual todos participam enquanto um grupo, corporatista, que luta para a inversão da relação de desigualdade/subordinação.

O efeito desses mecanismos coercitivos sobre a formação das bases não escolarizadas observa-se na multiplicação das lideranças, conforme estudo de Rodrigues (1990:117)

“Como hipótese mais geral, pensamos que o aumento da militância sindical e dos índices de participação política na região do ABC paulista (e das camadas assalariadas em geral), entre outros fatores, estão relacionados a uma elevação dos padrões de escolaridade das camadas trabalhadoras (embora esses padrões sejam ainda muito baixos em comparação com os dos países desenvolvidos)”

Ou seja, a questão que fundamentalmente diferencia as instituições políticas e a escola no que diz respeito à formação dos não escolarizados é o *modo* de inserção desses sujeitos na instituição e a relação decorrente desse modo de inserção. Mais uma vez trata-se da *contradição constitutiva*: os modos coercitivos que se estabelecem na relação entre a instituição política e os sujeitos não escolarizados não podem ser entendidos enquanto objetos de coerção vistos em si mesmos, mas os efeitos que produzem na relação sujeito, linguagem e exterioridade.

6.6 - O discurso corporatista do sindicato: os efeitos de suas regras coercitivas

Estudos sobre a formação sindical rural de Corbucci (1992) demonstram que o gênero discursivo como “documento” examinado em instituições como a CUT, CONTAG e MST ⁴¹ caracteriza-se pela normatização, direcionamento e controle, expressos principalmente por uma alta frequência de modalidades deônticas como “deve”, “é preciso”. Os títulos, em si, traduzem o caráter homogeneizador: “Princípios de Formação...”, “Programa de Formação...”, “A Política Nacional de Formação”:

(37) *Os métodos de formação devem incluir necessariamente o trabalho prático e o estudo. A mística, a cultura, a disciplina e a emulação. O método de organização dos cursos deve contribuir para combater os vícios de origem artesanal de nossa base* ⁴²

(38) *Os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos*

Como assinala a autora, as marcas lingüísticas que se inscrevem nas formações discursivas são presididas pelo discurso religioso: *mística, disciplina, emulação*. Mas, para efeito deste estudo ressaltamos o cunho disciplinante, formador e controlador que exalta as *diferenças* com vistas à *homogeneização* do grupo: *combater os vícios de origem artesanal de nossa base*. Conforme a autora, a coerção se exerce produzindo-se efeitos de sentido que evocam o mal, algo que

⁴¹ Essas siglas correspondem à: CUT - Central Única dos Trabalhadores, CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e MST - Movimento Sem Terra.

⁴² “Documento Básico do MST, Cap. “Formação”, seção Linhas Políticas”

deve ser extirpado, da mesma maneira como a Igreja propõe a eliminação do pecado como manifestação do estágio de degradação humana. A normatização perpassa todo o discurso:

- (39) *A formação deve dotar os dirigentes sindicais de...*
- (40) *A formação deve capacitar os dirigentes...*
- (41) *[...] a formação deve constituir também um espaço permanente de organização"*
- (42) *É preciso priorizar o fortalecimento das instâncias horizontais.*
- (43) *A formação Cutista deve ter uma formação unificada.*
- (44) *O processo de formação deve ter uma continuidade para que cada companheiro possa ir crescendo e melhorando sua capacidade.*

Embora concordemos que sejam mecanismos coercitivos, normativos e disciplinadores, acreditamos que tenham um fim político, de luta conclamada, explícita, mesmo que co-ocorrendo com mecanismos de *reprodução*.

Fundamentalmente, nas instituições políticas como partidos e sindicatos, a questão repousa na relação de forças que se estabelece dentro dessas instituições e na relação destas com outras. Daí serem processos concomitantes, como temos mostrado, a partir de Pêcheux. A *transformação* não ocorre *após* um processo de absoluta *reprodução*. É evidente que os mecanismos são coercitivos, mas a questão reside na posição que eles ocupam no conjunto das práticas políticas e como se relacionam no processo de identificação com diferentes formações discursivas. Eles acham-se num processo de *transformação* da relação de *desigualdade/subordinação* de todo um grupo e funcionam enquanto mecanismos aglutinantes, pois mudam-se os seus sentidos na medida em que muda a sua relação com as formações discursivas.

Não negamos que o discurso dos sindicatos sobre a formação das lideranças reflete a história da formação dos sindicatos brasileiros (Cap. 3), corporativista. E nem que neles também se instala a *contradição* que resulta da co-existência de regras presididas por uma ideologia de controle e disciplina, unificadora. E que, ao mesmo tempo, seus discursos se filiam a uma formação ideológica que apregoa “respeito à individualidade”, “o fortalecimento das instâncias horizontais”, etc.. Ainda assim, essas questões não invalidam a nossa hipótese sobre as diferentes condições de produção da relação sujeito/linguagem na escola e sindicatos. Relembrando uma vez mais Pêcheux, diríamos que, apesar desse processo de *reprodução* no interior das práticas corporatistas, tem-se ainda o espaço da *transformação*, pois, assim como a classe dominante assegura, pelo contato, a dominação, do mesmo modo a classe dominada, pelo contato, também faz esse papel. Tenta-se, no mesmo espaço de lutas, reverter o estado de coisas:

[...] função (dos sindicatos, partidos políticos no interior dos aparelhos ideológicos de Estado) subordinada, mas inevitável e, como tal, 'necessária', pela qual a classe dominante assegura o 'contato' e o 'diálogo' com o adversário de classe...
(Pêcheux, 1988:146)

É nesse espaço de lutas que a *contradição significa*. É nesse espaço da “igualdade” que mais se acentua a “diferença”. Assim, a *oralidade letrada* parece perfilada com o *seu* lugar: ao mesmo tempo igual e diferente.

O falar nos moldes da *instituição*, do legitimado, revela os modos de coerção em termos da relação do sujeito com a instituição e com a formação social em que está inserido. A questão que está em jogo no que se refere às relações de reprodução/transformação são as condições específicas da coerção e seus mecanismos específicos a cada instituição, dada também a especificidade de seus

objetivos. Os efeitos desses mecanismos estariam, basicamente, diferenciando a “instituição política” e a “instituição escola”, por exemplo.

Vimos que os sujeitos deixam entrever a sua vulnerabilidade enquanto *mediadores, porta-vozes* não escolarizados no processo de legitimação dos seus valores. Nesse processo, a *reprodução* constitutiva da *transformação* se realiza no mesmo espaço que se estabelece o contato necessário para o controle. Assim, sindicatos e instituições empresariais, estatais, convivem numa economia de trocas de interesses que vão delineando um processo - ora de predomínio de um lado, ora de outro, assim, co-existindo, simultaneamente, a *reprodução* e a *transformação*.

A *oralidade letrada* estaria, então, revelando a luta interna entre sindicalistas, pelos mesmos “princípios” ideológicos de transformação da relação de *desigualdade/subordinação* e por esses mesmos princípios na relação dos sindicalistas com o Estado, com as instituições empresariais, etc.. Observa-se o mesmo controle que o Estado tem exercido, ao longo da história dos sindicatos brasileiros, do mesmo modo também exercitado nas relações internas do sindicato.

O sindicato, como um campo político (tomado no sentido restrito do termo político) produz mecanismos de censura que limitam o universo do *dizível* e do *pensável* em razão do caráter diádico das suas relações (Bourdieu): há um controle sobre a relação do *porta-voz* com seus representados e com seus outros competidores institucionais. Os mecanismos coercitivos atuam, pois, não apenas no sentido de definir o universo contedístico do *dizível* e do *pensável* mas também incidem sobre o padrão de linguagem.

Vejam os uma definição de um estudo sobre sindicatos de um modo geral, em que se pode depreender os mecanismos coercitivos inerentes ao controle da estrutura institucional. No complexo de mecanismos de controle *corporatista*, que caracteriza os sindicatos brasileiros, o padrão da linguagem do *porta-voz* tem o seu lugar, como

observamos nos depoimentos do corpus desta análise. Schmitter (apud Rodrigues, 1990:56) define o *corporativismo* como:

“[...] um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas num número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (se não criadas) pelo Estado, às quais se outorga o monopólio de uma representação deliberada no interior das respectivas categorias em troca da observância de certos controles na seleção de seus líderes e na articulação de suas demandas e apoios”

Vê-se que o sistema de representação está regido pela “observância de certos controles na seleção de seus líderes” o que mostra a força institucional pela manutenção de seus valores arbitrados no processo de condução das lideranças. E, dado que, como vimos anteriormente, os sindicatos brasileiros são essencialmente corporatistas, essa afirmação parece autorizar-nos a considerar que a norma culta de linguagem é o espaço da luta pela conquista do monopólio da palavra representativa que a instituição legitima e que compõe o conjunto dos mecanismos de controle. No segmento abaixo, o Sr. Saulo reformula essa questão:

(45) *[...] quando eu vejo os outros, os outros companheiro porque a política partidária é uma coisa ... é bem fácil fazê a política partidária do que fazê a política sindical. A política sindical já é já é complicada ... por que complicada? porque existe vários vários termos aí, né, você tem que falá na linha da CUT, cê não pode sair fora da linha da CUT.*

Entr.: e falar na linha da CUT é:: você tem que dominá o quê?

- (46) *ce tem que dominá a língua, dominá :: a sua boca dominá o cérebro pra podê tá:: falando aquilo que você discutiu ontem lá*
- (47) *[...] na política sindical já num, é diferente. Você tem que seguir a lei à linha ali. Cê se reúne com com o grupo, então, o responsável, o coordenador passa prá prá você a linha que 'cê tem que 'cê tem que falá, então é complicado, 'cê num pode tirá da tua própria cabeça pra tá falando*
- (48) *[...] eu fico meio... 'cê num pode falá besteira, se ocê falá besteira ou qualquer coisa, você depois é corrigido e pode até sê expulso da própria diretoria, tá*

Entrev.: *que tipo de coisa eles corrigem?*

- (49) *agradecê, né, agradecê a aos componentes que nos, nos patrocinavam, né, e:: eu diria , ilustres companheiros, né, e na verdade 'cê vai falá ilustre eu falava ilustra*

Tem-se, nesses segmentos, corroborando as análises de cunho sociológico (Bourdieu 1992, Schmitter , Rodrigues, 1990) que os mecanismos coercitivos recaem, na estrutura do funcionamento sindical não apenas sobre o *conteúdo*, delimitando o universo do politicamente *dizível* e do *pensável*. A *forma* desse *dizível* acha-se também associada ao desempenho adequado em termos do poder retórico essencial à manutenção da posição que cabe ao agente defender para alcançar o referendun de seus representados. As palavras são, na verdade, uma espécie de aval da instituição.

Embora venhamos discordando das afirmações que colocam apenas a *reprodução* como processo estruturante, queremos ainda trazer algumas questões relativas ao controle exercido pela instituição sobre seus agentes com relação à

linguagem e sinalizar alguns aspectos do uso da *oralidade letrada* pela militância nas instituições políticas que possivelmente contribuam para um repensar das condições de ensino/aprendizagem de adultos. Algumas questões acham-se no cruzamento entre as questões do funcionamento objetivo, as questões de linguagem na relação com esse funcionamento estrutural das instituições e as condições de produção da linguagem específicas às instituições.

Acredito que o corporativismo estatal e sindical são questões relevantes ao exame da oralidade de lideranças não escolarizadas. Esses sujeitos atingem um padrão de linguagem de tal forma atravessado por formas típicas da escrita e de um discurso letrado, com incorporações de mecanismos de organização textual mais próxima do padrão de texto escrito, que a grande maioria dos cursos de alfabetização de adultos não consegue desenvolver, levando ao fracasso e à exclusão.

6.7 - A eloquência e o “falar bonito”: um modo de luta

A eloquência parece ser o caminho para a obtenção do efeito retórico pretendido na fala pública, o que responde ao atendimento à normatização, à qualificação exigida em programas de formação dos militantes. E essa é uma questão de tal modo incorporada pelos sujeitos, que eles não colocam resistência à imposição da *correção* do falar, exercitada no interior dos sindicatos, o que vem mostrar o modo de relação que estes estabelecem com a linguagem:

(50) *sem aplauso é a mesma coisa que ce tá falando sozinho*

(51) *... então existiu algumas coisas, né, então fui corrigido e tal, mas ‘rranquei bastante bastante aplauso fui muito bem conceituado como realmente presidente*

então aí você se sente quando quando 'çe tá falando que o pessoal aplaude então aí você se sente melhor ainda porque cê tá falando pra frente então aí eu a... visão minha /é o seguinte 'cê tá arrancando aplauso então você tá você tá tendo alguma coisa por detrás de você que cê possa cê pode falá mais coisas entendeu então aí sim agora quando não tem aplauso você se sente com três palavras você já fala você pensa eu tô falando já tô falando besteira então então aí vem aquela coisa de você realmente cai aí de quatro porque... você logo logo pensa pô eu num tenho estudo porque que eu tô falando aqui aí chega sobe uma outra pessoa que tem o estudo às vezes tá falando uma puta babaqueira é aplaudida, por que? Porque ele tem expressão pra poder falá. (grifos meus)

Vê-se então que as frases - “ .. as vezes tá falando uma puta babaqueira / é aplaudida / porque ele tem expressão pra poder falar” - mostram o vínculo que o sujeito estabelece entre o saber formal - legitimado enquanto prática institucional - e o efeito retórico, melhor obtido pela “*pessoa que tem o estudo*” . Tem-se a valorização da forma sobre o conteúdo.

Mas, acima desses valores, vê-se permeando nos depoimentos, parafraseada sob várias formas, como veremos adiante, que a eloquência, entendida aqui como o “*falar com emoção*”, predomina na avaliação do que se entende por “bom” desempenho do representante. Isso parece acenar para a perpetuação, no *imaginário social*, da imagem do líder *carismático* ainda associada ao exercício da força, da luta “corpo a corpo”, apesar da expectativa que se tem de esses fatores não terem mais lugar na sociedade tecnológica contemporânea.

Acreditamos que a *fala pública* ainda carrega a marca “daquilo que deve ser dito com veemência” para marcar a representatividade e a força de mobilização,

traços fundamentais na manutenção da liderança. Esses são vários aspectos que o sindicato trabalha na sua relação com a linguagem, enquanto espaço de lutas:

(52) *a única coisa que falta, que eu teria que eu tinha a.. o maior sonho meu, a maior vontade minha é subir num palanque, como eu já subi, sem microfone, tá, na empresa minha mesmo, fala pra quatrocentas, quinhentas, seiscentas pessoas.*⁴³

Ainda, com o objetivo de trazer um outro aspecto relevante da historicidade observada no discurso político e no discurso dos militantes de base cabe mencionar alguns pontos da perspectiva histórica weberiana acerca do processo de institucionalização militar, segundo a leitura de Dreifuss (1989: 27) a respeito das noções de *estado, poder e força*.

Para esse autor, Weber chega a descrever o processo de formação do Estado como sendo quase uma “decantação” da concentração dos meios de administração, comunicação, atendimento, transporte, policiamento e da guerra, ao longo dos tempos e num determinado espaço territorial. Considera como “pré-condições” do Estado moderno as sucessivas e entremeadas “sedimentações” dos embates e conflitos políticos, sociais, econômicos e militares e das lutas e influências recíprocas de cunho cultural e religioso, que formalizaram o moderno capitalismo europeu ocidental.

Observa-se nessas noções o conceito de Castoriadis (cap. 2) relativamente à *autonomização das instituições* e daí as formulações das regras das instituições políticas fundadas nesses valores. E assim poder-se-ia dizer que ainda persiste, mesmo nas formas pacíficas de conflito e luta dos agentes iniciantes políticos da classe pouco escolarizada, o caráter simbólico bélico obscurecido pelas instituições,

⁴³ “A fala pública” estará sendo discutida na seção: *A eloquência: um modo de luta* neste capítulo.

que regulamenta essa forma *pacífica* de conflito, de luta não ostensiva. Ainda que não havendo o exercício efetivo da violência, à função ou ao papel do líder próximo à base⁴⁴, acredito, associa-se esse caráter de luta *de fato*:

- (53) *mesmo que ele tando falando algumas coisas que é:: babaquice / () / as vezes a gente entende que aquilo não tem/ clareza prá tá falando aquilo / não há () falar aquilo / ele arranca aplauso / porque realmente ele:: / ele tá falando aquilo mas tá falando com emoção de dentro pra fora / ele tá transmitindo / o espírito dele a emoção dele prá:: / platéia / a platéia acha que aquilo / é:: / é coisa / van/vantajosa / nós temos aí clareza / com o próprio presidente FERnando Collor de Melo / que ganhou uma política / não foi realmente / uma política que ele ganhou foi / quando ele subiu em cima daquela própria:: da própria marquise / que ele () / e diZEN::do que tinha pessoas () /moLHA::do e tal abriu o peito prá quem quisesse atirá nele / então aquilo foi / aquilo / é realmente emoção..."*

Observamos nesse fragmento a sobrevalorização da *eloquência* - na recorrência do léxico *emoção* - mais valorizada do que o conteúdo do que se diz: *mesmo que ele tando falando algumas coisas que é babaquice*.

Na oposição que o sujeito estabelece entre - *não foi uma política que ele ganhou e foi quando ele subiu em cima daquela própria marquise* - o sujeito marca a força de mobilização centrada na *eloquência*, num sentido mais próximo de uma "luta corpo a corpo".

⁴⁴ Referimo-nos aos "líderes próximos à base" pois, nos nossos dados, pudemos observar uma diluição dessas práticas nas lideranças nos postos mais altos na hierarquia. Entretanto, ainda não dispomos de dados mais abrangentes que possa mostrar esse aspecto na dimensão do campo político em geral.

Para os iniciantes essa valorização da eloquência sobre os demais fatores que compõem a complexidade do campo político talvez se dê provavelmente porque a aquisição do conteúdo/conhecimento formal seja um objetivo mais distante a ser atingido do que o efeito de uma fala “com emoção”. Isso nos leva às formulações de Weber, a respeito da prática política de massa:

toda a luta e todas as formas de disputa típicas e de massa conduzem, em geral, e não obstante a possibilidade de intervenção da fortuna ou do azar, a uma seleção dos que possuem em maior medida as condições pessoais exigidas medianamente para o triunfo. (Weber, apud Dreifuss, 1993:62)

Assim, o triunfo, o aplauso que mostra o sucesso, a persuasão, o convencimento que mobilizam são também conquistados pela *eloquência*. A meu ver, essas considerações estariam significando que não importa o *objeto* em si mesmo acerca dos quais se trava a luta mas os meios dos quais se valem os líderes para travar a luta e atingir o objetivo que é a mobilização das massas:

Quais serão essas qualidades - se a força física ou a astúcia sem escrúpulos, se a intensidade do sentimento espiritual ou os meros pulmões e técnicas demagógicas, se a devoção aos chefes ou a adulação das massas, se a originalidade criadora ou a facilidade de adaptação social, se qualidades extraordinárias ou qualidades medíocres - é coisa que só será definida a partir das condições da disputa, entre as quais (à parte todas as possíveis qualidades, tanto individuais como coletivas) aqueles comandos pelos quais a conduta, seja a tradicional, seja a racional - em atenção aos fins ou em atenção aos valores - se orienta na luta. Cada uma delas exercerá influência sobre as possibilidades da seleção social” (Weber, apud Dreifuss 1993:62).

E a seleção das lideranças institucionais mais próximas da base sindical parece orientada por critérios que levam em conta qualidades individuais que respondem à expectativa da luta física, de confronto efetivo:

- (54) *então ele tem pulso, ele ele também não tem um estudo assim (vamo dize) um estudo grande não sei até/ até que altura que ele foi no estudo dele mas ele não é burro ele é um cara inteligente é um cara saibo, entendeu, mas é um cara que tem uma experiência política muito muito grande eu admiro ele admiro bastante ele, né, então o pessoal aplaude, acha que ele tem pique prá isso eu também teria vontade (prá isso), sinceramente seria o maior sonho meu chegá assim no público dizê, falá ...*

Na descrição da psicodinâmica da oralidade, Ong (1982) afirma que nas culturas orais ou residualmente orais, as narrativas se mostram em um tom agonístico⁴⁵, marcadas por descrições entusiásticas de violência física, centrais no gênero épico e outros na literatura ancestral e, na medida em que essa literatura se torna mais letrada, vão se tornando periféricas.

A análise dos dados indica haver uma tendência nesse sentido. Observam-se expressões de violência física mais ostensivas nos discursos de sujeitos mais próximos à base ou em *iniciação* na política institucional enquanto que em outros, com um exercício mais regular na prática burocrática, essas manifestações são menos frequentes e mais sutis.

Vejamus uma situação descrita por um outro entrevistado, hierarquicamente superior ao sujeito acima, o qual relata a forma pela qual se deu sua escolha como representante de um grupo de trabalhadores na instituição sindical. Observe-se a

⁴⁵ O termo *agonístico* foi traduzido do inglês "agonistic", definido no *Novo Dicionário Aurélio* (Nova Fronteira, 1a. Edição, 14a. impressão) como: "1. relativo à agonística. 2. Relativo à luta, em particular à luta pela vida. 3. Filos. Diz-se das doutrinas favoráveis à luta por nela verem o instrumento do progresso".

repetição - como reformulação - do imaginário discursivo - da palavra *medo*. É a demarcação da fronteira, do confronto:

- (55) ... aí eu comecei a sentir que o pessoal tinha **medo** do patrão fazia faz com que até hoje ele faz com que os os os empregado dele tenha **medo** dele, tá, e eu como já num tinha **medo** mesmo e prá mim num aprendi a dirigi na C. e na B. [empresas de ônibus] eu comecei a **briGÁ** / pelo meu salário, né, e aí os **trabalhador confiaram ne mim**, tá, falô não você tem que **brigá por nós** também aí, várias vezes durante esses dois anos eu '**cabei defendendo** nem só o meu salário como defendi o salário deles também" (grifos meus)

Mesmo que de um modo mais velado, mais sutil e menos ostensivo, a demonstração da força física também se manifesta no discurso desse sujeito com maior grau de escolarização e com presença mais regular no trabalho burocrático do sindicato. A associação desses traços à concepção de *representatividade* observa-se na recorrência lexical - *medo, brigá, defendê e os trabalhador confiaram ne mim*.

A passagem abaixo, enunciada em tom agonístico explícito, parece obter um forte efeito retórico. Observe-se que o articulista do jornal *Voz da Unidade* (1983) emprega o adjetivo *nítida* - talvez significando *ostensiva* ou *bélica*, ao comentar a fala de um sindicalista durante uma assembléia:

- (56) Na defesa do artigo oitavo, a mais '*nítida*' foi do diretor afastado do Sindicato dos Bancários de São Paulo, acusando aqueles que '*se posicionaram contra o artigo oitavo do regimento*' de '*quererem impedir a participação ampla da classe trabalhadora no nosso congresso, e na verdade querem boicotar a realização da CONCLAT. E ameaçou: 'Se vocês querem impedir esses trabalhadores de participar, não tenham*

nenhuma dúvida de que eles virão, e entrarão, nem que seja na porrada” (apud Gianotti, 1990:40, grifo meu).

Ong (1982) afirma que a escrita favorece a abstração que dissocia o conhecimento da arena onde os seres humanos lutam uns com os outros, separando o conhecedor do conhecido, diferentemente do que ocorre com as culturas orais que situam o conhecimento dentro de um contexto de luta, dentro do mundo social. Os dados deste trabalho, como veremos no Cap. 7, mostram que mesmo os sujeitos que manifestam esses aspectos - a ostensão da força - de forma explícita, também manifestam uma consciência metalingüística, o que, a meu ver, reflete uma dissociação do objeto, uma prática de abstração, o que vem, portanto, contrariar as concepções do mito do letramento a respeito do desenvolvimento cognitivo.

A demonstração de força física parece estar associada aos efeitos que se quer produzir na/pela linguagem enquanto espaço de lutas por uma mudança na posição social, o que vem reforçar a análise discursiva da *contradição* como processo de *transformação* que integra aspectos sócio-histórico e ideológicos, como vimos propondo.

No caso das formulações que evocam o *falar bonito* como fundamental ao desempenho do líder parece haver uma cumplicidade com as regras institucionais. Essa cumplicidade mostra um aspecto - a força social - que produz a *contradição*. A cumplicidade com o instituído tanto satisfaz às expectativas daqueles que delegaram o poder de representação pelo uso da forma de prestígio como manifestação de poder, como também satisfaz, por consequência, o interesse do representante na manutenção de seus privilégios.

Assim, o “*falar bonito*”, principalmente para os *iniciantes* parece ter um *valor simbólico* que, a meu ver, constitui o *significante* cujo *significado* é o conceito de

representatividade enquanto manutenção/simbolização de poder. Nesse sentido, “*o falar bonito*”, “*o falar com emoção*” simbolizam as qualidades esperadas de um líder, que lhe conferem legitimidade e lhe asseguram o poder pelo efeitos da fala na mobilização do grupo do qual dependem o líder e a instituição.

Esses valores fazem com que o *porta-voz*, face a um eventual “fracasso” ou não atendimento às expectativas esperadas pelos outros da mesma instituição dos quais é *porta-voz legítimo*, silencie ou “fique neutro”, como se pode observar no segmento (57) abaixo. Isso estaria próximo ao que se observa nas práticas escolares. Entretanto, o que também fica clara é a incorporação do uso da linguagem, constitutivo de suas práticas, vitais na luta de classes que atua como efeito motivador para a busca da correção:

- (57) *Tê clareza política é isso que é a clareza política ‘cê tem que tê se você num tem ‘cê num tem memória boa ‘cê num tem estudo bão, tá, pra você tá tá ali falando então ‘ocê tem que ficá quieto, ‘cê tem que ficá neutro a posição minha que eu me sinto tá eu fico meio ‘cê num pode falá besteira se ‘ocê fala besteira ou qualquer coisa você depois é corrigido e pode até ser expulso da própria diretoria ... (grifos meus)*

Os segmentos “*tê clareza política, cê num pode falá besteira / se ‘ocê falá besteira / ou qualquer coisa / você depois é corrigido*” “*foi / um discurso rápido e meio / meio caipira lá / muitas palavras errada / que o discurso foi realmente corrigido pelos próprios companheiro*” mostram os mecanismos de censura sobre o *dizível* e sobre a *forma*.

O segmento “*tê clareza política*” parece indicar a percepção desse sujeito relativamente ao funcionamento do campo político, às implicações das suas tomadas de posição, o lugar da linguagem do *Outro* e o seu lugar enquanto sujeito da sua linguagem nesse processo. E, essa percepção revela as *antecipações* (Pêcheux 1988)

vis-à-vis as conseqüências dos efeitos de sua tomada de posição, na e pela sua linguagem o que inclui a *forma* como estratégia retórica.

No segmento seguinte co-ocorrem na reformulação intradiscursiva, conceitos que permitem observar a concepção de linguagem desse sujeito. Vê-se a valorização da linguagem padrão, de certo modo relativizada - *ele não tem estudo também / ele não sabe escrevê / tá / ele não sabe escrevê é uma / uma falha / mas ele tem um espírito político*, e a prática política associada ao efeito retórico de sua linguagem. Isso parece mostrar o lugar em que esse sujeito situa o *sujeito político* - aquele que reúne, na sua prática discursiva - um conjunto de valores nos quais a linguagem prevalece como o elemento aglutinante, orientador da junção desses valores - seja ela adquirida na escola ou na prática política:

- (58) ... o B. é um companheiro em que ele *ele não tem estudo também ele não sabe escrevê tá ele não sabe escrevê é uma uma falha mas ele tem um espírito político ele tem uma prática eu tenho inveja quando eu vejo o B. pegá o som e falá porque o B. fala muito bem no som é muito bem aplaudido, tá, é muito conceituado no seio da própria categoria é um companheiro que tem uma grande liderança na rua é respeitado apesar que ele não aproveita muito também o espaço que ele tem né mas se eu falasse a metade do que o B. fala eu não teria medo nenhum sabe de tá ali discutindo e falando qualquer coisa.*
(Sr. Saulo) (grifos meus)

Assim, o *falar bonito* não configura uma prática esvaziada, tomada em si mesma, distante do seu universo discursivo. No exercício da linguagem, tanto a linguagem como o *porta-voz* participam, numa relação de mútua constituição. Pode-se propor que a militância política enquanto tal reúne as condições para o

desenvolvimento de uma consciência metaenunciativa, fundamentais para o desempenho político do militante.

Muito embora os temas se apresentem articulados de modo a serem entendidos como a expressão de uma contradição, observa-se que a compreensão da complexidade da estrutura do campo político não é colocada em questão. O que se questiona é a legitimidade de sua representatividade baseada na valoração da linguagem enquanto saber advindo da formação escolar: *a leitura pro sindicato é você falar bem, pra um certo respeito*. O que esse discurso deixa entrever é a *tomada de posição* do sujeito enquanto *enunciador* não letrado. E como tal, ele situa seu dizer no complexo das relações sociais. A articulação política e a compreensão das diferentes posições dos agentes políticos não estão vinculadas ao saber formal/escolarizado tão somente, mas ao *uso* do falar padrão, pela legitimidade que lhe é atribuída pela dominação:

- (59) *eu tenho certeza comigo se eu ... falasse bem e tivesse um estudo hoje, não precisaria tá lá no:: sétimo não, podia ter terminado a quinta série, eu não teria medo de enfrentá qualquer dirigente, qualquer político não, os políticos daí de cima aí da classe média, eu não teria medo de:: totalmente enfrentá. (Sr. Saulo) (grifos meus)*

Portanto, voltamos ao cerne da questão. Ela reside na vulnerabilidade do *porta-voz* e não se acha vinculada, portanto, à falta de conhecimento escolar/formal.

A escola não favorece a convivência com a linguagem inserida como uma prática social, política e ideológica. Nela, os adultos não escolarizados não se acham numa relação com os demais enquanto um grupo que se unifica para a obtenção de poder, de mobilização enquanto grupo. A batalha verbal que ocorre na escola mostra uma resistência à imposição dos mecanismos institucionais e dá-se entre sujeitos e

instituição não entre comunidades discursivas - letrados e não letrados. A fala - na instituição política - é um dos instrumentos de luta. Na escola, é a marca do desempenho individual cognitivo que está em jogo. Suas regras institucionais trazem como evidência do legítimo as diferenças individuais produzidas pela escrita. Diante dessa *objetivização* que não se ajusta às diferenças, a fala do aprendiz adulto acaba se tornando o lugar do silêncio. O aprendiz adulto não ocupa o seu lugar no espaço que seria o *seu* espaço de lutas para reverter o lugar do legítimo. A escola não tem interesse na negociação com os não escolarizados, pois sua sobrevivência institucional depende da relação corporatista que se mantém no seu interior e não depende da relação entre esses alunos e os outros que constituem seu grupo. Na verdade, os analfabetos adultos não são vistos enquanto grupo, mas enquanto indivíduos defasados, já excluídos. E assim a instituição continua a *reprodução* de suas práticas objetivizadas, num processo contínuo de exclusão.

CAPÍTULO 7

O PROCESSO HEURÍSTICO DE BUSCA DE UM PADRÃO DE CORREÇÃO

*“Veja bem quanto é duro a nossa luta, nós precisamos ter a linguagem mais humilde
e ter a linguagem também para poliglota.”*
Sindicalista.

7.1 - Introdução

Vimos traçando um percurso de análise no qual pudemos observar os militantes não escolarizados em processo de *contradição/transformação*, demarcando os limites de suas posições na relação de *identificação* com diferentes formações discursivas. Pudemos depreender que a *denúncia*, um dos lugares de constituição desses sujeitos, revela o reconhecimento do lugar em que eles se posicionam e *são* posicionados na sociedade letrada. Daí a linguagem trabalhar, *transformar* os princípios arbitrários de categorização social.

Esses deslocamentos, em que os sujeitos se mostram desocultando as bases em que se funda a “legitimidade” do instituído deixam pistas na materialidade discursiva revelando o sujeito num processo de especularidade em que busca descobrir os lugares onde se alojam as diferenças entre o *seu* falar e o do Outro. Há tentativas de incorporação da fala do outro não enquanto um processo de reprodução como um fim em si mesmo, mas como parte do processo de transformação da relação de *desigualdade/subordinação*.

Do ponto de vista estrutural da linguagem (Bourdieu 1992), os fenômenos como a hipercorreção, a disfluência, a incorporação de novos léxicos, dentre outros são descritos como indícios de uma classe dividida contra ela mesma, cujos membros estariam buscando produzir expressões lingüísticas para sustentar as marcas de um *habitus* lingüístico diferente para obtenção de poder simbólico. Essa interpretação assemelha-se ao que se tem usualmente comentado na imprensa como “os erros do sindicalês”.

Há, sem dúvida, um processo de *reprodução* (Bourdieu & Passeron, 1972) da fala do outro. Todavia, conforme vimos discutindo, a concepção de linguagem que norteia este trabalho faz-nos ver esses fenômenos na sua relação com o sujeito e a exterioridade, com o contexto sócio-histórico e ideológico. E assim, fenômenos como a incorporação de itens lexicais, repetição, hipercorreção, etc. não são por nós entendidos como representativos de uma classe dividida contra ela mesma mas, ao contrário, são fatos de linguagem que integram, identificam toda uma classe social em *transformação*.

Vimos que as condições de produção do discurso político sindical dão-se de modo a possibilitar ao sujeito distanciar-se da linguagem, observando-a como parte da sua prática política.

Apesar de o sistema da instituição política ser coercitivo, no sentido de impor normas para as práticas políticas como um todo, nas quais se inclui a linguagem, esses mecanismos de coerção produzem diferentes efeitos, comparativamente à escola. A instituição política impõe medidas de “avaliação” que têm por objetivo medir os efeitos de mobilização e de adesão de seus discursos sobre os representados, o que significa um controle sobre a linguagem do *porta-voz*. Ao contrário das condições da prática da linguagem na escola, as condições de produção do discurso político colocam esses sujeitos num distanciamento em relação à sua

própria linguagem, que os torna observadores do funcionamento do seu falar e do falar do outro, incluindo o *modo* do seu dizer no conjunto das metas políticas a atingir.

Dessa forma, estaremos complementando nossa análise apontando alguns exemplos de mecanismos que constituem *pistas* do sujeito enquanto observador da linguagem, no seu processo de aprendizagem na sua relação com o(s) Outro(s) discursivos. Assim, a análise da “*língua enquanto fenômeno integral concreto*” (Bakhtin 1981, apud De Lemos 1994:41) vem reforçar a nossa hipótese do sujeito em *transformação* socio-histórica e ideológica mostrada na / pela linguagem, perspectiva essa também apoiada em Bakhtin, segundo o qual, “*tanto na convivência, em um mesmo texto, de estilos diferentes ou de dialetos, quanto em uma palavra isolada, pode-se reconhecer um diálogo, desde que se entenda estilo, dialeto e palavra como “representando a posição interpretativa de um outro”*” (De Lemos, 1994:40).

Ressalto que seria incompatível com essa concepção de linguagem que vimos adotando propor-se uma sistematicidade de fatos, uma análise exaustiva para caracterizar a oralidade desses sujeitos pois seria postular-se contra a articulação sujeito/linguagem / exterioridade que defendemos.

Vimos na análise discursiva que os deslocamentos entre diferentes formações discursivas produzem um efeito retórico de estranhamento. Por exemplo, Signorini considera, a partir da fala de representantes de comunidade inseridos numa prática legislativa concreta, que sujeitos não escolarizados mostram um esforço “em vão” (1997) na produção de uma fala legitimada, deixando-os à margem de uma tipificação discursiva - “*nem analfabeto, nem letrado mas também tanto analfabeto quanto letrado*”.

Certamente esses sujeitos apesar de dominarem os jargões da prática política e burocrática, acham-se em meio a uma linguagem que oscila entre o domínio da norma e as variáveis sociais. É justamente por estarem nessas oscilações, de um lado e de outro, que eles se mostram num momento tal de observação de sua linguagem, que o contato sistemático com a escrita, sob outras condições que não as que se têm exercitado na escola, provocaria um novo incitamento, um novo impulso às suas práticas, deixando-os capazes de definir seus caminhos.

Parece-nos claro que a escrita teria, nesse momento do processo, uma função decisiva pois, para que eles se desloquem dessa margem, estando em processo de exame de suas práticas, é a prática da *leitura* que lhes falta. Falta-lhes o “código” pois as questões de funcionamento discursivo, estas a prática política já lhes forneceu.

Estudos que situam esses falares como caricaturais, como o “sindicalês”, conforme vimos, consideram o uso desses jargões e expressões dessa prática como uma “fala de gueto”, idiossincrática, centrada no próprio falante que fala apenas para si mesmo. Como temos discutido, ao contrário, é na instância concreta lingüística que se instaura a fala dialógica de “relação de mútua determinação em que o *eu* se constitui através do outro e como *Outro* do outro” (Bakhtin, apud De Lemos, *ibid*: 40).

Nessa concretude, os mecanismos internos de organização textual constituem índices de um processo de aprendizagem da língua padrão que os não politizados não conseguem desenvolver. Esses sujeitos mostram-se num processo de “escrita” e “reescrita de seus textos”, deixando marcas nítidas desse processo. Essas pistas mostram a presença do outro com quem ele dialoga - com a dominação, os letrados, como já discutimos, o que não significa que os discursos dos letrados sejam monológicos. Os letrados, na sua historicidade, têm *modos* de se apropriar do

discurso do outro e de “digerí-los”, o que faz com que a superfície se apresente homogênea.

O militante vai delimitando o *seu* espaço discursivo, fazendo a sua história na *contradição* desse modo - às vezes letrado, às vezes no meio do caminho:

- (60) [...] *é, vamos dizer assim, uma dedicação de uma hora, duas hora, um dia, dois dia, ... em prol do menos favorecido. Quando, por alguma vez pareceu alguém que quis falá em dinheiro, eu acordei a mente dele e falei companheiro, aqui não é uma firma, aqui não é uma entidade lucrativa, aqui é uma entidade sem fins lucrativos com o objetivo é servir a população mais carente...*

Assim como os jargões, as *incorporações* lexicais de nomes da prática escrita talvez produzam mais acentuadamente o efeito de “estranhamento” ao observador comum:

- (61) *então, se a gente for fazer uma **respectiva** no geral da administração política, meu Deus do céu, é decepcionante!* (Sr. Romeu)
- (62) *é muito fácil colocar dessa maneira pelo seguinte... se nós analisarmos, por exemplo, hoje a situação econômica do país ... tendo em vista as pessoas que estão na linha de frente nos representando, aí fica um **incógna**, né, fica aquela pergunta no ar por que que está dando certo?* (Sr. Romeu)

A incorporação lexical observada nesses exemplos (61) e (62) levam-nos a admitir que há incorporações de itens lexicais que não “desestabilizam” a estrutura sintática e nem provocam rupturas, hesitações ou pausas. Com isso queremos sugerir que incorporações como essas não garantem que nesses casos esteja havendo um

reconhecimento por parte do falante de que se trata de formas inaceitáveis para o falar padrão, o que significa uma relação de não reflexividade com a linguagem.

Entretanto, há casos nítidos de incorporações que desestabilizam a estrutura sintática que mostram o sujeito rearranjando, produzindo ajustes nessa estrutura, decorrentes de inserções da fala do outro, tentativas de minimizar suas diferenças.

Diríamos, que há uma apropriação do falar alheio (Bakhtin) e esse apropriação. Entretanto, insistimos, não significa apenas um *processo de reprodução* que se esgota nele mesmo, como quer a maioria dos estudos sobre incorporações.

7.2 - O processo de espelhamento

Vários mecanismos de aprendizagem emergem desse processo de especularidade: os jargões, a incorporação de itens lexicais, a hipercorreção, os advérbios de modo.

7.2.1 - A incorporação lexical

Os jargões são o modo mais evidente da incorporação lexical. Observamos que são incorporados, na sua grande maioria, integralmente, como um “bloco cristalizado” do discurso *político*, sem que a estrutura sintática ofereça resistência para sua acomodação, sendo notáveis as concordâncias verbal e nominal.

Os sujeitos mais próximos à base parecem empregar um conjunto mais limitado de jargões cujas concordâncias de gênero e número e regência verbal da forma padrão são enunciadas, quase que invariavelmente, segundo a norma. Quase não se observam “erros” gramaticais nesses blocos, levando a crer que o sujeito incorpora o bloco como um todo:

- (63) *o objetivo do sindicato é lutar pelo direito dos trabalhadores*
- (64) *lutar pela defesa dos direitos dos trabalhadores*
- (65) *o sindicalista tem que consultar as bases*

Não se pode garantir que a rigidez gramatical do uso dos jargões seja resultado de um uso “reflexivo” mostrando os sujeitos atentos ao funcionamento dos mecanismos microestruturais. Os jargões são incorporados pela identificação com o discurso de uma categoria, de uma classe. Entretanto, os dados seguintes nos fornecem subsídios para apoiar a hipótese de que esses sujeitos acham-se em processo de especularidade quanto às microrrelações estruturais.

Verificamos que há inserções que parecem “desestabilizar” a organização estrutural da linguagem desses sujeitos. Dentre vários mecanismos observados, a *repetição* de itens lexicais imediatamente após serem enunciados pelo interlocutor letrado provoca uma “desestabilização” da estrutura sintática, pois o *habitus lingüístico* do sujeito não consegue sustentar provocando movimentos de ajustes já referidos.

7.2.2 - A incorporação lexical por repetição imediata

A repetição é definida na lingüística textual como uma das estratégias mais presentes de formulação textual (Marcuschi, 1996; Koch e Silva, 1996; Koch et alii (1990). Marcuschi, a partir de uma análise da perspectiva textual-interativa, afirma que:

na fala, os padrões sintáticos têm íntima relação com os padrões interacionais, de modo que certas propriedades sintáticas de superfície são controladas ao nível discursivo em função de propostas comunicativas. Mas as ações interativas

são geradas no fluxo de padrões sintáticos em andamento, que operam como base sobretudo para a coesividade, a continuidade tópica, a compreensão, a interação e a argumentação. A repetição não é um descontinuador textual, mas uma estratégia de composição do texto e condição do tópico discursivo. (Marcuschi, 1996:96)

Nos estudos do português falado, segundo o autor, estima-se que haja cerca de 50 tipos de repetição, “sem contar as fonológicas e morfológicas” (ibid:101), para os quais postula-se uma divisão em duas classes: a *auto-repetição* e a *heterorrepetição*. A primeira é predominante, abrangendo 80% das ocorrências, o que suscita a hipótese de que:

[...] as repetições não constituem a estratégia mais usada para a promoção do envolvimento interpessoal.(ibid:98)

Assim, as repetições teriam um papel mais de organizador textual, de organizador do argumento do que de um mecanismo de interação interpessoal. Seriam operadores de coesividade, de continuidade e de topicalização. No papel de organizador textual, as repetições, segundo Koch (1989) estão entre as estratégias mais utilizadas sobretudo para a coesão seqüencial.

Entretanto, nas repetições lexicais observadas nos discursos dos sujeitos de nossa análise, alguns aspectos parecem contrariar o que se tem observado relativamente às *repetições*. As *heterorrepetições* têm um índice baixo de ocorrência na oralidade padrão (Marcuschi 96). Entretanto, observamos muitas ocorrências de *heterorrepetições* que causaram rupturas, comprometendo a coesão seqüencial, não funcionando como operadores de coesão seqüencial. O sujeito não conseguiu manter a estrutura iniciada pela repetição espelhada na fala de seu interlocutor. Portanto, ao invés de figurar como um operador de coesividade, elas

parecem ter desencadeado reformulações parafrásticas para os ajustes necessários à continuidade da sequência:

- (66) *Entrev.:* o que **representa**, para a empresa, **o efeito da greve?**
- (67) *para a empresa representa ... [porque já que ela vê que o trabalhador tá aderindo, todo trabalhador tá aderindo pra greve ... aí a empresa fica fica que num aguenta ... porque a empresa num aguenta ficar treis nem quatro dia parado porque é] prejuízo pra empresa*

Observa-se que a reformulação estrutural dá-se não por desconhecimento do significado lexical; não há inconsistência semântica, pois a sequência contempla elementos estruturais suficientes para uma argumentação coerente. A desestabilização da estrutura sintática interrompida é reformulada por paráfrases. E isso parece corresponder ao que Halliday descreve como *processos gramaticais metafóricos* da escrita. Segundo o autor, trata-se do uso de uma *metáfora gramatical* que ocorre porque estruturas sintáticas com nominalizações escondem as relações clausais contidas, implícitas na nominalização:

[...] nominal constructions fail to make explicit any of the semantic relations that are made explicit in clause structure. Written discourse conceals many local ambiguities of this kind, which are revealed when one attempts a more “spoken” paraphrase” ⁴⁶(Halliday, 1987:76)

Assim, as nominalizações contêm um conjunto de informação lexical nas relações clausais implícitas, o que favorece ambigüidades, discursos mais

⁴⁶ [...] construções nominais falham na explicitação de quaisquer relações semânticas que se acham explícitas na estrutura clausal. Os discursos escritos encobrem muitas ambigüidades desse tipo, que são reveladas ao tentar-se uma paráfrase “mais oral”.

“obscuros”, que então dependem mais das relações semânticas elaboradas no próprio texto e não do contexto situacional. As nominalizações ostentam um potencial para estruturas estendidas - a *denominalização* - justamente por abrigar relações clausais e portanto, muitas informações. A *denominalização* consiste no desdobramento da complexidade semântica potencial, ou seja, daquilo que pode estar contido na forma sintética da *nominalização*. E esse potencial para a *denominalização* faz com que ela tenha um papel significativo nas metáforas gramaticais (assim como ocorre também com a passiva). Dado, ainda, que em geral referem-se a conceitos (nomes abstratos), a nominalizações, assim como a passiva, são consideradas mais típicas da escrita.

Essa alternância - *nominalização/denominalização* está relacionada, segundo Halliday, a uma tendência de uso de metáforas sintáticas típicas da escrita, que aglutinam numa estrutura aquilo que é representado sequencialmente, refletindo a ordem temporal expressa por várias estruturas (várias relações clausais) na oralidade. Por exemplo, a seqüência “*Os alunos resolvem os exercícios, daí comentam os resultados*” é geralmente transformada em “*a resolução dos exercícios gerou comentários dos alunos*”.

No caso do exemplo (67) acima, o sujeito tentou produzir “*para a empresa representa⁴⁷ prejuízo*”, que seria a forma nominalizada das relações clausais - *os trabalhadores entram em greve, a empresa tem prejuízo, a greve representa prejuízo para a empresa*.

⁴⁷ *Representar* no sentido de “simbolizar”, com sujeito inativo expreso requer um nome abstrato, segundo Francisco da Silva Borba, Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil (2a. edição - Editora Unesp, p. 1166).

Consideramos a nominalização como o mecanismo predominante do processo de incorporação, seja pela repetição imediata da fala do outro, seja pela incorporação de itens lexicais identificados com o discurso político:

- (68) *Eu era um cara que tinha muita ... era muito representado, representava muita gente*

Como se pode observar, não se trata de uma interrupção provocada por desconhecimento do significado lexical. Há um nítido movimento de ajuste, de preenchimento do lugar deixado pela tentativa de uso de uma nominalização - *representatividade*. O que é particularmente interessante observar é que o sujeito descreve um processo heurístico para reformular a nominalização, fazendo um percurso pela estrutura sintática em que mostra as relações clausais nas vozes ativa e passiva - *representava, representado* - para processar o ajuste semântico. Há, pois, um claro ajuste do léxico à estrutura. Esse ajuste representa um modo parafraseado da *nominalização* - “representatividade” que, como no exemplo (68) trata-se do uso de uma *metáfora gramatical*. Vimos que a passiva é uma estrutura típica da escrita figura nesse percurso de ajuste. A *metáfora gramatical* mostra o sujeito “formulando hipóteses”, denominando o léxico.

Como postula Halliday (1987), os discursos - seja oral ou escrito - podem ser caracterizados pelas hesitações, revisões, mudança de direção e outros traços. Segundo ele, isso ocorre quando se está atento ao processo de produção textual, o que o leva a propor que os discursos escritos são altamente “monitorados” no sentido de serem ajustados, re-arranjados, revistos. Na oralidade, porém, são processados sob a forma de hesitações, interrupções, fragmentações, dentre outros fenômenos. Mas, o que nos interessa mostrar a respeito das interrupções é que os exemplos que observamos são evidências de momentos nítidos de um trabalho com a linguagem

em que as inserções lexicais resultam de um espelhamento da linguagem do Outro e dos efeitos que ela exerce sobre a própria fala. Daí a alta recorrência de repetições que desestruturam, desestabilizam, produzem reformulações.

Uma questão relevante nesse sentido é observar que esses sujeitos mostram um conhecimento do significado desses léxicos que buscam incorporar. A repousa na organização sentencial, mais do que textual ou semântica. O conhecimento do significado do léxico (o sentido que o sujeito quer reformular) permite que o sujeito se empreenda nesse caminho, mostrando-se num momento de distanciamento de seu objeto, como observador do funcionamento estrutural da linguagem do outro. Uma vez traído pela sua prática, ele tenta outros caminhos para fazer sentido, reconduzindo seus argumentos e reconstruindo a estrutura de um *modo* mais próximo de seus domínios.

7.2.3 - A repetição fonológica

A incorporação evidencia-se também no componente fonológico. E dá-se também por *heterorrepetição*:

(69) *Eu cunheço as leis, as leis eu cunheço.*

Como é que você chegou a conhecer as leis?

Eu cheguei a conhecer as leis é o seguinte...

O sujeito vinha regularmente pronunciando cunheço. Em uma enunciação ele apaga essa sua marca dialetal/regional cu (u-fechado, típico do nordeste) e reproduz exatamente a forma conheço tal qual pronunciada pelo seu interlocutor:

Convém notar que a pronúncia de *conhecer* [conhecer] com a vogal [o] fechada apenas ocorreu nesse segmento, em outros a variável regional se manteve. O dialeto nordestino não significa apenas uma marca regional, mas um dos traços da fala da grande massa de trabalhadores braçais da região industrializada do sudeste do Estado de São Paulo. Daí, talvez, o apagamento de um traço que estaria marcando uma diferença social.

7.3 - *O distanciamento, o olhar de fora*

7.3.1 - *A correção “tardia”*

Além desse processo de espelhamento, há vários outros que mostram o sujeito num processo de controle de sua produção, ou seja, engajado num processo reflexivo sobre o funcionamento da linguagem, utilizando estratégias de organização da fala no nível da frase e do texto.

Embora tenhamos observado que os jargões e os blocos cristalizados como “o objetivo do sindicato é lutar pelos direitos dos trabalhadores” são incorporados, na sua maioria, obedecendo-se ao mesmo uso de regras de concordância normativa, quando da incorporação de itens lexicais dos discursos burocrático ou político a concordância é menos freqüente. Entretanto, verificamos fatos particularmente interessantes que denominados “*correção tardia*”, que nos parecem indicativos do processo de distanciamento da linguagem, da sua observação enquanto objeto de análise. Vejamos um exemplo de “*correção tardia*” da concordância verbal:

- (70) *Quando tem uma pessoa que defende o direito do trabalhador eles castiga... m o sindicalista mesmo, não tenha dúvida que castiga, né, as empresa*

Nota-se que o sujeito produz uma nasalização “m” completando a palavra, fazendo a concordância verbal com o sujeito, plural, depois de uma breve pausa.

Já no exemplo abaixo, ela se ocorre na correção da concordância de número. O substantivo é corrigido também após uma breve interrupção, uma pausa:

(71) *Fui eleito diretor do sindicato dos trabalhado ... res*

Esses mecanismos são indicativos da relação do sujeito enquanto observador da *sua* linguagem e da linguagem do outro como o padrão a ser incorporado, mostrando-o num processo de aprendizagem do sistema da língua padrão.

7.3.2 - Advérbios em -mente. A marca de um falar erudito?

Os advérbios também compõem o grupo dos mecanismos que mais refletem a busca pelas diferenças da fala do outro. Especialmente os advérbios de *modo*, em -mente são usados com uma frequência bastante significativa. Um dos sujeitos, Sr. Saulo usou 64 advérbios em -mente, durante a entrevista de 60 minutos⁴⁸: *realmente* (58), *claramente* (2), *completamente* (1), *totalmente* (1), *difícilmente* (1) e *rigorosamente* (1).

A questão, entretanto, não se situa na quantidade de uso desses advérbios. Esse é um aspecto de relevância relativa pois advérbios de modo em “mente” podem funcionar apenas como um “marcador discursivo” (Castilho 1990; Tarallo, 1990) e é comum observar esse uso na oralidade, de um modo geral. Entretanto, o que nos

⁴⁸ Os números entre parênteses referem-se à quantidade de ocorrências daquele léxico.

parece significativo é observar o uso, desses advérbios em posição descrita como “não típica” do português falado, conforme “A Gramática do Português Falado”:

Somos assim levados a concluir que a posição dos advérbios em português falado é extremamente regular. Tudo aquilo que pudemos observar em nossa análise dos advérbios contradiz a crença de que a língua falada é anárquica, opondo-se a uma língua escrita perfeitamente regrada.” (Tarallo, 1990:133)

As posições mais *regulares* relativamente aos advérbios em *-mente*, são as posições pré e pós-verbais:

O exame do corpus mostra que a posição predominante para os advérbio (modalizadores em -mente) é uma posição periférica na oração. Mais do que isso, que essa posição é a inicial, e em bem menor número de casos, a final.

Nota-se, nos exemplos abaixo, uma ocorrência *medial*, o que contraria essa regularidade:

- (72) *Fui muito bem conceituado como **realmente** presidente.*
- (73) *Eu fui **realmente** corrigido*
- (74) *Eu vim **realmente** trabalhando*
- (75) *Vale muito mais a experiência do que **realmente** a gramática*
- (76) *Eu acho eu o meu ponto de vista eu acharia que não deveria ser por aquele, seria por um outro lado, é mais comum, ainda existe o... **completamente**, tá mudando tudo e ele sempre pressionava, não tem que ser por aqui porque é...*

Outros fatos envolvendo advérbios em posição não usual observam-se também em:

(77) *Fui **muito bem** aplaudido pelos próprios trabalhadores.*

Há ainda ocorrências em que o advérbio de modo é usado em lugar de adjetivo. Observa-se o uso de *claramente* quando o uso mais aceitável seria *claras*:

(78) *o trabalho da diretoria hoje é um trabalho a nível a nível colegiado, né, a nível de união mesmo, existe algumas divergências **claramente** em todo o sindicato tem, mas as divergências é posta lá dentro” (Sr. Saulo)*

O uso excessivo e as posições não aceitáveis de advérbios de modo em “mente” parecem expressar a busca pelo efeito de um falar “erudito”, mais prestigiado.

7.3.3 - As hipercorreções

O sujeito, no segmento abaixo, corrige uma sentença gramaticalmente correta e produz uma forma não-padrão caracterizando um processo de hiper-generalização:

(79) *então eu me sinto muito assim humilhado **por eu não...
por mim não saber ler***

(80) *eu tenho **uma secretárias***

O exemplo abaixo configura uma hipercorreção, de base sintática, típica da escrita:

- (81) *e aí com menos de duas horas eu consegui oitocentas assinatura **da qual** eu tenho elas guardada aí pra provar pra qualquer um.* (Sr. Romeu)

Um fenômeno de hipercorreção particularmente interessante é a generalização de uma regra de plural de *nome* - plural em *s*, entretanto aplicada ao *verbo*. A literatura relativa à hipercorreção não contempla ocorrências desse tipo:

- (82) [...] *temos aí oito mil e poucos associados, tá, e existe diferença porque **existe, existes trabalhos, né, muito assim complicado, categoria que... é pouco menos avançad, né, e a categoria nossa é uma categoria de uma média classe, tá, é um sindicato que, que tem muito assim, como se fala, é... é convênio, é esses tipos de coisa, dá o:... assencia assencia assencialismo e não dá::: e não defende realmente a prática que é o sindicato.*** (Sr. Saulo) (grifos meus)

Nesse segmento observam-se ainda as tentativas de uso de uma forma nominal - *assencialismo* - (assistencialismo), léxico da prática política e burocrática. Observa-se que o sujeito não se vale do contexto imediato para “resolver” a dificuldade de emprego desse termo. Disso podemos inferir que o sujeito não tem domínio do efeito que essas incorporações produzem na relação com o sujeito letrado. Por outro lado, isso também não descarta a hipótese deste trabalho de que o sujeito em militância política é um “observador” do funcionamento dos mecanismos empíricos da linguagem. Os segmentos abaixo mostram que não é apenas pelas rupturas, hesitações, reformulações das estruturas que podemos observar os deslocamentos dos sujeitos. As incorporações lexicais “não adequadas” e enunciadas fluentemente constituem, a meu ver, um dado que, em contrapartida, vem reforçar, garantir a nossa hipótese de que quando há rupturas elas podem estar

configurando um movimento de *transformação* daquilo que o sujeito “apropria” da linguagem do outro. No segmento abaixo o sujeito (Sr. José) enuncia sem ruptura, não produzindo fragmentação da estrutura:

- (83) *Então vamo lá e ela **tilografa** aquela pauta e a gente representa pras empresa. (grifo meu)*
- (84) *Isso aqui é o caso de meu ad... eu vou consultar meu advogado ou então mesmo **aconselhá** [pedir conselho para] a [secretária] que tem no sindicato só pra fazer esse tipo de coisa. (grifo meu)*
- (85) *Represento todos os trabalhadores **exclusivamente** são quarenta e cinco muni... quarenta e cinco municípios aqui em roda de Campinas. (grifo meu)*

Enquanto esse sujeito produz seqüências como (83), (84) e (85) por outro lado ele também enuncia sentenças gramaticalmente adequadas como em (86) e (87):

- (86) *O maior sindicato que temos em termos de Brasil é este.*
- (87) *Nós temos uma carta sindical que reza que a base territorial é nossa.*

Vejamos uma situação semelhante, com o Sr. Romeu. Observamos em (62) acima, que ele insere *incógn*a num discurso “homogêneo” no que se refere a inserções desestabilizadoras. Retomemos o exemplo:

- (62) *é muito fácil colocar dessa maneira pelo seguinte... se nós analisarmos, por exemplo, hoje a situação econômica do país ... tendo em vista as pessoas que estão na linha de frente nos representando, aí fica um **incógn**a, né, fica aquela pergunta no ar por que que está dando certo?*

Esse mesmo sujeito, enuncia:

- (88) *cada diretor do conselho, como diz o causo do outro, souberam se postar muito bem mediante essa situação*

Assim como nos segmentos (86) e (87), esse outro sujeito mostra um domínio de estruturas sintáticas em que, mesmo na *oralidade letrada* de sujeitos escolarizados, é comum verificar “erros” gramaticais. As construções com “embora”, são um exemplo dessas estruturas. Assim, enquanto, por um lado ele diz *incogna*, por outro, é raro encontrar incorreções de concordância com o articulador *embora*, por exemplo:

- (89) *embora eu ache que você vá se surpreender pelo seguinte: é por isso que eu volto a dizer, é o seguinte*

- (90) *porque tudo aquilo que que ele deseja, porque tudo aquilo que ele defende é.. é entendimento com os demais, então, embora cada um deles dentro de si tenha a sua preferência partidária eles não misturam ela, de forma nenhuma.*

A forma verbal subjuntiva é particularmente “problemática” na oralidade, pois mesmo sujeitos escolarizados não empregam o subjuntivo na sentença concessiva. Esse sujeito com apenas um ano de escolaridade, circula com desenvoltura nos domínios da fala escolarizada

7.3.4 - Os marcadores textuais

Diferentemente do sujeito não político, há um claro domínio dos mecanismos organizadores da fala. Embora haja um predomínio do discurso direto de dêiticos típicos da oralidade (Chafe, 1984; Tannen, 1980, 1982a) observamos que os sujeitos, na sua maioria, usam com fluência organizadores textuais mais típicos de um discurso planejado (Tannen 1980), considerados típicos da escrita, como as formas que se seguem, para citar apenas algumas: *como eu disse antes, é importante dizer, é o seguinte, resultado, consequência, por exemplo*.

- (91) *Como eu disse antes, o Conselho não se vincula a nenhum partido. Pelo fato do conselho não po... não se vincular enquanto eu for o presidente, não vai ser vinculado, isso não tenha dúvida.*
- (92) *É importante dizer que hoje eu, como presidente do conselho regional, foi uma das filosofia que eu preguei logo no início da formação desse conselho...*
- (93) *Eu vejo essa importância na língua, né, além disso, isso no caso da linguagem interna, nossa, né, hoje se falar, por exemplo, que língua nós adotamos aqui, é a portuguesa, **entre aspas**, po, na realidade acho que não dá nem pra definir qual é a linguagem nossa aqui, porque ela diverge tanto de um estado pra outro que é impossível você dizer que aquilo é a mesma língua*
- (94) *Não gosta pelo seguinte... porque o sindicato... o objetivo do sindicato é lutar pelos direito dos trabalhadores*

Assim, vimos que as diferentes fontes para reestruturar suas falas (expressões da fala pública, expressões jornalísticas, avaliação dos colegas, a mídia oral) fazem

o processo muito variado e que um mesmo sujeito oscile o tempo todo entre o adequado e o inadequado. Mas, à margem, nos espaços deixados pelas rupturas, fragmentações, hesitações desse falar “nem analfabeto, e nem letrado”, ele denuncia um dos princípios em que, arbitrariamente e convenientemente, a sociedade letrada se funda: a inferioridade cognitiva do não escolarizado.

Portanto, o que lhe parece faltar é o “código” propriamente dito. O seu lugar enquanto “letrado” evidencia-se pelos recursos gramaticais, lexicais, estilísticos. As denominações, por exemplo, são indicativas das tentativas de uso de nominalizações para uma organização sentencial mais planejada, mais densa, mais comuns na escrita. E ainda, os organizadores textuais mostram um domínio da articulação do discurso no interior do texto. Todos esses são, portanto, sintomas de um sujeito que exibe um domínio de recursos da escrita que o faz letrado. Por outro lado, o modo ainda especulativo como são operacionalizados revela o seu lado “não-letrado”. Esse sujeito ainda necessita de outros elementos da textualidade e do processo da escrita que lhe permitam uma nova relação com a linguagem. O momento agora é de instrumentalizar-se pela escrita: para deslocar-se da margem e completar o seu percurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho coloca-nos diante de perguntas essenciais para um repensar da alfabetização de adultos que se pretenda de inclusão desses sujeitos na sociedade letrada: a importância de se considerar as condições do ambiente da emergência do letramento.

O exame da oralidade letrada mostrou que os sujeitos não escolarizados em militância política acham-se num processo de desenvolvimento de uma prática discursiva fortemente marcada pela escrita. E o fator crucial do desenrolar desse processo é a relação que esses sujeitos estabelecem com a linguagem: *há, na linguagem desses sujeitos, um sentido de trabalho coletivo, afinado enquanto um grupo, que se vê constituído na/pela linguagem*. A prática de linguagem desses sujeitos está respaldada pelo grupo.

A prática política assenta-se em bases diferentes do que a escola na formação dos formação dos não escolarizados. Valoriza-se o *dizer* enquanto o *saber dizer*. E esse *saber dizer* implica a relação que também a instituição estabelece pela/na linguagem. A questão se situa no âmbito do “uso social” que a instituição política “faz” da linguagem. A manutenção de seus objetivos, o apelo às outras instituições faz-se pela/na linguagem. Pela linguagem seus produtos são vendidos, trocados, negociados. E isso não se aprende na escola, aprende-se na prática. Por isso há um *trabalho*, um colocar do sujeito na sua relação com o *Outro*, tomando-se como ponto de partida o sujeito como ele está, nesse momento, mas com a sua história, e assim a linguagem assume o estatuto do espaço de lutas, do lugar da persuasão, da mobilização, da transformação que se quer desencadear. Já as práticas escolares colocam a linguagem num compartimento passivo, como qualquer outra área do

conhecimento para ser assimilada como um saber “pronto” como os demais que estão lá à disposição para serem apropriados.

Na instituição política não se trata de apropriar-se da linguagem. Trata-se de *constituir-se na* linguagem. A relação é outra. Na escola há um determinismo imposto por regras objetivizadas que distanciam os sujeitos de uma prática discursiva que propicia ao alfabetizando adulto constituir-se na sua linguagem. As práticas homogeneizadas e distanciadas da sua realidade social e a inflexibilidade dos alfabetizadores diante de situações em que se tem que saber começar no meio do caminho acabam sufocando a criatividade do alfabetizando que viria de sua história, de sua experiência, e que culmina eclodindo na exclusão.

Não se negam os esforços das escolas de “aprimoramento” de práticas pedagógicas por meio de cursos de atualização, formação, etc.. Entretanto, conforme mostra Bourdieu, tudo gira em torno do *habitus*. Mesmo diante de “novas práticas”, de novas propostas, a implementação continua fiel a modos anteriormente praticados. Há uma imposição macroestrutural ao funcionamento de “novas práticas” que acabam, de modo circular, voltando ao ponto de partida. Há uma tendência de se reduzir as “novas práticas” a fórmulas aplicáveis ao todo, ao conjunto “*homogêneo*” da população escolar. E, esse é o ponto nodal do fracasso dos adultos na escola.

O mito ainda “vivo” do letramento, como vimos, avalia depreciativamente a capacidade dos adultos e os alinha à capacidade de aquisição de uma criança em fase de alfabetização, desconsiderando o conhecimento adquirido pela prática social. Nas observações de salas de aulas durante o projeto de formação de alfabetizadores, tivemos a oportunidade de ver alfabetizadoras pedindo que os adultos preenchessem quadradinhos, com diversas cores, como exercício de coordenação motora. Foi nítido o constrangimento por parte dos alunos, pois parecia que a escola fixava-lhes ainda mais a marca daqueles que, definitivamente, estavam “fora de lugar”. Quando

estariam eles perto de chegar a algum lugar? Ainda teriam todo o caminho pela frente que os “não-extemporâneos” já vinham percorrendo desde a infância. E lá estavam eles, começando pelo mesmo lugar, pelo exato ponto de partida que os “cursos regulares formadores de professores” determinam.

Por outro lado, a instituição política “usa” o conhecimento advindo da prática social e nele investe para seu proveito (político). O sistema de disposições do *habitus* dos sujeitos no caso da escola tem efeito excludente; já a instituição política “identifica” o ponto no sistema de diferenças no qual pode investir. Por exemplo, se o militante não “fala bem” mas sua fala tem traços da retórica persuasiva, investe-se na “fala de efeito” que acaba revertendo à instituição sob a forma de capital simbólico resultante da mobilização, da adesão à instituição, condição essencial à sua manutenção/existência. A formação dá-se por uma prática exercitada gradativamente: correção do padrão da linguagem, avaliação dos efeitos de persuasão, avaliação da adesão pelo efeito retórico do discurso. A instituição política se funda no *poder* advindo da relação indivíduo/coletivo.

E aqui situa-se o “sindicalês”. Assim como as mulheres fazem um “uso social” dos estereótipos, como vimos, os militantes não escolarizados entram nos lugares da dominação: são citados em jornais de grande circulação, incomodam aqueles que não permitem que suas expressões, que as palavras reservadas às suas “regiões” lhes sejam “expropriadas”. O preço que se paga pela “expropriação” é alto, como mostra Caldwell, em estudo sobre a psicologia burguesa:

Numa civilização onde um homem é o inimigo do outro a desmoralização é inextirpável, pois esta e o crime são os subprodutos da luta pela existência como a conhece a nossa civilização industrializada. (Caldwell, C. 1968:127)

Não importa que não se tenha *autoridade*, dado que esta está assentada nos critérios arbitrários da dominação. O que importa é que o “sindicalês”, a *oralidade*

letrada fragmentária torna visível uma conquista política. Esse discurso instala a possibilidade de um discurso que não é o mesmo só do padrão prestigiado. O que importa é que esses militantes, pela/na sua linguagem, ao *seu modo* estão sendo ouvidos, incomodando, revelando-se. Ao menos estão mostrando que, de um modo ou de outro, estão conseguindo chegar a lugares onde a escola não conseguiu colocá-los/levá-los. No limite, estão apontando a falência de um sistema de ensino que exclui e não consegue resgatar pois só funciona para aqueles que não precisam dele. Talvez, nesses falares desajustados e retalhados, esses sujeitos estejam conseguindo mostrar que a escola vive uma espécie de obsolescência, talvez planejada, talvez vítima de sua própria armadilha alienante. Seja como for, o “tiro pode sair pela culatra”. O que corresponde, grosso modo, ao que Capra diz a respeito da *transformação* do valores sociais:

Durante o processo de declínio e desintegração, as instituições sociais dominantes ainda impõem seus pontos de vista obsoletos, mas estão se desintegrando gradualmente, enquanto novas minorias criativas enfrentam os novos desafios com engenho e crescente confiança”. (Capra, F. 1982:409)

É evidente que para alunos adultos com essa história, com suas experiências e suas práticas, especialmente a prática do discurso político que os embrenhou no uso da *oralidade letrada*, o modo mais incisivo de se criar condições para a continuidade desse processo de letramento seria ensinar-lhes o sistema da escrita através da leitura. O que se seguiria nesse processo, viria por eles mesmos, como eles já têm demonstrado que podem conseguir. E eles já se mostram num processo de aprendizagem da língua. E trabalhar a linguagem, colocar-se estrategicamente, eles já o fazem. A formação que as instituições políticas oferecem aos seus militantes tem

início num sujeito já historicizado. E essa história continua nas suas práticas, na sua trajetória e assim ele consegue continuar caminhando, seguir em frente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.
- AUTHIER-REVUZ, J. "Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19. Campinas: IEL, Unicamp, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 2a. ed., 1970.
- _____. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- _____. *Language & Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____. *The economy of linguistic exchange*. Social Science Information, 16.no. 6.
- _____. "Concluding Remarks: For a Sociogenetic Understanding of Intellectual Works" IN: *Bourdieu critical perspective*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- CALDWELL, C. *O Conceito de Liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- CALHOUN, C, PUMA, LI E POSTONE, M. "Habitus, Field and Capital: The Question of Historical Specificity". IN: *Bourdieu Critical Perspectives*. Chicago: The University Chicago Press, 1993.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

- CASTILHO, A.T (orgs.) "Considerações sobre a posição dos advérbios" IN:
Gramática do Português Falado. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1982.
- CHAFE, W. "Integration and Involvement in Speaking, Writing and Oral
Literature", in TANNEN, D. (org.) *Spoken and Written Language:
Exploring Orality and Literacy*. New Jersey: Ablex, 1984.
- CHAFE, W. "Integration and Involvement in Speaking, Writing and Oral
Literature", in Tannen, D. (org.) *Spoken and Written Language: Exploring
Orality and Literacy*. New Jersey: Ablex, 1984.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São
Paulo: Brasiliense, 1989.
- COHEN, Y. *The Manipulation of Consent. The state and working-class
consciousness in Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press,
1989.
- COLINS, J. "Determination and Contradiction: an appreciation and critique of the
work of Pierre Bourdieu" IN: Bourdieu Critical Perspective. Chicago: The
University Chicago Press, 1993.
- CORBUCCI, R. C. *Educação de Líderes e Dirigentes de Trabalhadores Rurais:
Um Estudo do Discurso Sindical*. Universidade de Brasília, 1992. (mimeo)
- DESCARDECI, M.A. "Concurso público para funções não qualificadas". (mimeo)
- DREIFUSS, R. A. *Política, Poder, Estado e Força. Uma leitura de Weber*.
Petrópolis: Vozes, 1993.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FÜCHTNER, H. *Os sindicatos brasileiros. Organização e função política*. Trad. de
Jehovanira C. de Souza. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda., 1980.

- GEE, J. *Social linguistics and literacies. Ideologies in discourses*. Hampshire: The Falmer Press, 1990.
- GEERTZ, C. *The interpretation of Cultures*. London: Fontana Press. first published, 1973, 1993.
- GIANOTTI, V. E NETO, S. *CUT Por Dentro e Por Fora*. Petrópolis: Vozes, 1990
- GOODY, J. *The domestication of the Savage Mind*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- GRAFF, H.J. *The literacy myth: literacy and Social Structure in the 19th century*. New York: Academic Press, 1979.
- GRAFF, H.J. *Os labirintos da alfabetização. Reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1975.
- HALLIDAY, M.A.K. Differences between spoken and written language. Some implications for literacy teaching. *Communication through reading*. IN Page, G. Elkins, J. & O'Connor, B. (ed.) *Proceedings of the Fourth Australian Reading Conference*. Adelaide, S.A, Australian reading Assoc., 1979, vol. 2.
- _____. "Spoken and Written Modes of Meaning". IN: *Comprehending Oral and Written Language*. Horowitz, R. e Samuels, S.Jay (orgs) . New York: Academic Press, 1987.
- HEATH, S.B. *Ways with Words. Language, Life and Work in Communities and Classrooms*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- HOROWITZ, R. "Comprehending Oral and Written Language: Critical Contrasts for Literacy and Schooling" IN: *Comprehending Oral and Written Language*. Horowitz, R. e Samuels, S.J. (orgs.) New York: Academic Press, 1987.
- KLEIMAN, A.B. "Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola." IN Kleiman, a. B. (ed) *Os significados do letramento. Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, Mercado de Letras, 1995.

_____, *Schooling, Literacy and Social Change: Elements for a critical approach to the study of literacy*, 1996. A sair.

_____, "Aprendizagem e ensino: reconfigurações do processo no contexto de formação da alfabetizadora". IN: *Alfabetização de jovens e adultos e formação do professor* . Campinas: Mercado de Letras, a sair.

_____, "Interação e Produção de texto: elementos para uma análise interpretativa crítica do discurso do professor", *Delta*: 9, 417-436

KLEIMAN, .B. e SIGNORINI, I. (orgs.) "Projeto de formação do professor alfabetizador: uma história de confronto e ajustes de perspectivas" IN: *Alfabetização de jovens e adultos e (auto)formação do professor*" Campinas: Mercado de Letras, a sair.

LE MOS, C. de "A função e o destino da palavra alheia. Três momentos da reflexão de Bakhtin". IN: *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. Barros, D. L. P. e Fiorin, J.L. (orgs.), São Paulo: Edusp, 1994.

LURIA, A.R. *Cognitive Development. Its Cultural and Social Foundations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976.

OLIVEIRA, M. K "Letramento, Cultura e Modalidades de Pensamento", IN: *Os significados do letramento*, Campinas: Mercado de Letras, 1995.

OLSON, D.R. e HILDYARD, A. "Writing and Literal Meaning", IN: Martlew, M. (org.) *The psychology of Written Language. Development and Educational Perspectives*. N.Y. John Wiley and Sons, 1983.

ONG, W.J. *Orality and Literacy. The technologizing of the word*. London: Meuthen, 1982.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

_____, *Discurso e Leitura*. Campinas: Cortez/Unicamp, 1988.

_____, *Terra à Vista*. Campinas: Cortez/Unicamp, 1990.

- OSAKABE, H. "A palavra imperfeita". *Remate de Males*, no. 7. Revista do DTL. IEL, Unicamp, 1987.
- PAYER, M.O. *Educação Popular e Linguagem. Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, M. *Language, Semantics and Ideology*. Londres, The Macmillan Press Ltd., 1982.
- _____. *Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. "Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 19. Tr. J.H. Nunes. Campinas: IEL, Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In *Por uma Análise Automática do Discurso*. F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- RATTO, I. "Ação política: fator de constituição de letramento do analfabeto adulto", IN Kleiman, A.B. (ed.) *Os significados do letramento*. Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- RODRIGUES, L.M. *Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SCHMITTER, P. e Lehmbruch, G. *Patterns of Corporatist Policy-Making*. London: Sage Publications, Ltd. 1982.
- SCRIBNER, S. e COLE, M. *The Psychology of Literacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- SEARLE, J. R. *Os atos de fala*. Coimbra, Livraria Almeida, 1981.
- SERCOVICH, A. *El Discurso, el Psiquismo y el Registro Imaginario*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977.

SERRANI, S.I. "Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas". *Delta*, vol. 13, a sair.

SIGNORINI, I. "A letra dá vida mas também pode matar" - Os sem leitura diante da escrita, *Leitura: Teoria e Prática* 24, 20-27, 1995b.

_____, "Identities in conflict: não letrados na prática legislativa municipal". First International Conference in Sociolinguistics. Évora: Universidade de Évora, 1996.

_____, "(Des)construindo Bordas e Fronteiras: Letramento e Identidade Social". *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicativo*. Campinas: Mercado de Letras.

_____, "Letramento, legitimidade e poder em contextos institucionais". *Delta*, vol. 11, no. 2, 1995.

SIGNORINI, I. e KLEIMAN, A.B. "When explaining is saying. Teacher talk in adult literacy classes, in Alvarez, A & P. del Rio (eds.) *Education as Cultural Construction, Explorations in Socio-Cultural Studies*, vol. 4. Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje, 217-226.

STREET, B.V. *Literacy I theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____, Introduction: The new literacy studies. IN Street, V.B. (ed.) *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

TANNEN, D. "Implications of the Oral-Literate Continuum in Discourse". Communication", in ALATIS, J.E. (org.) *Georgetown University Round Table on Language and Linguistics 1980, Current Issues in Bilingualism*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1980.

TANNEN, D. *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. Norwood, NJ: Ablex, 1982a.

- TARALLO, F. *et alii*. "Rupturas na Ordem de Adjacência Canônica no Português Falado". In: *Gramática do Português Falado*, Castilho, A. (org.), Campinas: Editora da Unicamp/ Fapesp, 1990.
- TFOUNI, L. *Adultos não alfabetizados. O avesso do avesso*. Campinas: Pontes Editores, 1988.
- THOMPSON, J.B. *Studies in the Theory of Ideology*. London: Polity Press, 1984.
- WACQUANT, L.J.D. "Bourdieu in America: Notes on the Transatlantic Importation of Social Theory" IN: *Bourdieu Critical Perspective*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.